



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL


UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

FLÁVIA PIERETTI CARDOSO

**VOZES DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO:
ANÁLISE DISCURSIVA DE NARRATIVAS DE VIDA EM CAMPO GRANDE - MS**

Campo Grande/MS

2019

M	 <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL</p>	
F.P. CARDOSO		<p>FLÁVIA PIERETTI CARDOSO</p>
<p>VOZES DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANÁLISE DISCURSIVA DE NARRATIVAS DE VIDA EM CAMPO GRANDE - MS</p>		<p>VOZES DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANÁLISE DISCURSIVA DE NARRATIVAS DE VIDA EM CAMPO GRANDE - MS</p>
2019	<p>Campo Grande/MS 2019</p>	

FLÁVIA PIERETTI CARDOSO

**VOZES DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO:
ANÁLISE DISCURSIVA DE NARRATIVAS DE VIDA EM CAMPO GRANDE - MS**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Conhecimento: Linguagem - Língua e Literatura
Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Leda Pinto
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Léia Teixeira Lacerda

CAMPO GRANDE
2019

C262v Cardoso, Flávia Pieretti

Vozes de mulheres com deficiência e a violência de gênero:
análise discursiva de narrativas de vida em Campo Grande –
MS/ Flávia Pieretti Cardoso. – Campo Grande, MS: UEMS,
2019.

168f.

Dissertação (Mestrado) – Letras – Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul, 2019.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Leda Pinto.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Léia Teixeira Lacerda.

1. Violência de gênero 2. Mulheres com deficiência 3.

Análise do discurso I. Pinto, Maria Leda II. Lacerda, Léia
Teixeira III. Título

CDD 23. ed. - 401.41

FLÁVIA PIERETTI CARDOSO

**VOZES DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO:
ANÁLISE DISCURSIVA DE NARRATIVAS DE VIDA EM CAMPO GRANDE - MS**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem - Língua e Literatura
Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Leda Pinto (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof^a. Dr^a. Cláudia Araújo de Lima (titular)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS

Prof^a. Dr^a. Aline Saddi Chaves (titular)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof^a. Dr^a. Silvane Aparecida de Freitas (suplente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof^a. Dr^a. Adriana Lúcia Escobar C. de Barros (suplente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande/MS, 23 de agosto de 2019.



*Dedico esta pesquisa à minha avó paterna,
Benedita Conde Pieretti.*

*Mulher que me ensinou o verdadeiro
significado das palavras amor, empatia e
respeito. Minha eterna admiração e gratidão!*

AGRADECIMENTOS

Às mulheres da Associação de Mulheres com Deficiência - AMDEF, em especial à presidente e amiga Mírian Mirella Ballatore Holland Tosta, por me mostrarem um novo olhar sobre a vida, por me proporcionarem momentos únicos e a realização de sonhos.

Aos meus familiares: esposo Lucas Cardoso Teixeira, por toda a paciência e incentivo para prosseguir nesta jornada acadêmica e de realização pessoal; ao meu pai Anésio Pieretti por sempre ter me incentivado aos estudos desde pequena e nunca ter duvidado da minha capacidade, agradeço, também, por ser meu mestre na vida e por todo amor demonstrado incondicionalmente; gratidão à minha irmã Valéria Pieretti por todo amor e carinho demonstrado e pelo incentivo de sempre; ao meu sobrinho Nagib Hijazi por ser meu sol quando mais precisei de forças para continuar na luta pela vida, nos momentos mais difíceis seu sorriso e amor me trouxeram de volta ao caminho; à minha pet Mel, pelo amor e carinho durante todo o processo de estudo e escrita da dissertação, me fazendo companhia nos dias e madrugadas angustiantes e me lembrando que eu sempre deveria parar um pouco, dar uma volta e sorrir para continuar; à minha vozinha, a mulher mais forte que eu conheço, Benedita Conde Pieretti por ser inspiração, colo e amparo na minha vida; às tias, tios, primas e primos, gratidão.

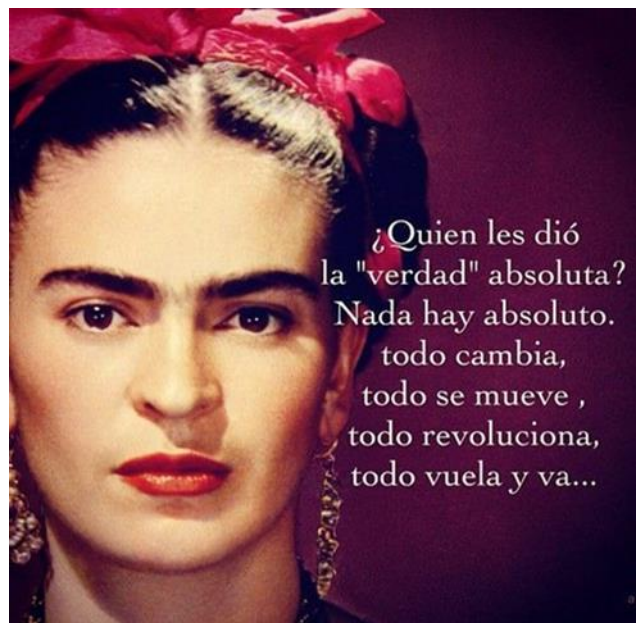
À CAPES pelo incentivo e suporte financeiro aos estudos.

À orientadora professora Dra. Maria Leda Pinto e à coorientadora professora Dra. Léia Teixeira Lacerda, por me ajudarem a conduzir esta pesquisa, compartilhando de seus conhecimentos e experiências. Aos professores do Mestrado em Letras da UEMS em Campo Grande, que contribuíram para esta pesquisa, em especial à prof. Dra. Silvane Aparecida de Freitas que me ajudou e incentivou desde o projeto e à prof. ^a Dr^a Aline Saddi Chaves pelo apoio, incentivo e por partilhar seus conhecimentos.

À amiga Mirtes Jesuíno que me incentivou a buscar pelo mestrado e acreditou na minha capacidade intelectual. Às amigas Dariane Barcelos e Cibele Medrado que, mesmo à distância, me deram forças, ânimo e incentivo para não desistir, emprestando seu tempo para me ouvirem e me ampararem. Aos amigos e colegas de mestrado, que partilharam de suas dúvidas, seus anseios e conhecimentos comigo, em especial às amigas Evelyn Candido e Wélida Alves.

Aos profissionais da saúde e terapeutas que fizeram parte dessa trajetória para que eu tivesse forças e não desistisse dessa jornada, em especial, Dra. Ana Cláudia Uehara, Karolina Leite, Natalina Bassani, Romilda Terra, Adriana Moreli e Iara Carvalho.

Ao Universo e à toda a energia que me sustentou até aqui! Gratidão!



¿Quién les dió
la "verdad" absoluta?
Nada hay absoluto.
todo cambia,
todo se mueve ,
todo revoluciona,
todo vuela y va...

(FRIDA KAHLO)

CARDOSO, Flávia Pieretti. **Vozes de Mulheres com Deficiência e a Violência de Gênero: Análise Discursiva de Narrativas de Vida em Campo Grande – MS.** 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2019.

RESUMO

A presente pesquisa origina-se da inquietação, desta pesquisadora, observada no período de atuação como intérprete de Libras na Casa da Mulher Brasileira e pela participação como voluntária na Associação de Mulheres com Deficiência de Mato Grosso do Sul – AMDEFMS. Justificamos a relevância dessa pesquisa nos valendo da própria história dos sujeitos com deficiência, que são colocados à margem da sociedade desde a Antiguidade e, em se tratando das mulheres, a situação é de dupla exclusão e vulnerabilidade, por terem uma deficiência e por serem mulheres. Mesmo nos discursos feministas e de discussões sobre gênero e violência, o recorte da deficiência ainda é pouco discutido nacionalmente, tanto que ainda não se tem um mapeamento da violência de gênero contra mulheres com deficiência e pouco se tem realizado no que se refere à efetivação de políticas públicas. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar os discursos de mulheres com deficiência, sobre a temática principal da violência de gênero, visando buscar possibilidades de compreensão e de ações para o enfrentamento desse tipo de violência. Além disso, objetiva problematizar os discursos sobre as imagens e ideologias construídas pela sociedade sobre esses sujeitos, com corpos considerados *anormais* e sua sexualidade. O percurso teórico-metodológico tem por base a pesquisa qualitativa e a análise do *corpus* será fundamentada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, como o teórico Foucault, Coracini e Orlandi, bem como, nos estudiosos do Círculo de Bakhtin, nos teóricos da análise de textos da comunicação oral e de estudiosas da área de gênero e violência, como as autoras Butler e Moore. Nesta pesquisa, buscamos expor como se dá a construção das relações de gênero, e por sua vez, dos corpos, da sexualidade e da violência, em uma perspectiva pós-estruturalista, de construção histórica social e genealógica. O *corpus*, objeto desta pesquisa, foi constituído pelo discurso de mulheres com deficiência, da cidade de Campo Grande – MS. A partir dos estudos e das análises discursivas realizadas, é possível concluir que meninas e mulheres com deficiência estão em condição de múltiplas vulnerabilidades a vivenciarem situações de violência de gênero, principalmente, pelos discursos de “poder” e “verdade” machistas e *capacitistas* que dominam a sociedade brasileira, gerando preconceitos, estigmas, tabus, exclusões e invisibilidade, materializados nos diversos tipos de violência, quais sejam, violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Portanto, a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, observamos a necessidade de as instâncias de poder brasileiras implementarem programas e políticas públicas efetivas voltadas às especificidades e necessidades de meninas e mulheres com deficiência, bem como, o cumprimento das legislações vigentes para o enfrentamento e combate à violência de gênero na área da deficiência.

Palavras-chave: Violência de Gênero. Mulheres com Deficiência. Análise do Discurso.

CARDOSO, Flávia Pieretti. **Voices of women with disabilities and the gender-based violence: discursive analysis of life narratives in Campo Grande - MS.** Dissertation (Master's Degree in Linguistics) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2019.

ABSTRACT

The research proposal arises from the particular concern observed during the period of the researcher's actuation as a Libras (Brazilian Sign Language) interpreter at "Casa da Mulher Brasileira" and also as a volunteer at the "Associação de Mulheres com Deficiência de Mato Grosso do Sul – AMDEFMS". Besides that, the significance of this research is justified by the disabilities holders' stories that are swept aside from society since ancient times. In addition, when it comes to women, the state of vulnerability and exclusion is even higher due to the disability and gender. In fact, in feminist speeches and discussions about gender and violence, the disability issues are still hardly discussed at a national level, so much that there is no gender-based violence against women with disabilities survey. Furthermore, very little has been done regarding establishing public policies. Thus the general aim of this research is to analyze the women with disabilities' speeches concerning the main theme which is about gender-based violence, striving for comprehension possibilities and stocks in order to confront this sort of violence. Moreover, it aims to discuss the speeches about images and ideologies built by society regarding these individuals, who have bodies considered *abnormal*, and their sexuality. The methodological and theoretical path is based on the qualitative research and the *corpus* analysis is going to be founded on the theoretical assumptions of the French Discourse Analysis (DA), having Foucault as theorist, as well as the experts in the Bakhtin Circle. It is also based on the oral-communication-text-analysis theorists and gender and violence experts, Butler and Moore. In this study, we pursued to expose not only how gender-based relationship is built, but the bodies, the sexuality and the violence in a poststructuralist perspective of social and genealogical construction. The *corpus* is going to be formed by the speech of women with disabilities from Campo Grande – MS. From the studies and discourse analysis it is possible to conclude that girls and women with disabilities are in a multiple vulnerable state of experiencing gender-based violence, especially, due to "power" and "truth" sexist and ableism speeches which dominate Brazilian society, generating prejudice, stigmas, taboos, exclusion and invisibility, materialized in various types of violence: physical, psychological, sexual, patrimonial and moral. Therefore, from the results obtained in this research, we observe the need for implementation of effective public policies and programs by the government, which are focused not only on the needs and the specificities of girls and women with disabilities, but also on the fulfillment of the current legislation in order to confront and combat the gender-based violence in the disability field.

Keywords: Gender-Based Violence. Women with Disabilities. Discourse Analysis.

O LUGAR DE ONDE FALO

*Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores.
Cora Coralina (1889 – 1985).*

Que mulher já não precisou remover pedras do caminho e plantar flores para seguir vivendo? Comigo não aconteceu diferente e se hoje estou aqui, me apresentando nesta pesquisa de mestrado, é porque tenho seguido escalando montanhas ‘pela’ vida.

Assim, falar da temática da violência contra mulheres não é simples, sobretudo, quando se convive com elas e percebe-se, em pequenos detalhes dos seus discursos do dia a dia, os ‘rastros’ deixados pelas agressões sofridas.

Participar do movimento de mulheres com deficiência de Campo Grande me fez conhecer as minhas próprias deficiências e fragilidades, mas também me fez descobrir as minhas maiores qualidades, como a determinação e a resiliência. Não desisto fácil das coisas que me proponho a realizar, principalmente, em prol de outras pessoas e dos sonhos que dependem somente de mim para serem realizados.

Com as mulheres com deficiência, aprendi as lições de vida mais importantes que levarei comigo sempre: ser feliz, ser forte, ser amada e amar não dependem de fatores externos e visíveis aos olhos. Ter um corpo físico ou uma condição de saúde perfeitos não determinam sua vida. Mas, o seu “eu” interior, o modo como você escolhe construir as suas subjetividades, de como encara os desafios, dos caminhos que percorre para buscar por ajuda e se fortalecer, de se ver como capaz e não deixar nunca que ninguém, principalmente um homem, coloque limites em sua vida.

Desde que iniciei minhas buscas pela temática da violência contra mulheres com deficiência — e tenho a oportunidade de falar em eventos e seminários sobre as pesquisas que tenho realizado — percebo e sinto os olhares de estranheza da maioria das pessoas. É como se me perguntassem: “por que a escolha dessa temática, já que você não é uma mulher com deficiência?”

Diante disso, sinto a necessidade de colocar meu próprio discurso em defesa do meu direito de escrever sobre essa temática tão preocupante, enquanto problema social que ainda está invisível em nossa sociedade. Muitas pessoas com deficiência não têm oportunidade, ou são impedidas de se pronunciar, de terem “voz”, e por isso necessitam literalmente de que alguém fale e “grite” por elas. Sendo assim, familiares dessas pessoas, amigos e profissionais

vinculados aos direitos humanos e à educação, ao longo da história, têm somado forças na busca por condições justas para uma vida com mais dignidade e humanidade.

Então, de que lugar “eu” falo? Falo do lugar de SER HUMANO e do lugar de MULHER, consciente dos vários direitos de mulheres com deficiência violados todos os dias. Falo do lugar de profissional da educação inclusiva que vem lutando pelos direitos a uma educação de qualidade à todas as pessoas com deficiência, desde 2007, e que — ao se deparar com a realidade de meninas e mulheres com deficiência em situação de violência ou que já foram vítimas da violência de gênero — sentiu-se no dever de ir em busca dessa luta pela garantia de direitos humanos para essas mulheres que, em muitos casos, nem sequer sabem que estão em situação de violência.

Portanto, desde 2015 quando atuei como intérprete de Libras, na Casa da Mulher Brasileira, iniciei minha caminhada por essa Causa, uma nova ‘montanha a ser escalada’ e, desde então, muitas coisas já aconteceram por eu ter fomentado, em várias instâncias discursivas, a temática, ainda invisível, de mulheres com deficiência vítimas de violência.

Também, é preciso registrar que o projeto de pesquisa, com a temática da violência de gênero e as mulheres com deficiência, surgiu bem antes de sequer ter cogitado participar do processo de seleção do mestrado acadêmico em Letras. Então, foi essa Causa que me trouxe ao meio acadêmico novamente e que me deu forças para não desistir dessa jornada, por vezes, conflituosa, angustiante e árdua.

No entanto, para que as mulheres com deficiência se sintam de fato representadas nesta pesquisa científica, proponho para a tessitura desta dissertação, ademais de outras autoras, as “vozes” de mulheres com deficiência que conquistaram visibilidade e protagonismo em suas vidas pelo caminho acadêmico e científico, como a antropóloga Anahí Guedes de Mello (mulher com deficiência auditiva), a advogada Débora Prates (mulher com cegueira) e a professora universitária e linguista, Shirley Vilhalva (mulher surda). Mulheres essas, que me inspiram a viver e a continuar lutando por um mundo mais justo e ‘humano’.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AFAPS	Associação de Famílias, Profissionais e Pessoas Surdas
AMDEFMS	Associação de Mulheres com Deficiência de Mato Grosso do Sul
B.O.	Boletim de Ocorrência
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAM	Centro de Atendimento Especializado à Mulher
CMB	Casa da Mulher Brasileira
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CP	Condições de Produção
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DPI	Entidade Internacional de Deficientes (Disabled Peoples' International)
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FUNSAT	Fundação Social do Trabalho de Campo Grande - MS
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMP	Instituto Maria da Penha
INWWD	International Network of women with Disabilities
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
ISMAL	Instituto Sul Mato Grossense para cegos Florivaldo Vargas
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgênero
OMS	Organização Mundial da Saúde
SAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos/ Presidência da República
SEMU	Subsecretaria de Políticas para a Mulher
SEMMU	Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
SPPM	Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DEFICIÊNCIA: OS DISCURSOS DE “PODER E VERDADE”	21
1.1 Violência e gênero: diferentes dimensões e perspectivas	21
1.1.1 A construção dos gêneros e a violência.....	22
1.1.2 A violência de gênero.....	25
1.2 Violência sexual contra crianças e adolescentes.....	30
1.3 Femicídio no Brasil e no Mato Grosso do Sul.....	35
CAPÍTULO 2 - MULHERES COM DEFICIÊNCIA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, INVISIBILIDADE E SILENCIAMENTO	39
2.1 O discurso de poder, exclusão e resistência no contexto das pessoas com deficiência....	40
2.2. Violência de Gênero e as Mulheres com Deficiência.....	45
2.3 Corpo e sexualidade.....	53
2.3.1 Corpo e sexualidade: a mulher com deficiência	54
2.4 A (in) visibilidade de mulheres com deficiência	58
2.5 Os sentidos e significados das expressões “dar voz” / “dar a palavra”	61
2.6 Conceitos que permeiam o contexto discursivo de/sobre pessoas com deficiência	62
2.6.1 Empoderamento feminino e deficiência	65
CAPÍTULO 3 - PERSPECTIVA TEÓRICA DA ANÁLISE DO DISCURSO (AD)	68
3.1 Teóricos e conceitos que permeiam a Análise do Discurso	68
3.1.2 Contribuições de Foucault para a Análise do Discurso	72
3.1.3 Contribuições do Círculo de Bakhtin para a AD	74
3.2 Heterogeneidades Enunciativas de Authier-Revuz.....	77
3.3 Memória e Discurso.....	79
3.4 Narrativa de vida e memória.....	82
3.4.1 As especificidades do enunciado oral	84
CAPÍTULO 4 – PESQUISA DE CAMPO/LEVANTAMENTO DE DADOS: INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO À MULHER EM CAMPO GRANDE – MS 86	
4.1 Associação de mulheres com deficiência de Campo Grande/ Mato Grosso do Sul – AMDEF	86
4.2 Subsecretaria de políticas para as mulheres – SEMU e Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/SEMU/PMCG	91
4.2.1 Casa da Mulher Brasileira – CMB	94

4.3	Dados quantitativos levantados quanto a violência contra mulheres com deficiência em Campo Grande – MS.....	95
4.4	Centro especializado de atendimento à mulher em situação de violência – CEAM /CUÑA M’BARETÊ/SPPM/MS.....	100
CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DISCURSIVA: AS VOZES DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA		103
5.1	O discurso da mulher com deficiência física: Osteogênese Imperfeita.....	105
5.1.1	A “voz” de M. B.....	106
5.1.2	Da violência sexual: na infância	108
5.1.3	Da violência sexual: na idade adulta	109
5.1.4	Das possíveis causas da violência: na perspectiva de M. B.	111
5.2	O discurso da mulher surda.....	114
5.2.1	A “voz” de S.V.....	117
5.2.2	Da violência sexual: infância e adolescência.....	120
5.3	O discurso da mulher com deficiência visual	132
5.3.1	A “voz” de M. L.....	134
5.3.2	Da violência doméstica.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS		141
REFERÊNCIAS		147
ANEXOS		152

INTRODUÇÃO

O discurso sobre a violência de gênero, principalmente a violência doméstica e familiar vivenciada pelas mulheres, tem se tornado cada vez mais recorrente na sociedade brasileira, devido ao alto índice de mulheres agredidas e violentadas em todos os seus direitos humanos, pelo simples fato de serem MULHERES.¹

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018)²: "Uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, taxa de 4,3 mortes para cada grupo de 100 mil pessoas do sexo feminino. Se considerarmos o último relatório da Organização Mundial da Saúde (2017), o Brasil ocuparia a 7ª posição entre as nações mais violentas para as mulheres de um total de 83 países." Em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, os índices de violência constatados pelo *Mapa da Violência Contra a Mulher em Campo Grande* (SEMU, 2018) apontam que "54% das meninas (a partir de 10 anos) e mulheres do município já sofreram algum tipo de violência, em algum momento da sua vida, por ser mulher". Em relação ao estado, Mato Grosso do Sul apresenta-se como o primeiro em ocorrências de estupro notificados, com 54,4 casos a cada 100 mil habitantes, de acordo com 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2017, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.³

Quando voltamos nossa atenção às mulheres com deficiência, observamos que estão ainda mais sujeitas a todo tipo de violência do que as demais mulheres, pois segundo o relatório da *The International Network of Women with Disabilities* (REDE INTERNACIONAL DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA, 2011, p. 2), "[...] embora mulheres com deficiência sejam vítimas das mesmas formas de violência cometidas contra as demais mulheres, algumas formas de violência contra mulheres com deficiência não têm sido vistas como violência baseada no gênero", em razão da grande discriminação baseada na deficiência.

O mesmo relatório registra que 40% das mulheres com deficiência já sofreram algum tipo de violência no mundo. O mais preocupante é que esses dados não são de conhecimento público e há poucas pesquisas no Brasil acerca dessa temática, como observado pela pesquisadora da presente pesquisa, que só tomou conhecimento dessa realidade pelo trabalho realizado como intérprete de Libras no ano de inauguração da Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande - MS, em 2015.

¹ Algumas palavras nesta dissertação aparecerão em letras maiúsculas para expressar ênfase quanto ao seu significado no contexto abordado pela temática da presente pesquisa.

² Disponível: <http://www.forumseguranca.org.br/>. Acesso: 20/01/2018.

³ Disponível: <http://www.forumseguranca.org.br/>. Acesso: 04/09/2019.

Além disso, durante essa experiência profissional, foi possível observar a fragilidade dos programas de enfrentamento à violência doméstica e familiar para mulheres com deficiência, no município de Campo Grande e em nosso país. Como, por exemplo, o Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher — oferecido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos/SPM — que embora exista desde 2005, ainda não está disponível em formato acessível para que mulheres surdas possam fazer suas denúncias, já que não interagem oralmente. Além disso, não há transporte público que favoreça a chegada dessas mulheres até a Casa da Mulher Brasileira, tendo em vista que muitas moram distantes — como relataram mulheres com deficiência visual e física — situação que se constitui em uma grande dificuldade de acesso, fazendo com que muitas nem cheguem a buscar por ajuda ou realizem o boletim de ocorrência contra o agressor.

Durante o ano de atuação, desta pesquisadora, na Casa da Mulher Brasileira, em 2015, foi realizado o atendimento a 10 (dez) mulheres surdas, das quais a maioria não se dava conta de que estava vivendo em uma situação de violência, quer por parte do marido, do namorado, do irmão ou da própria mãe. Pelas barreiras de interação verbal e de informação, essas mulheres se tornam ainda mais vulneráveis à violência, sem a chance, muitas vezes, de sequer pedirem por socorro, dependendo de outros para fazerem denúncias e buscarem por ajuda policial.

No entanto, o que mais instigou o nosso interesse pela temática desta pesquisa foi ouvir os depoimentos de mulheres com deficiência da Associação de Mulheres com Deficiência de Mato Grosso do Sul – AMDEF MS, sobre violências e direitos humanos violados em algum momento de suas vidas, algumas quando crianças, outras na juventude, outras dentro do casamento e, algumas, por toda uma vida.

Assim, pretendemos com esta pesquisa, colocar em evidência as vozes dessas mulheres com deficiência (analisando os sentidos constituídos nesses discursos), possibilitar, por meio das narrativas de vida, que expressem seus sentimentos, dêem sentido às suas “memórias”, pois estão em dupla desvantagem: são silenciadas por serem mulheres e por terem algum tipo de deficiência. Em todos os âmbitos da sociedade é comum ouvirmos o discurso de um Outro falando sobre e por essas mulheres, como se não fossem capazes de expressar seus desejos, sentimentos e necessidades. Há, portanto, um grito de socorro silenciado e sufocado, há um discurso não dito, e há um dito impregnado de poder, controle e exclusão. (FOUCAULT, 2002, p. 2).

Para tanto, estabelecemos para esta investigação, como objetivo geral, analisar os discursos de mulheres com deficiência de Campo Grande - MS, sobre violência de gênero, com

o fito de buscar possibilidades de compreensão, transformação e ações para o enfrentamento e combate desse tipo de violência.

A partir desse objetivo, elencamos como objetivos específicos: realizar o mapeamento das fontes existentes sobre a temática da proposta investigativa: analisar o discurso de mulheres com deficiência e os ditos e não ditos sobre a opressão, exclusão e violência de gênero; investigar quais as implicações a questão de gênero tem sobre o cotidiano de mulheres com deficiência; discutir como e por que mulheres com deficiência estão em situação de maior exclusão social e vulnerabilidade quanto à violência doméstica e familiar; problematizar o histórico, leis e decretos sobre pessoas com deficiência, com o recorte para as meninas e mulheres; compreender as necessidades específicas de mulheres com deficiência a fim de traçar metas para ações de empoderamento e combate à violência, em articulação com as instituições de atendimento à mulher em Campo Grande – MS.

Esperamos — por meio da análise dos discursos de mulheres com deficiência sobre violência de gênero — identificar, problematizar e discutir acerca dos discursos de exclusão e de interdito, os discursos de poder e resistência, o *assujeitamento* de mulheres desse grupo minoritário, as ideologias de gênero e deficiência impregnadas na sociedade. Além disso, pretendemos buscar respostas a alguns questionamentos referentes à relação entre gênero e deficiência, a cultura machista no âmbito da deficiência, sobre a representatividade dos corpos, os interditos da sexualidade para mulheres com deficiência e os discursos de resistência.

Dessa perspectiva, duas questões norteiam esta investigação: de que modo é/são constituído o(s) sentido(s) sobre violência de gênero nos discursos dessas mulheres com deficiência? Que possibilidades de transformação e ações podem ser efetivadas, a partir desses discursos, para o enfrentamento e combate a esse tipo de violência?

Temos como hipótese que essas mulheres têm concepções diferentes sobre as expressões da violência de gênero e que, atitudes sutis de violência, advindas do gênero masculino, são mascaradas pela internalização e naturalização de discursos machistas socialmente construídos e perpetuados na sociedade brasileira. Também, nossa hipótese é de que pela falta de materiais informativos em formato acessível para mulheres com deficiência auditiva, surdas e com deficiência visual e por muitas famílias não conversarem abertamente com suas filhas com deficiência sobre sexualidade, esse grupo de mulheres, em sua maioria, encontra-se em situação de exclusão e vulnerabilidade.

O percurso teórico-metodológico tem por base a pesquisa qualitativa, pois coaduna com as pesquisas em Análise do Discurso (AD), na qual a análise do *corpus* está fundamentada, ou seja, se na AD o princípio norteador analítico é o “sentido” produzido pelos enunciados

discursivos, sócio historicamente construídos, a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21,22). Portanto, a presente pesquisa está pautada nos pressupostos teóricos de autores da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, Foucault, Pêcheux, Coracini e Orlandi, bem como, estudiosos do Círculo de Bakhtin e Authier-Revuz, além de estudiosas da área de gênero e feminismo, como as autoras Butler, Saffioti e Moore. Buscamos expor como se dá a construção das relações de gênero, e por sua vez, dos corpos, da sexualidade e da violência, em uma perspectiva pós-estruturalista, de construção histórica social e genealógica.

A pesquisa está organizada em cinco capítulos. O primeiro apresenta uma explanação dos discursos ao longo da história a respeito das questões de gênero e da violência de gênero, na perspectiva construcionista do pós-estruturalismo.

No segundo capítulo apresentamos, especificamente, o discurso de poder, exclusão e resistência no contexto das pessoas com deficiência e os discursos da violência, (in) visibilidade, sexualidade no contexto da mulher com deficiência. Nesse capítulo, apresentamos, ainda, o mapeamento das fontes existentes sobre a temática da proposta investigativa com a finalidade de evidenciarmos as pesquisas existentes nessa área.

Consideramos ser essencial o acesso às pesquisas que possam dialogar com nosso objeto, tendo em vista as memórias de mulheres com deficiência e a violência de gênero. Entendemos que, por meio dessas leituras, podemos ampliar nossos conhecimentos, pois as fontes científicas podem evidenciar informações e dados relevantes sobre os desafios e as experiências exitosas sobre a temática que contribuirão com a pesquisa.

O terceiro capítulo enuncia a Fundamentação Teórica referente aos pressupostos teóricos escolhidos, qual seja, os estudos pertinentes à Análise do Discurso, as contribuições dos estudiosos Foucault, Bakhtin e Authier-Revuz, bem como os conceitos de memória discursiva e narrativas de vida, adotados para esta pesquisa.

No quarto capítulo, discorremos sobre o trabalho realizado em instituições especializadas para mulheres, em Campo Grande, bem como alguns dados estatísticos de mulheres com deficiência atendidas no período de 2016 a 2018.

Por fim, no quinto capítulo apresentamos a análise dos discursos de mulheres com deficiência, com foco principal nas narrativas acerca da violência de gênero vivenciadas em algum momento de suas vidas. O *corpus*, objeto desta pesquisa, está constituído pelas narrativas de vida de 3(três) mulheres da Associação de Mulheres com Deficiência – AMDEFMS,

portanto, uma mulher com deficiência física, uma mulher surda e outra com deficiência visual/baixa visão, da cidade de Campo Grande – MS, obtidos por meio de instrumentos de coleta de dados, com roteiro de conversa direcionada, gravação em áudio e vídeo (quando permitido pela entrevistada), respeitando sempre os princípios de sigilo e por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE. A coleta do *corpus* foi iniciada no mês de julho de 2018, após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/Plataforma Brasil, no dia 8 de junho de 2018.

Portanto, ao buscarmos na Análise do Discurso a base para essa pesquisa reafirmamos o que Orlandi (2010, p.9) pontua como a principal contribuição da AD “[...] nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”. Almejamos assim, que esse estudo possibilite a construção de estratégias e elaboração de ações efetivas que visem ao empoderamento de mulheres com deficiência, para o enfrentamento à violência de gênero.

CAPÍTULO 1 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DEFICIÊNCIA: OS DISCURSOS DE “PODER E VERDADE”

Não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas.

Mary Wollstonecraft (1759-1797)

Neste capítulo, apresentaremos os estudos e discussões que vêm sendo realizados na área da violência de gênero contra a mulher, a partir de uma breve contextualização do surgimento do termo, bem como, a maneira como os estudiosos analisam essa violência em sua dimensão subjetiva, histórica, social e cultural. Dessa perspectiva, consideramos ser importante trazer à reflexão os discursos de poder e verdade, exclusão e resistência no contexto das pessoas com deficiência, notadamente em relação à violência contra a mulher com deficiência.

1.1 Violência e gênero: diferentes dimensões e perspectivas

No Brasil, a cada 4 (quatro) minutos 1 (uma) mulher é agredida, de acordo o Ministério da Saúde e somente no ano de 2018 foram registrados 145 mil casos de violência, segundo levantamento realizado pelo Sistema de Informação e Agravos de Notificação (SINAN).⁴

Segundo o Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde (OMS, 2002, p. 5)⁵, a violência é definida como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

De acordo com o Dicionário Crítico de Gênero (COLLING & TEDESCHI, 2015, p.652), toda forma de violência tem sua origem na intolerância, “rejeição do outro que é diferente de mim”, que por sua vez produz exclusão, discriminação e preconceitos. Essa mesma intolerância leva aqueles que detêm o poder, histórica e culturalmente instituído, a se colocarem em uma posição superior, possuidores da verdade e no direito de dominarem os que consideram frágeis, sem valor e inferiores.

No bojo desse contexto de violências, temos os discursos de poder e verdade, ou seja, discursos que foram socialmente construídos de acordo com os interesses de quem dominava, como

⁴ Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml>. Acesso: 09/09/2019.

⁵ Disponível: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2018.

mecanismos de controle como, por exemplo, o discurso machista, o discurso racista e o discurso de normalização, que se enquadram dentro de formações discursivas do certo e errado. (FOUCAULT, 2002, 2017). Sendo assim, é em uma perspectiva pós-estruturalista, de construção histórica social e genealógica, que buscamos expor como se dá a construção das relações de gênero, e, por sua vez, dos corpos, da sexualidade e da violência, no contexto de mulheres com deficiência.

1.1.1 A construção dos gêneros e a violência

De acordo com Saffioti (2015, p. 47), o “conceito de gênero não se resume a uma categoria de análise”, mas, a uma “categoria histórica” e, como tal, pode ser “concebido em várias instâncias”. Citando autores como Lauretis, Scott e Flax, Saffioti (2015) descreve algumas dessas concepções conceituais para o vocábulo gênero: “um aparelho semiótico”, “símbolos culturais evocadores de representações”, “divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades” e como “uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e mulher-mulher”. (SAFFIOTI, 2015, p. 47). No entanto, embora o conceito de gênero possa variar de acordo com a perspectiva de cada autor, principalmente de autoras feministas, há um consenso: “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”. (SAFFIOTI, 2015, p.47).

Nesse sentido, Butler, em seu livro *Problemas de Gênero* (2015, p. 29), cita uma frase emblemática de Simone de Beauvoir: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, afirmando que o “gênero é construído”; e esse *tornar-se mulher* “sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo”. Assim, Butler (2015), em seus estudos, propõe uma discussão e reflexão a respeito dessa construção de gênero e as consequências advindas dessa reflexão.

Posto isso, Butler (2015) questiona também a política feminista quanto à noção de “mulheres” como sujeito do feminismo, pois, para esta estudiosa, a identidade do sujeito “mulheres” não pode ser concebida como estável ou fixo: “Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2015, p. 21, grifo do autor). Butler (2015) considera que esse sujeito estável acaba por excluir a “classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a ‘identidade’ como tornam equívoca a noção singular de identidade”. (BUTLER, 2015, p. 22). Portanto, nessa concepção, a limitação do gênero leva também a uma exclusão.

Butler (2015) observa que não se pode correlacionar as categorias sexo e gênero, para a autora essas construções são independentes, de modo que “O gênero não deve ser meramente

concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado” (BUTLER, 2015, p. 27). Contudo, o que ocorre na prática, por exemplo, um bebê antes mesmo de nascer já está inserido em um discurso previamente estabelecido, desde o nome, preparativos, todos já apontam para um determinado sexo ou gênero, portanto, ambos são constituídos discursivamente.

De acordo com Butler (2015) a noção de gênero não pode ser predeterminada em um modelo binário em que o sexo está para a natureza (biologicamente definido) como o gênero para a cultura, pois acredita que o gênero não deva ser concebido como algo estável: “Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal” (BUTLER, 2015, p. 30). Segundo a autora, sexo e gênero são construções discursivas e por isso acabam sendo “limitadas” pelas estruturas de poder, isto é, estruturas binárias preestabelecidas pela cultura, pelos discursos hegemônicos.

Na presente pesquisa, pensamos ser relevante trazer esses posicionamentos de construção de gênero para a compreensão global do que vem a ser de fato a violência de gênero e suas implicações para as mulheres com deficiência. Nesse viés, encontramos a visão da antropóloga social Moore (2000) a respeito de que uma identidade “construída” por discursos e categorias de gênero são poderosos, no sentido de que,

(...) entre outras coisas, produzem homens e mulheres marcados por gênero, como pessoas que são definidas pela diferença. Essas formas de diferença são o resultado da operação da significação e do discurso, e quando postas em jogo fazem surgir os efeitos discursivos que produzem a própria diferença de gênero, assim como categorizações de gênero. (MOORE, 2000, p. 17).

De acordo com Moore (2000, p. 21), a perspectiva de construção de sujeitos “marcados por gênero” gera alguns questionamentos importantes para reflexão dos estudos da área, quais sejam: “como as representações sociais do gênero afetam as construções subjetivas, e como a representação ou auto-representação subjetiva do gênero afeta sua construção social”.

Para essa compreensão, Moore avança nos estudos sobre construção da identidade de gênero na concepção do sujeito pós-estruturalista, em que teóricos do discurso, como Foucault (1971), irão propor a visão de um sujeito “multiplamente constituído”, em que “discursos e práticas discursivas fornecem posições de sujeito, e que os indivíduos assumem uma variedade de posições de sujeito dentro de diferentes discursos”. (MOORE, 2000, p. 23). Assim, os sujeitos podem assumir posições múltiplas, dependendo da esfera social e discursiva em que

estejam, o que pode gerar conflitos e contradições. Portanto, homens e mulheres serão “afetados” em suas posições de sujeito como afirma Moore (2000),

Os discursos são estruturados pela diferença, e assim mulheres e homens assumem diferentes posições de sujeito dentro do mesmo discurso, ou, melhor, o mesmo discurso os posiciona como sujeitos de maneiras diferentes. Todos os principais eixos da diferença, raça, classe, etnicidade, sexualidade e religião têm interseções com o gênero, que oferecem uma multiplicidade de posições de sujeito dentro de qualquer discurso. (MOORE, 2000, p. 26).

Moore cita Wendy Holloway (2000, p. 36) para expor uma compreensão da indagação anterior a respeito do que determinaria os indivíduos a assumirem certas posições de sujeito. Esse autor sugere uma noção de “investimento” no sentido de “um compromisso emocional e um interesse” que residem “no poder relativo, concebido em termos da satisfação, retribuição ou vantagem que uma posição particular de sujeito promete, mas não necessariamente realiza.” (MOORE, 2000, p. 36).

Esse *investimento*, portanto, não seria apenas uma questão emocional, mas, principalmente, de um interesse em “benefícios materiais sociais e econômicos” que seriam uma retribuição por uma determinada posição de sujeito, “do homem respeitável, da boa esposa, da mãe poderosa ou da filha bem-comportada em muitas situações sociais.” (MOORE, 2000, p. 36). Moore acrescenta um comentário a esse tipo de investimento, “é por essa razão que modos de subjetividade e questões de identidade estão ligadas a questões de poder, e aos benefícios materiais que podem ser uma consequência do exercício desse poder.” (MOORE, 2000, p. 36).

No entanto, de acordo com Moore (2000, p. 37), seria um equívoco pensarmos que é uma questão de escolha assumir determinada posição de sujeito. Primeiro, pelo fato de que os discursos pertencem a um contexto histórico e isso “significa que nem todas as posições de sujeito são iguais, algumas posições carregam muito mais retribuição que outras e algumas são negativamente sancionadas”.

Outra razão, apontada por Moore (2000), pela qual não é uma questão de escolha, está atrelada “à natureza múltipla e contraditória da subjetividade. A noção de investimento de Holloway lembra as motivações emocionais e subconscientes de assumir várias posições de sujeito.” (MOORE, 2000, p. 38). É nesse sentido que entram as “fantasias” de quem se é e de quem gostaríamos que os outros pensassem que somos, como explica Moore, são “fantasias de identidade que se ligam a fantasias de poder e agência no mundo. Isso explica por que conceitos como reputação se conectam não só a auto-representações e autoavaliações do eu, mas ao

potencial de poder e agência que uma boa reputação confere.” (MOORE, 2000, p. 38). Assim, como afirma Moore (2000), o conceito de *fantasia* colocaria em evidência que o “investimento” possui uma natureza afetiva e subconsciente e, portanto, que são necessárias “estratégias sociais” para mantê-lo.

Além disso, há uma hierarquização ordenada “tanto dentro do discurso dominante quanto entre os discursos” a respeito das diferenças de gênero, o que produz mais efeitos de poder, controle, desigualdades e violências entre os sujeitos em posições de gênero diferentes. (MOORE, 2000, p. 29). Essas diferenças são construídas historicamente pelos vários discursos de múltiplas “feminilidades e masculinidades” existentes em diversos contextos de práticas sociais, “o reconhecimento de feminilidades e masculinidades alternativas possíveis é facilitado em certa medida pelo fato de que os discursos concorrentes são construídos como contrapontos um ao outro”, conforme exposto por Connel (1987, p.177). Sendo assim, Moore afirma que, “é pelo envolvimento com as posições de sujeito oferecidas pelos discursos nesse nível e pelo *investimento* nelas que as mulheres e homens individuais conseguem reproduzir o discurso cultural dominante”. (MOORE, 2000, p. 31).

Essas posições de sujeito ficam perceptíveis nos discursos de mulheres com deficiência quando relatam situações de violência de gênero, conforme observaremos com mais propriedade no quinto capítulo. Mas, no item a seguir, é possível compreender a relação existente entre violência de gênero e a construção das posições de sujeito baseadas no gênero masculino e feminino.

1.1.2 A violência de gênero

Os estudiosos da “violência contra a mulher” passaram a utilizar o termo “Violência de Gênero” a partir dos anos 1990, com o avanço dos estudos de gêneros pelos movimentos feministas (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995). Araújo (2011) explica que,

A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia. Expressa uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência. Dentro dessa ótica, a ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a desigualdade e dominação masculina, internalizadas por homens e mulheres. (ARAÚJO, 2011, p. 2).

Constatamos, dessa forma, como as relações de poder — construídas mediante discursos do *patriarcado*, em que homens assumem uma posição de sujeito detentora de um direito opressor sobre os sujeitos femininos — legitimam atos de violência. (SAFFIOTI, 2015). Pelos estudos de Moore (2000, p. 39) é possível compreendermos uma das possibilidades da “origem” dessa violência de gênero, qual seja, “a frustração dos *investimentos*”.

De acordo com Moore (2000), a frustração nesse caso seria pela “incapacidade de manter ou assumir apropriadamente uma posição de sujeito marcada por gênero, o que resulta numa crise, real ou imaginária, da autorepresentação e/ou avaliação social (...) incapacidade de receber as satisfações ou retribuições esperadas”. (MOORE, 2000, p. 39). Nesse sentido, Moore pontua que,

O modo em que o comportamento dos outros ameaça a nossa autorepresentação e avaliação social. Assim é o perpetrador da violência que é ameaçado e que experimenta a frustração. Muitos casos de violência ocorrem em situações onde a parte frustrada corre o risco de sofrer perda material direta, seja em termos de status social ou de acesso a recursos econômicos, como resultado das insuficiências – assim percebidas – da vítima da violência. (MOORE, 2000, p. 40).

Dessa forma, esse tipo de frustração faz parte das “fantasias de identidade” que estão atreladas a “fantasias de poder”, o que explica o fato de que em muitos casos a violência é o resultado de uma imaginação, uma fantasia do agressor, que se constituem em ferramentas para o controle por meio de ameaças e atos de violência, por supostas infidelidades de suas companheiras, por exemplo. (MOORE, 2000, p. 40). Assim, a “incapacidade de manter a fantasia de poder provoca uma crise na fantasia de identidade, e a violência é um meio de resolver essa crise porque age re-confirmando a natureza de uma masculinidade de outra maneira negada”. (MOORE, 2000, p. 43).

De acordo com Moore, há outras formas de diferenças, além das de gênero, que podem resultar em violências, seriam as de classe e raça, diferenças também construídas e cristalizadas pelos discursos de poder e, portanto, vinculadas às “fantasias de identidade”. (MOORE, 2000, p. 43). Podemos constatar o fator raça como um dos mais agravantes, pois, de acordo com o Atlas da Violência (2018) do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), “em 10 anos a taxa de homicídio contra mulheres negras aumentou 15%, enquanto de mulheres não negras diminuiu 8%.” Portanto, quando há a somatização de fatores, por exemplo, mulher negra, com deficiência e de classe baixa, há um triplo grau de vulnerabilidade e risco à violência de gênero.

Como já mencionamos, Moore (2000) têm por base teórica Foucault (1970), quanto as relações de poder na “ordem do discurso”, ou seja, as relações de poder mantêm uma ligação

direta com a violência de gênero, o poder do homem sobre a mulher, os discursos hegemônicos. Mas, Foucault (2017) defende que onde há um discurso de poder há também um de resistência, portanto, o discurso de resistência, nesse contexto, iniciou-se quando as mulheres não mais aceitaram estar sob o jugo do discurso da submissão, da desigualdade, da exclusão, do medo, da opressão.

Dessa forma, foram às ruas e buscaram todos os meios legais e jurídicos sobre seus direitos pela liberdade de viver uma vida com mais dignidade, igualdade e livre da violência. “O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas”. (FOUCAULT, 1977, p. 17).

No entanto, pelas estatísticas da violência de gênero no mundo e, principalmente, no Brasil — que ocupa o 7º lugar com maior taxa de homicídio de mulheres — ainda há um longo caminho a se percorrer, para de fato termos o direito de viver uma vida livre de violência. De acordo com Ana Isabel Garita Vilchez, criminologista e ex-ministra da Justiça da Costa Rica,

O feminicídio não é aceitável em uma democracia, pois é a violação de um dos direitos mais fundamentais do ser humano: o direito à vida. É preciso visibilizar que há um problema muito sério no Brasil: estão matando mulheres. Ou seja, estão assassinando mulheres de modos muito cruéis, em muitos casos de formas absolutamente atroz, e mulheres cada vez mais jovens. (Dossiê Feminicídio, 2015)⁶.

O reconhecimento da violência de gênero no meio jurídico, em especial a praticada dentro do âmbito familiar, esteve invisível aos direitos humanos durante muito tempo. As mudanças nesse quadro começaram a ocorrer quando a farmacêutica aposentada, Maria da Penha Maia Fernandes, do Estado do Ceará, após sofrer diversas agressões e tentativas de homicídio do então marido, o economista colombiano naturalizado brasileiro, resolve se separar e denunciá-lo à polícia, no ano de 1986. Enfatizamos que Maria da Penha se tornou uma mulher com deficiência física, paraplegia, devido a primeira tentativa de homicídio por uma arma de fogo. (IMP, 2018).⁷

No entanto, mesmo recorrendo a todos os meios legais e jurídicos do Brasil, Maria da Penha não conseguiu que o agressor fosse condenado justamente, foi necessário que recorresse a instâncias internacionais para ver seus direitos garantidos e que a justiça fosse

⁶ Agência Patrícia Galvão. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>. Acesso: 18/11/2018.

⁷ Instituto Maria da Penha. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso: 25/03/2019.

efetivada. Com isso, o Brasil foi recomendado internacionalmente, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (OEA), à criar de uma lei específica para a prevenção e combate à violência doméstica e familiar.

Após sete anos de várias tramitações de projetos de lei, somente em 7 de agosto de 2006, ocorre o grande marco legal brasileiro no âmbito da violência contra a mulher: a instituição da Lei N. 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”, em homenagem à luta dessa mulher, inconformada com a impunidade de seu ex-marido. No Art. 5º dessa Lei, temos a definição de violência doméstica e familiar:

Para os efeitos desta Lei, **configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial**: I – no âmbito da **unidade doméstica**, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II – **no âmbito da família**, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III – **em qualquer relação íntima de afeto**, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006, grifos nossos).

No que se refere à violência doméstica e familiar vivida pelas mulheres com deficiência, a Lei regulamenta que a pena ao agressor deverá ser aumentada em 1/3 (BRASIL, 2006, Art. 44 § 11), devido à condição de vulnerabilidade em que essas mulheres se encontram e a incapacidade de se defenderem.

Ademais, a Lei Maria da Penha (N. 11.340/2006), no Capítulo 2, art. 7º, traz algo fundamental para a aplicação da justiça nos casos de violência contra a mulher, detalhando as cinco formas que se configuram como um tipo de violência doméstica e familiar:

I – **a violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – **a violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – **a violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição,

mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – **a violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V – **a violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

De acordo com a Procuradora de Justiça do Ministério Público-MS, Jaceguara Dantas da Silva (2018, p. 109), “é indiscutível a importância da Lei Maria da Penha para o cumprimento das obrigações contraídas pelo Brasil junto à comunidade internacional, quando o país se fez signatário de tratados, acordos e convenções voltadas para o combate à violência de gênero contra a mulher.” No entanto, apesar da relevância da referida lei, ainda há pouco conhecimento pelas mulheres. Como comprovado pela Procuradora Jaceguara (SILVA, 2018, p. 111), a respeito da Lei Maria da Penha: “77% afirmam conhecê-la pouco e apenas 18% a conhecem bem. Esse resultado é extremamente significativo e induz à conclusão de que novas e eficientes ações precisarão ser empreendidas para difundir e popularizar”. Constatamos assim, a necessidade de mais ações voltadas para divulgação efetiva da Lei 11.304/2006 em todas as esferas da sociedade, principalmente, para as mulheres dos grupos em situação de risco e vulnerabilidade, como as mulheres com deficiência.

No dia 13 de maio de 2019 foi sancionada a Lei N. 13.827/19, que altera a Lei Maria da Penha (N. 11.340/2006), “para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça”. (BRASIL, 2019).⁸ Essa alteração tem sido considerada um avanço para agilizar os procedimentos de proteção às vítimas de violência.

No período em que esta dissertação estava em fase de finalização, outra alteração importante ocorreu pela criação da Lei Nº 13.836, de 4 de junho de 2019⁹, em que se acrescenta dispositivo ao Art. 12 da Lei Maria da Penha, “para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar”, nos boletins de ocorrência. Portanto, de acordo com o Art. 2º da Lei Nº 13.836/2019, “o § 1º do Art. 12 da Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar o inciso IV com a seguinte redação

⁸ Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm. Acesso: 05/9/2019.

⁹ Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13836.htm. Acesso: 6/9/2019.

- informação sobre a condição de a ofendida ser pessoa com deficiência e se da violência resultou deficiência ou agravamento de deficiência preexistente”. Quando essa Lei entrar em vigor efetivamente, em todos os estados brasileiros, será um avanço para as pesquisas quantitativas e para a promoção de políticas públicas concretas no campo do combate e enfrentamento da violência contra mulheres com deficiência.

Além disso, segundo os pesquisadores e autores do *Atlas da Violência 2018* (IPEA e FBSP) algumas ações são necessárias e urgentes para o enfrentamento da violência contra mulheres no Brasil, como o fortalecimento e ampliação das redes de atendimento à mulher em situação de violência, principalmente, por meio do sistema de saúde, “já que em muitos casos as mulheres passam várias vezes por esse sistema antes de chegarem a uma delegacia ou a um juizado (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 48)¹⁰.

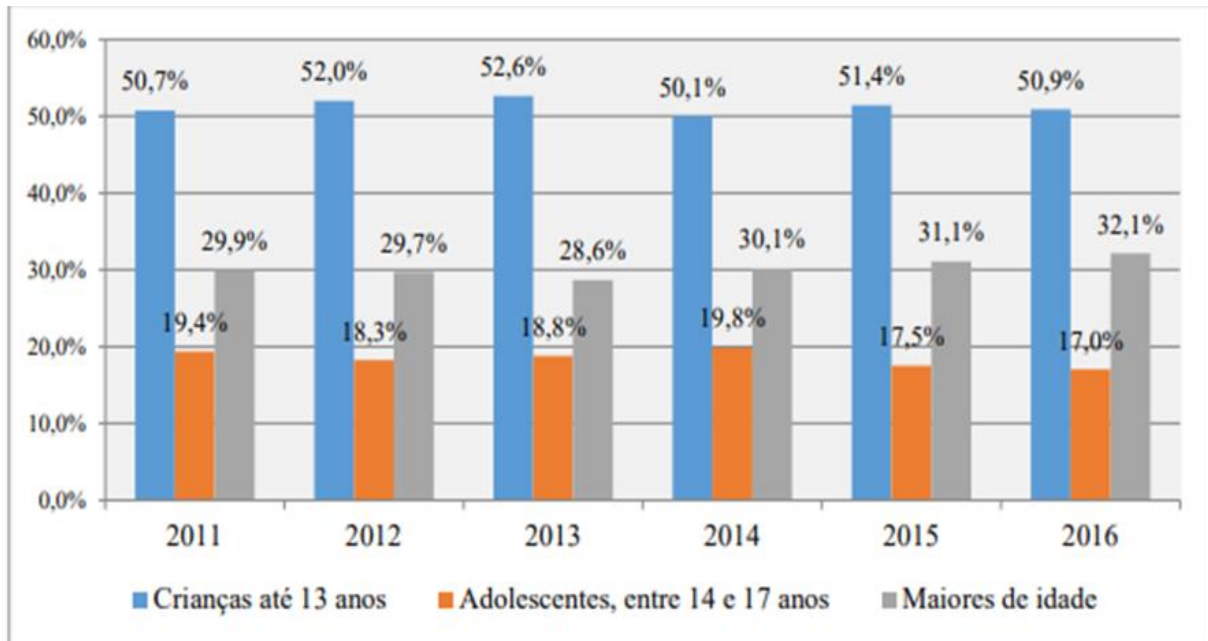
É relevante, portanto, compreender o conceito de redes de apoio, que abrangem a “Rede de Enfretamento à Violência contra a Mulher”, bem como, a “Rede de Atendimento”. De acordo com Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM (2011), a Rede de enfrentamento se refere à articulação “entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres”. Portanto, no âmbito acadêmico é imprescindível o fortalecimento desse vínculo dentro dessa “rede”, visto que ainda observamos tímidas discussões acerca dessa problemática. Além disso, é necessário maior divulgação dessas redes de apoio à toda população e de forma acessível à todas as mulheres com deficiência.

1.2 Violência sexual contra crianças e adolescentes

Após a análise das narrativas de mulheres com deficiência consideramos importante acrescentar este subtópico, visto que, constatamos que algumas mulheres foram vítimas de violência, principalmente sexual e física, desde a infância, acarretando marcas em suas subjetividades, por vezes, de forma inconsciente. Apresentamos a seguir alguns dados estatísticos recentes publicados no Atlas da Violência (IPEA, 2018):

¹⁰Disponível:http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em 19/08/2018.

Tabela 1: Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro segundo faixa etária (2011-2016)¹¹



Fonte: Microdados do Sinan/ Dasis/ SVS/ Ministério da Saúde.

Tabela 2: Brasil: número de vítimas de estupro por tipo de deficiência e repetição do evento (2016)¹²

Tipo de deficiência/transtorno /Repetição do Evento	Primeira vez	Outras vezes	Sem informação	Total geral
Deficiência física	62	62	30	154
Deficiência mental	264	275	155	694
Deficiência visual	37	31	4	72
Deficiência auditiva	39	19	18	76
Transtorno mental	295	301	133	729
Transtorno de comportamento	156	180	66	402
Outro tipo	74	102	42	218
Total de casos contra vítimas deficientes	927	970	448	2.345
Total de casos	10.781	7.951	4.067	22.799

Fonte: Microdados do Sinan/ Dasis/ SVS/ Ministério da Saúde.

¹¹ Elaboração Diest/ Ipea e FBSP. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 63)

¹² Elaboração Diest/ Ipea e FBSP. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 67).

Tabela 3: Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro segundo faixa etária (2011-2016)¹³

Vínculo Vítima e agressor	Criança (até 13 anos)	Adolescente (14 a 17 anos)	Adulto (18 anos ou mais)
Desconhecido(a)	9,41%	32,50%	53,52%
Amigos/conhecidos	30,13%	26,09%	18,82%
Cônjuge	1,56%	3,39%	8,20%
Ex-cônjuge	0,27%	0,53%	5,44%
Outros	17,59%	7,58%	4,48%
Ex-namorado(a)	0,93%	2,14%	2,65%
Namorado(a)	7,78%	9,01%	1,66%
Padrasto	12,09%	7,38%	1,23%
Pai	12,03%	6,54%	1,30%
Irmão (ã)	3,26%	1,55%	0,72%
Pessoa com relação institucional	1,07%	0,94%	0,63%
Filho(a)	0,26%	0,13%	0,28%
Policial/agente da lei	0,08%	0,10%	0,32%
Cuidador(a)	0,99%	0,28%	0,18%
Patrão/chefe	0,09%	0,20%	0,40%
Mãe	2,48%	1,63%	0,18%

Fonte: Microdados do Sinan/ Dasis/ SVS/ Ministério da Saúde.

Os dados demonstrados revelam a gravidade de uma realidade brasileira, qual seja, crianças e adolescentes em situação de violência sexual, na maioria dos casos, praticada por homens conhecidos da família, com 92,4% das notificações em que o agressor era do sexo masculino, e desse percentual 62% ocorridas dentro de casa. (ATLAS DA VIOLÊNCIA/IPEA, 2018).

Apesar de as Leis garantirem direitos às crianças e total proteção à vida, não é o que observamos na prática, pelo contrário, os dados da pesquisa do Ministério da Saúde não deixam dúvidas de que esse crime tem aumentado de forma alarmante. No período entre 2011 e 2017, foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. Desse total, 51,2% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos, 45,5% eram de raça/cor da pele negra, e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno.

A Constituição Federal (1988) garante em seu artigo 227 que: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, (...) além de colocá-los a salvo de *toda forma* de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Quanto a punição: “§ 4.º A lei punirá severamente o abuso, a

¹³ As colunas não somam 100% pois para um mesmo estupro pode haver mais de um agressor. Elaboração Diest/Ipea e FBSP. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 67).

violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. Também, O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990; Lei 11.829/2008, no Art. 5º preconiza: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. É relevante, também, compreender que, o Ministério da Saúde considera violência sexual os casos de assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual. O tipo mais notificado foi o estupro (62,0% em crianças e 70,4% em adolescentes).

Observamos assim, que as leis já existem para assegurar a proteção de crianças e adolescentes contra *toda* forma de exploração e violência, e que os agentes dessa proteção seriam a “família, a sociedade e o Estado”. Então, onde está o problema de fato? Podemos fazer uma reflexão: se os dados da pesquisa revelam que cerca de 60% dos casos de abuso sexual acontecem em casa, no ambiente familiar, o problema talvez esteja apontando para uma falha nesse ambiente.

Visto que a família é o reflexo da sociedade a que pertencem, o que esperar então se uma sociedade está em decadência, gerando medo e insegurança em sua população e onde imperam os discursos de *poder e verdade* de uma pequena classe dominante, prevalecendo ainda mais os discursos machistas hegemônicos? Crianças nascem e crescem em ambientes inseguros, onde não há interação familiar, ou seja, crianças e adolescentes que por falta de orientação sobre sexualidade, não sabem a diferença entre um carinho e um abuso sexual, onde o homem em geral tem atitudes machistas, por vezes, sendo violentos com as mães. Dessa forma, essas crianças tornam-se presas fáceis para os homens que circulam nesse ambiente, se aproveitem da ingenuidade, “fraqueza”, usando de chantagem, ameaça e medo para conseguirem satisfazer sua necessidade, não sexual, mas antes, sua sede de poder, de dominação, essa necessidade doentia de prevalecer sobre os considerados vulneráveis.

Essa situação se torna ainda mais grave quando se trata de crianças com deficiência, principalmente meninas que, aos olhos desses criminosos, se tornam ainda mais ‘desejáveis’ pela fragilidade que representam, são crianças femininas e com uma deficiência. Além disso, esses abusadores, pedófilos, pensam ao olhar para essas meninas: “quem acreditaria se ela contasse?” Realmente “ninguém” e aí encontramos outro problema, as crianças não são levadas em conta, em muitos casos, são desacreditadas por suas próprias mães ou responsáveis, que ao invés de protegê-las e “salvá-las” daquela situação, muitas vezes, são revitimizadas e sofrem violência física porque supostamente mentiram, como constatado pela análise realizada com a participante da pesquisa S.V., no quinto capítulo.

De acordo com Itamar Gonçalves, da ONG Childhood Brasil (2018)¹⁴, para que ocorra uma mudança nesse “cenário é importante criar ambientes que sejam acolhedores e inclusivos nos espaços frequentados pelas crianças e adolescentes, nas famílias, escola, igrejas (...)” Além disso, o ativista afirma que é preciso desenvolver um trabalho preventivo por meio de “informação, especialmente sobre o funcionamento do corpo, a construção da sexualidade, visando empoderar nossas crianças”. Entendemos que a transmissão dessas informações não é de obrigação apenas da família, mas também da escola, que desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos, podendo contribuir para uma sociedade mais justa, menos sexista e mais respeitosa para com todos.

Como afirma Gonçalves (2018) “O importante é desmistificar a ideia que falar de sexualidade é ensinar as crianças a terem relação sexual”, mas sim, ensinar as crianças a diferença de um toque que se configura um abuso sexual, a protegerem seu corpo, cuidando e não deixando ninguém tocá-las de forma imprópria e a importância de denunciar a violência sofrida, sem medo e sem culpa. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), em seu Artº 8, propõe algumas diretrizes nesse sentido:

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres; (...) IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, a Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast) por meio da Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM), do governo do Estado do MS, lançou em agosto de 2015 o Projeto “Maria da Penha vai à Escola”, aos alunos do ensino médio das escolas estaduais da Capital. De acordo com a então subsecretária da SPPM, Luciana Azambuja Roca, o principal objetivo do projeto é sensibilizar os alunos e conscientizá-los da necessidade de denúncia de todo caso de violência. “Todos temos o direito de viver sem violência e com informação temos a oportunidade de tentar mudar o pensamento do estudante e incentivá-lo a denunciar qualquer tipo de violência. Assim possibilitar uma sociedade justa e igualitária”. (SEDHAST, 2015).¹⁵ O referido projeto continua em vigência até

¹⁴Disponível: g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml. Acesso: 25/01/2019.

¹⁵ Disponível: <http://www.sedhast.ms.gov.br/projeto-lei-maria-da-penha-vai-a-escola-estreia-palestra-e-debates-com-alunos-da-escola-hercules-maymone/>. Acesso: 14 de maio de 2019.

o presente momento da escrita desta dissertação, com alcance em outros municípios do estado do Mato Grosso do Sul.

Com relação ao fato demonstrado anteriormente, de os agressores serem predominantemente homens, Gonçalves (2018) destaca, também, que isso seria um reflexo de uma sociedade onde impera a cultura machista, em que os meninos desde pequenos já são bombardeados por discursos que incentivam o uso de poder sobre as meninas, ouvem em casa que quem manda é o homem, ou seja, “são culturalmente estimulados a dominar as meninas e mais tarde suas mulheres. Lembram das frases: 'Homem não chora', 'Prendam suas cabras, meu cabrito está solto'... O papel do cuidado, da afetividade fica para as meninas”.

Portanto, ações para o combate desse tipo de violência são urgentes em todas as esferas da sociedade, principalmente na escola e no ambiente familiar, onde a criança passa a maior parte do tempo. Outro fator importante é observar os sinais que a criança dá quando passou ou está passando por uma situação de violência sexual, como por exemplo, uma mudança brusca de comportamento, baixo rendimento escolar, isolamento, baixa autoestima e enfermidades.

Assim, compreendemos que somente com um esforço conjunto, entre os diversos setores da sociedade - família, educação e saúde - é que poderemos ver um quadro diferente no futuro, em que realmente as crianças e adolescentes, principalmente, meninas, sejam respeitadas e usufruam plenamente do seu direito de *viver*.

1.3 Femicídio no Brasil e no Mato Grosso do Sul

Desde o ano 2015, temos ouvido com maior frequência em notícias televisas e nas mídias sociais a palavra *femicídio*. No entanto, a sociedade em geral não compreende de fato o que significa quando um homem é condenado por femicídio. Profissionais do próprio meio jurídico divergem quanto à criação do projeto de lei de femicídio, como exemplificado pelo comentário do advogado Leonardo Isaac Yarochevsky, no site *Jusbrasil*, “ao tratar o homicídio perpetrado contra mulher (femicídio) mais severamente do que o cometido contra o homem, o projeto está dizendo que a vida da mulher vale mais que a do homem, (...) Está tratando bens jurídicos idênticos (vida humana) de maneira desigual.”¹⁶

No entanto, para compreendermos melhor a importância da tipificação de crime em Lei como femicídio, precisamos recorrer aos números de mulheres mortas pela questão de

¹⁶<https://consultor-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/159437715/femicidio-e-retrocesso-na-busca-pela-igualdade-e-no-combate-a-discriminacao>. Acesso: 27/03/2019.

gênero. De acordo com dados levantados pelo site ONUBR¹⁷ e a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015), o número de mulheres assassinadas no Brasil chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres. O Brasil já ocupa o quinto lugar no mundo. Portanto, não estamos falando apenas de homicídios, assassinatos, estamos falando de mulheres que estão sendo mortas por ocuparem o lugar de sujeito ‘marcado’ pelo gênero feminino, ou seja, mulheres estão morrendo todos os dias pelo simples fato de *serem mulheres*.

Após a publicação da Lei Maria da Penha (2006), observamos no cenário nacional um movimento mais consolidado pelo enfrentamento da violência contra as mulheres, tanto de movimentos feministas que sempre atuaram na defesa dos direitos das mulheres, quanto em outras instâncias da sociedade como o meio jurídico — que apesar de ainda não apresentar um consenso — defendem a necessidade de ações mais efetivas para essa grave problemática da violência contra a mulher.

Portanto, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI da violência doméstica, no Congresso Nacional, após realizar investigação de casos e dados da violência e assassinatos contra as mulheres no Brasil, encaminhou a proposta às casas de Lei que, posteriormente, resultaria na Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015, que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848/1940- Código Penal, “para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos”. O texto da Lei alterada segue adiante:

Art. 1º O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação: “**Homicídio simples** Art. 121. ...**Homicídio qualificado** § 2º ...**Feminicídio** VI - contra a mulher por razões de condição de *sexo* feminino: ... § 2º-A Considera-se que há razões de condição de *sexo* feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher...**Aumento de pena**... § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou **com deficiência**; III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.” (NR, BRASIL, 2015).¹⁸

Vale ressaltar que a proposta original tratava de um crime pela “condição de gênero feminino”, mas que foi substituído pelo termo “condição de *sexo*”. De acordo com Machado e Elias (2018, p. 288), “utilizar o *sexo* como critério definitorial do feminicídio é, para além de uma clara tentativa de esvaziamento do seu conteúdo político, também uma transgressão de

¹⁷Disponível: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso: 27/03/2019.

¹⁸Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso: 20/01/2019.

todo o conteúdo sociológico do conceito que se constituiu muito antes de ele se firmar como categoria jurídico-legal”.

No entanto, ainda que a Lei não seja perfeita e, até o momento, não tenha diminuído os casos de mortes de mulheres no Brasil, é importante pensarmos nas conclusões de Machado e Elias (2018, p. 299), de termos uma “visão reflexiva a respeito da criminalização do feminicídio como processo político complexo, diante de uma estrutura social que concebe o corpo das mulheres como território de ocupação, violência e morte”.

Para os pesquisadores do IPEA, Atlas da Violência (2018), “a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual.” Diante dessa situação, os pesquisadores pontuam que “muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido opções concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência”.¹⁹

Nesse contexto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou no site da *Organización de los Estados Americanos* (OEA)²⁰, um comunicado no dia 4 de fevereiro de 2019, expressando sua “profunda preocupação frente à alarmante prevalência de assassinatos de mulheres em razão de estereótipo de gênero no Brasil”. Somente no mês de janeiro de 2019 o Brasil já havia registrado 126 mortes de mulheres por feminicídio e no estado do Mato Grosso do Sul, do primeiro dia de janeiro de 2019 até o dia 4 do mês de junho, foram registradas 17 mortes por feminicídio, segundo a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (Sejusp).²¹

De acordo com a presidente da CIDH e Relatora sobre os Direitos das Mulheres, Maragarette May Macaulay, “a aprovação da lei que tipifica o feminicídio no Brasil representou um passo fundamental para tornar visível a natureza discriminatória dos assassinatos de mulheres em razão de seu gênero. No entanto, agora é essencial que se reforce as medidas de prevenção e proteção”. Portanto, para o combate e enfrentamento dessa alarmante violência contra as mulheres, a CIDH propõe que o Estado brasileiro fortaleça mecanismos de prevenção e adote as seguintes medidas:

(...) **erradicar** a violência e a discriminação contra as mulheres em nível nacional, de forma coordenada e contando com recursos institucionais e financeiros adequados.

¹⁹Disponível: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso: 18/04/2019.

²⁰Disponível: <http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2019/024.asp>. Acesso em: 5/02/2019.

²¹Disponível: g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/04/03/femicidios-em-ms-quem-sao-as-12-mulheres-assassinadas-por-seus-companheiros-em-2019.ghtml. Acesso em: 23/06/2019.

Isso implica a adoção de medidas abrangentes, elaboradas com uma perspectiva de gênero e de natureza interdisciplinar, incluindo componentes voltados para a eliminação de estereótipos discriminatórios de gênero. A Comissão ressalta, também, a necessidade de se reforçar a formação de agentes públicos e pessoas que prestam serviço para o Estado - profissionais das forças policiais, das autoridades de investigação, assim como das autoridades judiciais - com a perspectiva de gênero, de forma a que possam prestar os devidos cuidados às mulheres vítimas das tentativas de homicídios, bem como aos parentes de mulheres assassinadas, e identificar efetivamente a natureza discriminatória destes crimes; proteger as vítimas e suas famílias contra a revitimização, além de tipificar tais casos com feminicídio, quando apropriado. (CIDH/OEA, 2019, grifo nosso).

Obsevamos, assim, que há uma preocupação e um chamamento nacional para que as medidas realizadas para o enfrentamento da violência de gênero sejam intensificadas e de fato efetivadas, pois, entendemos que essa violência e sua culminância nos altos índices de feminicídio, já se tornou uma situação de calamidade pública, como se fosse uma epidemia, um vírus, que precisa ser *erradicado* da sociedade, caso contrário, poderá se tornar uma doença social incurável. Até o momento da nossa pesquisa, o Brasil não tem dados estatísticos para quantificar o número de mulheres com deficiência vítimas de feminicídio.

CAPÍTULO 2 - MULHERES COM DEFICIÊNCIA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, INVISIBILIDADE E SILENCIAMENTO

Consideramos relevante iniciar este capítulo explicando que as pesquisas na área de gênero e deficiência, principalmente, sobre violência de gênero e mulheres com deficiência, ainda são consideradas escassas no Brasil, tendo em vista que não estamos falando aqui em leis e decretos que preconizam direitos a proteção para meninas e mulheres com deficiência, pois o Brasil é um dos países com as melhores leis para pessoas com deficiência, mas na mesma proporção, um dos últimos em sua efetiva aplicação.

Estamos nos referindo à carência de estudos e pesquisas cientificamente embasados e certificados, qualitativa e quantitativamente, assim como pesquisas com patrocínio federal para um levantamento sério e cuidadoso sobre os índices de violência de gênero contra mulheres com deficiência em cada estado brasileiro. Afinal, entendemos que o apoio de verbas só existirá, para um trabalho efetivo no enfrentamento e combate à violência no âmbito da deficiência, caso sejam apresentados dados estatísticos comprovados por pesquisas aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Dito isso, e no empenho pela busca de fundamentação teórica para esta pesquisa, debruçamo-nos a encontrar, no banco de dados, os estudos mais relevantes – teses, dissertações, artigos – que tivessem sido produzidos no Brasil e no mundo sobre mulheres com deficiência, gênero e a violência de gênero no âmbito da deficiência.

A pesquisadora brasileira com maior número de referências em estudos e publicações nessa área é a antropóloga e feminista, Débora Diniz, tanto que uma boa parte de dissertações de mestrado e doutorado com esta temática, estiveram sob sua orientação ou estão embasados, em suas pesquisas. Dessa forma, apresentaremos alguns estudos dessa autora, bem como, da também antropóloga e feminista Anahí Guedes de Mello, uma mulher com deficiência auditiva, com relevantes artigos publicados. Também, nos valeremos das publicações da advogada, feminista Débora Prates, uma mulher com deficiência visual, cegueira e que experimentou uma vida antes e depois da deficiência.

Antes de adentrarmos especificamente na temática da violência de gênero e mulheres com deficiência, consideramos importante realizar algumas considerações sobre o percurso sócio histórico no campo das pessoas com deficiência, para uma compreensão do leitor a respeito de que perspectiva tratamos a deficiência nesta pesquisa.

2.1 O discurso de poder, exclusão e resistência no contexto das pessoas com deficiência

Segundo o último Censo Demográfico (2010), do IBGE, 45,6 milhões de brasileiros ou 23.9% da população total, têm algum tipo de deficiência (visual, física, auditiva ou intelectual). Desse percentual, 25,8 milhões (26,5%) são mulheres e 19,8 milhões (21,1%) são homens. Do total, 38,4 milhões vivem em áreas urbanas e 7,1 milhões em áreas rurais. Dessas pessoas, que correspondem aproximadamente a $\frac{1}{4}$ da população total do país, 6,7% têm alguma deficiência severa e apresentam algum grau de dependência, dentro dos tipos dessas deficiências citadas anteriormente.

No entanto, mesmo com esse quantitativo populacional (considerando ainda mais os nove anos desde o último censo), questões como a exclusão e marginalização — geradas pelo preconceito contra as pessoas com deficiência — parecem estar enraizadas na sociedade brasileira, assim como o preconceito contra as pessoas negras, indígenas, LGBTQI+ e todos os demais grupos considerados minorias.

Desde a Antiguidade, pessoas com algum tipo de deficiência são consideradas ‘anormais’, possuidoras de algum mau espírito ou até sem almas, portanto, indignas de uma vida em sociedade com os mesmos direitos de qualquer cidadão. Os discursos religiosos e biomédicos contribuíram e, ainda contribuem, para perpetuar a ideologia de que uma pessoa com deficiência precisa sempre ser assistida de forma misericordiosa, piedosa, por vezes, infantilizada e com um olhar da falta, de anormalidade, dentro de discursos de verdade, que se tornaram cristalizados, sobre os padrões de normalidade de uma sociedade (FOUCAULT, 2002). Assim, Foucault (1975) expõe os “mecanismos de poder, exclusão e marginalização”, desde a Idade Média, para com as pessoas consideradas doentes (leprosos), loucos, pobres, ou seja, a todos que, de uma forma ou de outra, não se enquadravam nos padrões de normalidade. O autor discute, “os efeitos e os mecanismos de poder que se exercem sobre eles como mecanismos e efeitos de exclusão, de desqualificação, de exílio, de rejeição, de privação, de recusa, de desconhecimento; ou seja, todo o arsenal dos conceitos e mecanismos negativos da exclusão”. (FOUCAULT, 1975, p. 54).

Quando estudamos a história sobre as pessoas com deficiência, observamos a luta constante pelo direito a uma vida com dignidade, sem os estigmas que alguns termos trouxeram a essas pessoas como ‘aleijado’, ‘manquinho’, ‘doido’, ‘ceguinho’, ‘mudinho’, ‘excepcionais’, ‘portadores de deficiência’, ‘deficientes’, ‘portadores de necessidades especiais’, ‘especiais’, entre outras. Para alguns, talvez pareça não fazer diferença o nome com o qual chamamos a essas pessoas, desde que as tratemos com respeito. No entanto, o respeito começa exatamente

pela forma como denominamos o Outro, pois a maneira como nos referirmos a alguém, esse “nome”, carrega uma carga de “pré” conceitos, portanto, de exclusão.

Os discursos dos movimentos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, em âmbito internacional, passaram por várias transformações, desde maneiras de se conceber a deficiência, os direitos desses sujeitos, até as nomenclaturas que expressassem mais dignidade e menos estigmas. O Parecer N° 21/2009/CONADE/SEDH/PR regulamenta que,

As terminologias para designar pessoas com deficiência foram sendo modificadas durante os períodos históricos, tendo os vocábulos acompanhado as mudanças ocorridas a partir de diferentes paradigmas sociais vigentes. O atual contexto dos direitos das pessoas com deficiência está baseado independentemente de sua limitação funcional, no **modelo social de direitos humanos**, cujo pressuposto é de reconhecimento de pessoa com deficiência como **pessoa humana em primeiro lugar**, titular de direitos e liberdades fundamentais, independentemente de sua limitação funcional. Nesse sentido, não se porta uma deficiência como se fosse uma bolsa que se retira em seguida para no momento posterior recolocá-la. Por isso a expressão pessoa portadora de deficiência não é uma boa expressão para identificar o segmento. Pessoas com necessidades especiais também não identifica de fato sobre que grupo está-se referindo se considerarmos que todos têm alguma necessidade especial. Com o advento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, juntamente com seu Protocolo Facultativo, por intermédio da promulgação do Decreto Legislativo n° 186, de 09 de julho de 2008, aprovada com equivalência formal a uma emenda constitucional uma vez tendo seguido, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, o quorum qualificado determinado e na forma definida pelo § 3º, do art. 5º, da Constituição Federal, o mais novo parâmetro valorativo do ordenamento jurídico brasileiro é a positivação da expressão traduzida para o português como **pessoa com deficiência**²². (CONADE, 2009, grifo nosso).

No entanto, precisamos situar e voltar no tempo para esclarecer que esse *modelo social* de conceber a deficiência, de que se fala nesse parecer e que os *Disability Studies* (Estudos da Deficiência) corroboram, teve como precursor o sociólogo do Reino Unido, Paul Hunt, com deficiência física, na década de 1960, e foi sua carta de 20 de setembro de 1972, remetida ao jornal inglês *The Guardian*, que de fato trouxe mudanças para o debate de como as pessoas com “lesões” estavam sendo tratadas em instituições, sendo ignoradas e assistidas com regimes cruéis. Nessa carta, Hunt propôs a formação de um grupo de pessoas que levasse ao Parlamento as ideias das pessoas que viviam nessas instituições e das que poderiam futuramente substituí-las. (DINIZ, 2007, p.14).

Como resposta positiva e apoio de outros sociólogos com lesões físicas, como Michel Oliver, quatro anos após essa carta, foi criada a primeira organização política de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, chamada de Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação

²² Disponível: http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/parecer_-_mudanca_da_nomeclatura.pdf. Acesso em: 23 de julho de 2018.

(Upias). O destaque para esse grupo — que o difere de outras instituições especializadas para pessoas com deficiência da época — era justamente seu caráter político e social, partindo das próprias pessoas com “lesões físicas”, com o objetivo não de segregá-las, como faziam as instituições, mas trazê-las para o convívio em sociedade.

De acordo com Diniz (2007), as Upias, além de ser um grupo *de* e *para* as pessoas com deficiência, tornou-se original pelos seus discursos de resistência ao discurso do modelo médico em relação à deficiência, ou seja, para além de um modelo em que a “deficiência é a consequência natural da lesão em um corpo e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos”. (DINIZ, 2007, p. 15). Em contrapartida, é importante propor e firmar o modelo social em que a pessoa, o sujeito com deficiência, tem todos os direitos como cidadão de viver em sociedade e, portanto, é a sociedade que precisa adequar seus ambientes para que todas as pessoas possam viver com dignidade e respeito.

É interessante ressaltar, como exposto por Diniz (2007), que a Upias se consolidou de fato apenas em 1976, devido às dificuldades impostas para que pessoas com deficiência se comunicassem e se firmassem como um grupo instituído, com caráter político e social, de luta e tendo como principal objetivo,

[...] redefinir a deficiência em termos de exclusão social. A deficiência passou a ser entendida como uma forma particular de opressão social, como a sofrida por outros grupos minoritários, como as mulheres e negros. O marco teórico do grupo de sociólogos deficientes que criaram a Upias foi o materialismo histórico, o que os conduziu a formular a tese política de que **a discriminação pela deficiência era uma forma de opressão social**. (DINIZ, 2007, p. 16, grifo nosso).

A partir de então, no Reino Unido e nos Estados Unidos, a deficiência passou a ser preocupação não somente das áreas da saúde, com abordagem clínica em que os impedimentos do corpo vêm em primeiro lugar, mas também na área de Humanas com uma visão social e antropológica desses sujeitos com deficiência (DINIZ, 2007). Com isso, houve uma revolução nos discursos acerca da pessoa com deficiência.

Nesse sentido, de acordo com Diniz (2007, p. 9), a concepção sobre o termo “deficiência” passou por uma nova compreensão, ou seja, “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência”. Os primeiros cursos na área da deficiência com novo enfoque surgem a partir da década de 1980 e outros grupos com propostas semelhantes às da Upias, também se estabeleceram com o intuito de expor as formas de opressão das pessoas com deficiência e seus direitos na sociedade.

No entanto, outras propostas surgiram, por exemplo, o termo escolhido pela entidade Internacional de Deficientes (DPI) e que vigorou nos anais de Cingapura foi *handicap* para distinguir de deficiência, sendo definido como “perda ou limitação de oportunidades em participar na vida normal da comunidade em igualdade de condições com outros indivíduos devido a barreiras físicas e sociais”. (DINIZ, 2007, p. 35). Essa terminologia causou muitas polêmicas, principalmente por sua etimologia, “chapéu na mão”, remetendo às pessoas com deficiência pedindo esmolas na rua. Embora, tenha sido usada, inclusive, em substituição à palavra deficiência, perdeu forças na década de 1990, não resistindo às críticas. (DINIZ, 2007).

O termo “normal”, também utilizado nesse significado para *handicap*, foi um ponto crítico para muitos do movimento social, pois foi justamente contra esse tipo de concepção de parâmetros de normal e anormal impostos pelo modelo biomédico — que segregava e excluía as pessoas com deficiência — que o primeiro grupo de sociólogos rebatia e lutava para que houvesse uma mudança de concepção. (DINIZ, 2007).

A *Convenção da ONU Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência*, em 2006, foi o divisor de águas para todos os países, incluindo o Brasil, no que tange a mudanças efetivas em tudo o que vinha sendo realizado até aquele momento para as pessoas, denominadas até então, de portadoras de deficiência. Seguem, de forma resumida, algumas especificações do que compreendeu esse Tratado Internacional de Direitos Humanos e suas implicações,

[...] aprovação, pelo Decreto Legislativo 186, de 9 de julho de 2008, da “Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência”, assinada em 30 de março de 2007 e ratificada pelo Brasil em 1º de agosto de 2008, bem como de seu protocolo facultativo — pelo qual se reconhece a competência do Comitê para receber e considerar comunicações por violação desta [...]a) ao contrário da “Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência”, incorporada pelo Decreto Legislativo 198/2001, as disposições procuram ter em conta as “formas múltiplas ou agravadas de discriminação por causa de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, origem nacional, étnica, nativa ou social, propriedade, nascimento, idade ou outra condição” (preâmbulo, letra “p”), do que se seguiu a normatização específica para estas situações de discriminação (por exemplo, **previsões para mulheres — artigo 6**, crianças, artigo 7, acessibilidade, artigo 9, exploração, artigo 16, educação, artigo 24 e saúde, artigo 25); b) fica reconhecida a diversidade das pessoas com deficiência (preâmbulo, letra “i”); [...] **“pessoas com deficiência”**, como aquelas que “têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (artigo 1º). Desta forma, procura conjugar o antigo “modelo biomédico de deficiência”, vinculado às lesões que incidiam sobre o corpo, reforçando a estigmatização, com o **“modelo social”**, vinculado às práticas e estruturas excludentes da sociedade.²³

²³Disponível: <https://www.conjur.com.br/2009-nov-13/tratados-internacionais-ampliam-direitos-pessoas-deficiencia>. Acesso em 26 de julho de 2018.

Sendo assim, sob o prisma da Convenção da ONU (2006) é que a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei Nº 13.146/2015, entrou em vigor em janeiro de 2016. O conceito de pessoa com deficiência está em acordo direto com o que a Convenção já preconizava há tempos e que os estudos, conforme já pontuamos anteriormente, defendiam, ou seja, a compreensão da deficiência pelo modelo social e não biomédico. Assim, no artigo 2º da LBI, encontramos a definição: “[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. De acordo, com os Doutores em Direito e autores do *Manual dos direitos da pessoa com deficiência*, Carolina Valença Ferraz e Glauber Salomão Leite (2015)²⁴, é importante entender a distinção que a LBI faz entre os aspectos funcionais da pessoa e o que efetivamente é a deficiência:

A ausência de visão, a surdez ou a condição física do cadeirante, por exemplo, são limitações funcionais, reconhecidas como atributos da pessoa e inerentes à diversidade humana. A deficiência, por sua vez, tem caráter relacional, por consistir na interação de tais atributos com barreiras existentes no meio social, cujo resultado é a dificuldade ou o impedimento para o acesso e exercício de direitos em igualdade de condições com as demais pessoas [...] a deficiência não se confunde com as limitações funcionais referidas anteriormente, sendo fruto da vivência de exclusão social e econômica imputada às pessoas que apresentam essas mesmas limitações funcionais. **E essa exclusão, é importante destacar, advém não de fatores intrínsecos a tais pessoas, mas da recusa de adaptação do meio e da intolerância**, como a ausência de rampas de acesso para cadeirantes, falta de adaptação física do transporte público, recusa de matrícula em escolas públicas ou particulares para crianças e jovens autistas ou com síndrome de Down, recusa de acesso ao emprego ou pagamento de salários indignos tão somente por se tratar de pessoa cega ou surda, etc. (FERRAZ E LEITE, 2015, grifo nosso)²⁵.

Encontramos ainda um comentário, desses mesmos Doutores em Direito, a respeito da LBI, meses antes de a mesma entrar em vigor. Após considerarem alguns avanços importantes no texto da Lei, inclusive trazendo mudanças para a área jurídica e sua forma de conceber a deficiência, encontramos o seguinte comentário:

E por que há o risco de que tais avanços passem quase despercebidos pela comunidade jurídica? Isso pode ser atribuído, em boa medida, ao fato de ainda sermos **um coletivo pouco comprometido com a diferença**, que se delicia com emaranhados teóricos complexos, mas que não atribui à busca da igualdade material a importância merecida. Em parte, **esse desinteresse é motivado por puro preconceito, evidenciado por um distanciamento da questão**, cuja face mais visível é a

²⁴Disponível: <http://justificando.cartacapital.com.br/2015/08/20/lei-brasileira-de-inclusao-e-o-novo-conceito-de-deficiencia-sera-que-agora-vai-pegar/> Acesso em: 24 de julho de 2018.

²⁵Disponível: <http://justificando.cartacapital.com.br/2015/08/20/lei-brasileira-de-inclusao-e-o-novo-conceito-de-deficiencia-sera-que-agora-vai-pegar/> Acesso em: 24 de julho de 2018.

reprodução de conceitos e paradigmas ultrapassados, que, centrados no modelo médico (que gradualmente passou a ser questionado desde os anos 70 do século passado e que não mais está presente na legislação brasileira), pautam-se em explicar a deficiência sob o prisma do “defeito” ou da imperfeição, esquecendo-se assim do humano e das múltiplas habilidades que cada um de nós possui. Ainda, esse quadro é alimentado pelo fato de muitos de nossos colegas acadêmicos, juristas e operadores do direito não se darem conta de que as respostas à problemática que envolve a deficiência não serão satisfatoriamente produzidas mediante o emprego tão somente dos conceitos clássicos da ciência do direito, em uma visão fechada e ortodoxa, **desconsiderando-se todos os estudos sobre deficiência que vem sendo produzidos há décadas.** (FERRAZ E LEITE, 2015, grifo nosso)²⁶

Observamos que esses professores do Direito trazem à tona o problema da invisibilidade no próprio meio jurídico, instância discursiva em que pensaríamos encontrar a justiça, a igualdade e o respeito às diferenças, “as pessoas com deficiência ainda padecem do sério mal da invisibilidade e, quando percebidas, as reações frequentes que despertam são de benevolência paternalista, pena ou até mesmo ojeriza”²⁷. Esses professores trazem, em seus discursos, quase que uma denúncia velada de um lugar de *poder, de verdade*, que somente eles poderiam estar aptos a expor. (FOUCAULT, 2007).

Compreendemos assim, o quanto nossa sociedade ainda precisa caminhar para que de fato as pessoas com deficiência sejam vistas e respeitadas para além de seus “corpos”, das suas “imperfeições” e “anormalidades”, pois os discursos de poder continuam embebidos dos *dispositivos de verdade*, tão arraigados e naturalizados em nossa sociedade, sobre as ‘minorias’, ‘os anormais e infames’, e que perpetuam a exclusão e a violência de todas as formas e vestidas de outras roupagens. (FOUCAULT, 2008).

2.2. Violência de Gênero e as Mulheres com Deficiência

Os estudos em âmbito internacional revelam que mulheres com deficiência sofrem duplamente, pois estão sujeitas, em maior grau de vulnerabilidade, por serem vítimas do *sexismo* e do *capacitismo*, ou seja, por serem mulheres e por terem uma deficiência. (MELLO e NUERNBERG, 2012).

No mapeamento das fontes que realizamos, encontramos o Relatório, do ano de 2011, da *International Network of Womenwith Disabilities* (INWWD), Rede Internacional de

²⁶Disponível:<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/08/20/lei-brasileira-de-inclusao-e-o-novo-conceito-de-deficiencia-sera-que-agora-vai-pegar/> Acesso em: 24 de julho de 2018.

²⁷Disponível:<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/08/20/lei-brasileira-de-inclusao-e-o-novo-conceito-de-deficiencia-sera-que-agora-vai-pegar/> Acesso em: 24 de julho de 2018.

Mulheres com Deficiência (em português), resultado de uma série de debates sobre a temática da violência contra mulheres com deficiência, no mundo, entre os anos de 2009 e 2010 que teve como uma de suas finalidades “[...] encontrar respostas a algumas destas questões a partir das perspectivas e experiências das próprias mulheres com deficiência”. De acordo com a INWWD (2011, p. 1-2),

O objetivo deste Relatório é o de **educar** as pessoas a respeito da violência vivenciada por mulheres com deficiência, de fazer recomendações sobre o que pode ser feito por uma variedade de agentes intervenientes [governos nacionais e locais, ONU, provedores de serviços, doadores e sociedade civil (organizações de mulheres, grupos de direitos humanos, organizações de HIV, organizações de pessoas com deficiência etc.)] para acabar com a violência contra mulheres com deficiência, de motivar agências que lidam com violência contra mulheres para que incluam a prevenção da violência contra mulheres com deficiência em seu trabalho, e de empoderar as mulheres com deficiência para se protegerem contra a violência (INWWD, 2011, p. 1-2).

Observamos que o objetivo do relatório é ‘educar’ as pessoas a respeito da violência vivenciada por mulheres com deficiência’, isso evidencia que a sociedade precisa ‘aprender’, pois desconhece esse tipo de crime e de violação de direitos humanos, evidenciando a invisibilidade desse grupo de mulheres. Entre os tipos de violência contra meninas e mulheres com deficiência, o Relatório apontou os seguintes “atos e atitudes” (INWWD, 2011, p. 5):

Quadro 1: TIPOS DE VIOLÊNCIA VIVENCIADOS POR MENINAS E MULHERES COM DEFICIÊNCIA

a) isolamento forçado, confinamento e ocultação dentro da casa da própria família;
b) aplicação forçada e coercitiva de drogas psicotrópicas ou colocação de drogas na comida;
c) institucionalização forçada e coercitiva;
d) contenção e isolamento em instituições;
e) criação de situações pretextadas para fazer a mulher parecer violenta ou incompetente a fim de justificar sua institucionalização e privação da capacidade legal;
f) forjamento de rótulos de raiva e autodeclaração das mulheres como um comportamento de “pessoas com transtorno mental e perigosas” (especialmente se a mulher já foi internada em hospitais psiquiátricos);
g) negação das necessidades e negligência intencional;
h) retenção de aparelhos de mobilidade, equipamentos de comunicação ou medicação que a mulher toma voluntariamente;
i) ameaças para negligenciar ou cancelar apoios ou animais assistentes;
j) colocação de mulheres em desconforto físico ou em situações constrangedoras por longo período de tempo;
k) ameaças de abandono cometidas por cuidadores;
l) violações de privacidade;
m) estupro e abuso sexual cometidos por membro da equipe ou por outro paciente internado em instituições;

n) restrição, desnudamento e confinamento solitário que replica o trauma do estupro;
o) aborto forçado;
p) esterilização forçada.

Fonte: Quadro organizado pela autora da dissertação, a partir das informações no INWWD (2011, p. 5).

Alguns dos atos de violência contra mulheres com deficiência, acima expostos, não eram e ainda não são em muitos países considerados crimes, justamente pelo discurso médico, perpetuado e enraizado, de que pessoas com deficiência são incapazes de tomar decisões por si mesmas, sendo rotuladas de “loucas” e desacreditadas quando relatam abusos, principalmente, sexuais.

No Brasil, com relação a esse aspecto, em 25 de agosto de 2009, foi assinado o Decreto Nº 6.949, referente à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Dentre as garantias de direitos assegurados, constam no Artigo 6º e 16º sobre Mulheres com Deficiência que:

1.Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de **todos** os direitos humanos e liberdades fundamentais. 2.Os Estados Partes tomarão **todas** as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção. Artigo 16. Prevenção contra a exploração, a violência e o abuso 1. Os Estados partes tomarão **todas** as medidas apropriadas de natureza legislativa, administrativa, social, educacional e outras para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, violência e abuso, incluindo aspectos relacionados a gênero (...). (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Observamos assim, que há um reconhecimento de que mulheres com deficiência estão em situação de maior vulnerabilidade, e que “os Estados Partes” tomariam **todas** as medidas para prevenção, proteção etc. No entanto, ainda não constatamos ações efetivas que atendam às necessidades específicas para o combate e enfrentamento da violência contra mulheres com algum tipo de deficiência. Já se passou quase uma década desde que o Brasil se tornou signatário da Convenção da ONU, mas até o presente momento não vemos o cumprimento dos compromissos e garantias previstos nessa legislação.

Todos os dias meninas e mulheres com deficiência continuam sendo abusadas no silêncio de suas casas, sobretudo, por parte dos que deveriam protegê-las. Como é possível constatar o relatório afirma que “[...] Os Estados Partes adotarão leis e políticas efetivas, inclusive legislação e políticas voltadas para mulheres e crianças, a fim de assegurar que os casos de exploração, violência e abuso contra pessoas com deficiência sejam identificados,

investigados e, caso necessário, julgados”. No entanto, ainda não observamos o cumprimento efetivo dessas garantias. A Lei Brasileira de Inclusão – LBI, Lei Nº 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), pontua sobre os direitos da pessoa com deficiência em casos de violência, o seguinte:

[...] Art. 5º A pessoa com deficiência **será protegida de toda** forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante. Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, **a mulher** e o idoso, com deficiência. [...] Art. 26. Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, **considera-se violência contra a pessoa com deficiência qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte ou dano ou sofrimento físico ou psicológico.** (BRASIL, 2015, grifos nossos).

De que maneira as pessoas com deficiência têm sido protegidas de “toda” forma de negligência e discriminação? O vocábulo *toda/todo* utilizado pelas leis mencionadas anteriormente, tem o propósito de enfatizar a *totalidade, completude*, ou seja, o sentido produzido é de que não haveria com o que se preocupar, a lei está garantindo a proteção total, em todas as circunstâncias, de todas as formas de violência. No entanto, pouco se tem observado no que diz respeito à efetivação das leis citadas, e de tantas outras, pois em âmbito nacional, são escassas as ações voltadas às pessoas com deficiência, quanto menos às mulheres.

Os poucos dados estatísticos que até o momento se têm, com o recorte para a mulher com deficiência e a violência, revelam que essas mulheres continuam sendo vítimas de diversos tipos de violência, sobretudo no que se refere à sexual. O *Atlas da Violência de 2018* (IPEA e FBSP), referente aos dados sobre o índice de casos de estupro registrados pelo sistema de saúde de hospitais públicos e privados, revela que

Um dado desconcertante é a vitimização de pessoas que, além de sofrer a violência de gênero, ainda sofrem vulnerabilidades por deficiências física e/ou psicológica. Com efeito, **cerca de 10,3% das vítimas de estupro possuíam alguma deficiência**, sendo 31,1% desses casos contra indivíduos que apresentam deficiência mental e 29,6% contra indivíduos com transtorno mental. Além disso, 12,2% do total de casos de estupros coletivos foram contra vítimas com alguma deficiência (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 66)²⁸.

²⁸Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 19/08/2018.

Daniel Cerqueira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estudioso sobre a questão da violência sexual no Brasil, há 20 anos, observou que as vítimas com deficiência têm mais chances de sofrer estupros recorrentes. Dentre os abusadores estão, principalmente, pessoas da própria família e cuidadores (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Esses dados se tornam ainda mais alarmantes quando nos atentamos para o fato de que esses números não demonstram a realidade da situação, pois uma grande maioria de meninas e mulheres não chegam nem sequer a serem atendidas pelos sistemas de saúde. Mulheres surdas, por exemplo, muitas vezes, nem compreendem que sofreram uma violência sexual, outras que ainda tentam dizer pela língua de sinais ou gestos o que lhes aconteceu, são desacreditadas e não compreendidas. Assim, muitas mulheres com deficiência não têm a oportunidade de requerer um atendimento de saúde humanizado e de fazer uma denúncia contra um ato de violência sofrido. Como constatado por Prates (2016),

Comum é o relato de mulheres com deficiência dando conta de que são obrigadas a fazerem sexo com os parceiros, ante a impossibilidade de desvencilhamento deles em decorrência das deficiências. Afirmam que a oposição de resistências lhes renderia: torturas, encarceramentos e falta de nutrição. Atos de imensuráveis violências físicas e emocionais!²⁹

É assustador pensar nas situações desumanas que essas meninas e mulheres vivenciam todos os dias, muitas sem entenderem que estão em uma situação de violência, outras por nem sequer conseguirem dizer que estão sofrendo abusos.

O Brasil carece ainda de muitas ações efetivas voltadas às mulheres com deficiência, começando por não ter um mapeamento da situação nacional de quantitativo de mulheres com deficiência que já estiveram em situação de violência e nem dos casos de feminicídios. “A mulher com deficiência sofre imensurável violência sexual no âmbito doméstico. Assim, diante da invisibilidade que sofre, os gestores, de todas as esferas, não têm interesse, tampouco simpatia com a causa. Não veem relevância em inserir esse grupo de mulheres em estudos e estatísticas” (PRATES, 2017³⁰).

²⁹ PRATES, Deborah. Da violência Sexual contra Mulheres com Deficiência: legislação e acessibilidade. Artigo publicado in: Justificando: Mentas inquietas pensam direito, de 8/12/2017. Acesso em: 5/08/2018. ustificando.cartacapital.com.br/2017/12/08/da-violencia-sexual-contra-mulheres-com-deficiencia-legislacao-e-acessibilidades

³⁰ PRATES, Deborah. Da violência Sexual contra Mulheres com Deficiência: legislação e acessibilidade. Artigo publicado in: Justificando: Mentas inquietas pensam direito, de 8/12/2017. Acesso em: 5/08/2018. ustificando.cartacapital.com.br/2017/12/08/da-violencia-sexual-contra-mulheres-com-deficiencia-legislacao-e-acessibilidades/

De acordo com estudos recentes, realizados por Prates (2018), as mulheres com deficiência estão sujeitas a sofrerem a violência sexual, como o estupro, muito mais que mulheres sem deficiência, “esse *plus* decorre da sua maior vulnerabilidade, peculiaridade essa que deixa o agressor mais a vontade, ante a certeza de que a vítima é menos capaz de revelar a brutalidade praticada”. (PRATES, 2018, p. 239).

Na pesquisa realizada pela autora (2018), foram entrevistadas algumas mulheres com deficiência do Rio de Janeiro – RJ e que relataram terem sido vítimas de estupro. Uma mulher com deficiência física, usuária de cadeira de rodas, entrevistada na pesquisa de Prates (2018, p. 239) relatou que “o marido tinha por hábito jogá-la na cama, rasgar a sua roupa e estuprá-la. Depois, a ameaçava dizendo que, se contasse a alguém o ocorrido, a castigaria. Certa vez [...] ele a deixou um dia inteiro trancada no quarto sem água nem comida, bem como sem poder ir ao banheiro”. Outra mulher usuária de muletas fez o seguinte relato:

Ladeando uma parede de uma estação do metrô, em ambiente deserto, ao cair da tarde, foi agarrada por um homem que, de pronto, jogou longe a sua muleta e a imprensou na parede chamando-a de “boneca aleijada”. Praticou o estupro e saiu caminhando em passos lentos. Expôs a certeza da impunidade. Após, a única ajuda que teve foi para recuperar a muleta. Uma mulher sem deficiência a olhou e disse: “coitada, ainda é deficiente!”. Apesar de seu estado deplorável, ninguém lhe prestou solidariedade para levar o caso, pelo menos, até a direção do Metrô”. (PRATES, 2018, p. 240).

Esses dois casos ilustram o que muitas mulheres com deficiência sofrem no “silêncio” de suas casas e de suas vidas. Por vezes, sentem-se impotentes para se desvencilharem das situações de violência sexual e, em muitos casos, não conseguem denunciar. De acordo com Prates (2018), nos casos em que mulheres com deficiência chegam à uma delegacia, em sua maioria, são desacreditadas, principalmente quando a violência é praticada por pessoa da família e raríssimos são os casos de condenação do agressor. Isso ocorre devido a falta de preparo da equipe técnica em delegacias e instituições de saúde para atenderem mulheres com deficiência e compreenderem suas singularidades e necessidades. Como afirma Prates (2018, p. 241):

Ausentes são, por conseguinte, as políticas públicas de cuidado e proteção para esse nicho da população. É preciso estimular o interesse para posterior conhecimento da realidade das mulheres com deficiência, de modo a convergir para o seu enfrentamento. Flagrante é a falta de preparo dos mais diversos profissionais para tratar o tema do estupro cometido contra mulheres com deficiência. As equipes técnicas rendem-se ao medo e, ao mesmo tempo, à impotência, quando o caso investigado está localizado em zona de grande risco (áreas violentas, por exemplo). (PRATES, 2019, p. 241).

Constatamos assim, a necessidade de investimento do poder público e privado em cursos de capacitação para os profissionais nos mais diversos órgãos de atendimento ao público, no que diz respeito ao atendimento às pessoas com deficiência, em especial, às mulheres que são vítimas dos mais diversos tipos de violência, mais do que os homens com deficiência. A escuta qualificada exige, muitas vezes, que o profissional compreenda uma linguagem diferenciada, dependendo da deficiência, em alguns casos a mulher conseguirá se expressar por desenhos, gestos ou pela Língua Brasileira de Sinais. Diante disso, Prates afirma que “os gestores têm de investir no preparo desses profissionais, no sentido de que consigam vencer suas próprias dificuldades”. (PRATES, 2018, p. 241).

Outro tipo de violência vivenciado por mulheres com deficiência, dentro de suas próprias casas, é o que ocorre por parte de cuidadores ou cuidadoras. Meninas e mulheres com deficiência sentem-se vulneráveis diante de seus cuidadores pois, em muitos casos, dependem totalmente desses profissionais para as atividades da vida diária, pois, devido a lesões na medula ou doenças degenerativas, ficam completamente sem os movimentos do corpo. As violências nesses casos podem ser desde um assédio moral e violência psicológica, até violência física e sexual e, em geral, são praticadas por homens cuidadores.

No entanto, pode ocorrer da mulher cuidadora também cometer o estupro, pois qualquer ser humano pode ser enquadrado no crime prescrito no Código Penal, art. 213, ou seja, tanto homens quanto mulheres podem cometer o crime de estupro e devem igualmente ser punidos. Mas, conforme constatado na jurisprudência disponível à pesquisa de Prates (2018), não foi encontrado nenhum julgado de mulher pelo crime de estupro, que, para a pesquisadora, é uma constatação “grave, já que aponta o tabu que reveste tais situações. As mulheres não levam ao conhecimento das autoridades esses casos de estupros. É preciso arrancar o véu para conhecê-los e, conseqüentemente, enfrentá-los”. (PRATES, 2018, p. 242).

Nesse sentido, Prates (2018) obteve um relato de uma mulher que devido a uma doença neurodegenerativa ficou praticamente sem os movimentos do corpo e está perdendo a fala, necessitando ser atendida por uma cuidadora em todas as suas necessidades, desde higiene, alimentação e demais atividades do cotidiano. Esse caso real foi transcrito por Prates (2018), que relata que essa mulher,

[...]tem uma cuidadora com cerca de 55 anos; que é essa mulher quem faz tudo por ela, ficando, inclusive, com a atividade inerente a sua higiene pessoal; que percebeu algo estranho quando lavava a sua genitália; que quando manuseava o seu corpo deixava transparecer um afeto que ia muito além da higiene; que a sua possibilidade de recusa e/ou afastamento da cuidadora era impossível pela perda dos movimentos; que sentia um esquisito carinho dessa mulher e se recusava a corresponder; que

chegou a conversar com a profissional que não estava de acordo com aquele tratamento e que preferia que não se repetisse mais; que a mulher dizia que era muito bom para ela e que iria continuar; que percebeu, um dia, que a cuidadora introduziu o dedo em sua vagina; que, apesar de dizer que não queria aquele tratamento, a cuidadora a tratava com todo carinho e fazia tudo o que ela queria, inclusive no uso do computador; que no fundo, **tinha medo de contar para a família**, já que [essa cuidadora] foi a única pessoa que a tratou tão bem desde que ficou sem os movimentos; que sentia pela mulher quase um afeto de mãe; que **não teve coragem de contar aos familiares [...] que se sente impotente em denunciar** a técnica por todos os motivos já expostos; que é adepta da ideia de que **se é ruim com ela pior sem ela [...] que se sente humilhada com todo esse relato, mas absurdamente impotente diante da situação;** [...] que ainda que contasse para os familiares, não seria acreditada, até porque [a cuidadora] é uma mulher religiosa, de modo que **preferia permanecer sendo violentada física e psicologicamente a perder a profissional.** (PRATES, 2018, p. 243, grifo nosso).

Esse é um relato forte e profundo de uma mulher que se sente “humilhada” e “impotente” frente a violência sexual e psicológica sofrida, por “medo” de perder a única pessoa que considera poder ajudá-la a viver nas condições físicas que se encontra. Observamos nesse relato várias violações de direitos humanos que nos fazem refletir sobre a necessidade de estudos e investigações na área de gênero com recorte para a deficiência, visto que, as violências sofridas por esse grupo de mulheres é diferente das vivenciadas por mulheres sem deficiência. (PRATES, 2018, p. 244).

Constatamos outros tipos de violência experienciados por mulheres com deficiência residentes em Campo Grande – MS. Realizamos entrevista com sete mulheres que nos relataram episódios de violência física, sexual e psicológica, em alguns casos sofridos desde a infância. No quinto capítulo, desta dissertação, realizamos a análise discursiva de alguns recortes das narrativas de vida de três dessas mulheres com deficiência e as demais narrativas (incluindo o depoimento de uma mãe de menina com Transtorno do Espectro Autista e de uma pedagoga aposentada que relatou sobre violência contra meninas surdo-cegas), fazem parte do Documentário “Silenciadas: em busca de uma voz”, produto final desta pesquisa de mestrado.³¹

Pontuamos, portanto, a necessidade do poder público promover ações efetivas para o combate e enfrentamento da violência contra mulheres com deficiência, por meio de programas e projetos de capacitação de profissionais das diversas áreas para o atendimento especializado, divulgação sobre os centros e delegacias de atendimento à mulher nas mídias televisas e sociais com acessibilidade para todas as mulheres, bem como investigação nos casos de denúncias sobre abusos e violências cometidos por cuidadores e profissionais em instituições para pessoas com deficiência, como as “Casas Inclusivas”, “Sanatórios” e Escolas Especiais.

³¹ O Documentário “Silenciadas: em busca de uma voz”, é uma produção independente da pesquisadora Flávia Pieretti Cardoso, com o Apoio da UEMS e CAPES. Ainda não disponível nas mídias sociais.

2.3 Corpo e sexualidade

Elencamos este tópico para introduzir os apontamentos que realizamos concernente a essa temática no contexto de mulheres com deficiência e sua implicação para a formação da subjetividade e identidade dessas mulheres.

Dessa forma, falar sobre ‘corpo’ e ‘sexualidade’ nos leva à constituição histórica dos sujeitos e sua relação com o poder, tomando como base os estudos de Foucault (1975, 2017) em que as práticas discursivas e seus dispositivos de saber e relações de ‘poder’ são responsáveis pela construção subjetiva dos sujeitos e, portanto, dos significados atribuídos ao corpo e a sexualidade. Para Foucault (2017), a própria sexualidade é um “dispositivo histórico”, de poder e controle. O termo “dispositivo” para Foucault é no sentido de

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2017, p. 364).

Sendo assim, as concepções que nós, sujeitos, temos sobre a importância do sexo, da satisfação dos desejos sexuais para vida, por exemplo, foram construídas por uma *rede* de discursos de várias instâncias da sociedade. De acordo com Weeks (2000, p. 25, 26), esses discursos foram alimentados e disseminados, em grande parte, por uma corrente de sexólogos, a partir do final do século XIX, e que se perpetuam até o nosso século, em uma série de ‘verdades’ sobre a sexualidade que legitimaram abusos e assédios sexuais, como por exemplo, que o sexo para o homem é como um *instinto* natural. Weeks (2000, p. 26) aponta que esse discurso de que é “instinto do homem”, e que este “pode” dominar o sexo, vem de tradições antigas, dando um aval para homens ‘possuírem’ as mulheres como objetos da satisfação dessa necessidade e, por isso, ainda hoje, abusos e violências sexuais são mascarados e perdoados.

Muitas mulheres aceitaram essa condição de sujeição, permitindo-se ficar em relacionamentos abusivos, justificados pelos vários discursos machistas, patriarcais, principalmente, discursos religiosos com o amparo de um deus que instituiu o homem como o “cabeça da mulher” e ela como “submissa” a esse homem. (*Efésios 5:22-24, Bíblia Sagrada*).

Nesse viés, Foucault (2017, p. 351) expõe que, “durante muito tempo se tentou fixar às mulheres à sua sexualidade. “*Vocês são a doença do homem*”. E esse movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência”. Foucault contribuiu e ainda contribui para os estudos de

desconstrução de discursos hegemônicos sobre a mulher, como explica o Dicionário de Gênero, no verbete sobre violência de gênero:

[...] desconstruir o discurso médico sobre o corpo feminino significou desnaturalizar uma suposta essência feminina, instalada em seu órgão procriador, o útero, e abrir espaço para a liberação das mulheres em relação a essa identidade biologizada que lhes fora atribuída desde a era vitoriana. (COLLING & TEDESCHI, 2015, p.266).

Sendo assim, devido a esse tipo de discurso é que concepções distorcidas sobre o corpo e a sexualidade feminina foram se cristalizando na sociedade e fortalecendo o “direito” do homem sobre o corpo da mulher.

Portanto, as concepções que foram sendo contruídas e cristalizadas sobre o corpo *defeituoso e anormal* das pessoas com algum tipo de deficiência perpassaram também essa linha histórico cultural de uma sociedade permeada pela *vontade de saber e poder* que usa mecanismos disciplinares de controle e regulação com o suposto objetivo de se manter a ordem, a pureza e a beleza, o biopoder (FOUCAULT, 1999). A criação de clínicas médicas, hospitais (final do século XVIII na Europa) e, conseqüentemente, a segregação de pessoas com deficiência em instituições especializadas e sanatórios, na visão de Foucault (1963) surgiu da necessidade e desejo, pela “vontade de saber/poder”, e se “estruturou por meio da divisão entre o normal e o anormal”. (GREGOLIN, 2006, p. 73).

A partir dessa *visível* exclusão dos indivíduos ‘loucos’ e com corpos ‘diferentes/anormais’, pessoas com deficiência se tornaram ainda mais *invisíveis* e excluídas de participarem do convívio social e o preconceito e as vulnerabilidades se tornaram mais frequentes, principalmente, às mulheres com deficiência, negando-lhe, o direito à sexualidade e/ou subjugando-as às condições de violência de gênero.

2.3.1 Corpo e sexualidade: a mulher com deficiência

Conforme observamos anteriormente, os primeiros movimentos de pessoas com deficiência foram constituídos majoritariamente por homens, ou seja, as mulheres com deficiência não tinham *voz* para expor suas próprias necessidades. (DINIZ, 2007). Esse fato nos mostra que a questão de gênero perpassa toda a sociedade e grupos minoritários, estando a cultura machista e patriarcal presente em todos os movimentos. Sendo assim, foi somente a partir dos anos 1990, com os estudos feministas, que a deficiência começou a fazer parte dos

primeiros estudos nesta perspectiva de gênero, partindo dos pressupostos da construção do corpo e da sexualidade.

Assim, de acordo com Mello (2012), “[...] Os significados construídos em torno de gênero e deficiência devem ser compreendidos como a relação entre o corpo com impedimento e o poder, sendo frutos de disputas e/ou consensos entre os diversos saberes, e não algo dado, estático e natural” (MELLO E NUERNBERG, 2012, p. 638). Compreendemos, portanto que, quando tratamos das questões relativas à deficiência e gênero, estamos nos reportando aos discursos ideologicamente construídos de corpos “anormais” e da (a) sexualidade de mulheres com deficiência. Segundo Mello (2012),

As lutas dos movimentos sociais de pessoas com deficiência guardam um ponto em comum com os movimentos feministas e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTTTI), que é o de questionar o construto do corpo como um dado natural que antecede a construção dos sujeitos [...].Do ponto de vista conceitual, é possível identificar alguns eixos importantes de articulação entre os campos dos Estudos Feministas e de Gênero e os Estudos sobre Deficiência: 1) o pressuposto da desnaturalização do corpo; 2) a dimensão identitária do corpo; e 3) a ética feminista da deficiência e do cuidado”. (MELLO E NUERNBERG, 2012, p. 640).

Além disso, no artigo *A favor da deficiência nos estudos interseccionais de matriz feminista*, de Mello e Mozzi (2018), as autoras apresentam uma proposta de reflexão quanto à questão de gênero para os Estudos da Deficiência e Estudos Feministas. Como exposto anteriormente, os Estudos da Deficiência, com a visão do modelo social da deficiência, na perspectiva marxista, compreenderam duas gerações que mostraram novos olhares com respeito a discriminação para com pessoas com deficiência. A primeira geração apontou duas principais formas de opressão: “a primeira é a discriminação socioeconômica, própria ao sistema capitalista que demanda corpos perfeitos, belos, saudáveis e produtivos para o trabalho; a segunda, a medicalização da deficiência e da subjetividade sustentada pelo modelo médico”. (MELLO E MOZZI, 2018, p. 19). Com respeito à segunda geração, as autoras pontuam que,

A crítica feminista que compõe a segunda geração de teóricas do modelo social da deficiência ampliou os entendimentos propostos pela primeira geração ao incluir a dimensão de gênero como uma terceira forma de discriminação às pessoas com deficiência. O argumento era que a experiência da deficiência é *generificada*, ou seja, culturalmente marcada pelo recorte de gênero. Isso significa que a experiência da deficiência se dá de modo diferente para homens com deficiência e mulheres com deficiência. A principal crítica feminista à primeira geração está atrelada à noção de independência e à ausência de discussão acerca da dimensão do corpo e do cuidado. (MELLO e MOZZI, 2018, p. 19).

Portanto, as autoras Mello e Mozzi (2018) corroborando outros estudiosos da área, Fine e Asch (1988), Morris (1992), Ferri e Gregg (1998), Diniz (2003, 2007), apontam para a necessidade de os estudos feministas e dos Estudos da Deficiência incorporarem as noções de cuidado e interdependência, bem como discussões com respeito as experiências das mulheres com deficiência, bem como de suas cuidadoras; tratar de aspectos referentes ao corpo e as dores sentidas por esse corpo com deficiência; a relevância da “transversalidade da opressão pela deficiência com outras categorias sociais como raça/etnia, gênero, idade, entre outras.” (MELLO e MOZZI, 2018, p. 20).

Como já exposto nessa pesquisa, as mulheres com deficiência estão em situação de maior vulnerabilidade e, portanto, em situação de violência, pois além das questões de opressão relativas ao gênero, também sofrem pelo *capacitismo*, termo ainda pouco conhecido no Brasil, mas que deve receber cada vez mais atenção, visto que esse termo não diz respeito apenas a situações vivenciadas pelas pessoas com deficiência, mas por todos aqueles considerados grupos ‘minoritários’. De acordo com Mello (2016), *capacitismo* é um “sistema de opressão”, ou seja,

(...) uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia. (MELLO, 2016a, p. 3272).

Dessa forma, discursos constituídos de uma visão médica da deficiência carregam os (pré) conceitos de “um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e se mobiliza para avaliar o que as pessoas com deficiência são *capazes de ser e fazer* para serem consideradas plenamente humanas”. (MELLO, 2016a, p. 3272). Portanto, mulheres com deficiência ainda se sentem assujeitadas por esse tipo de opressão dentro do seu âmbito familiar e fora dele, como se a todo momento precisassem *provar* que são capazes de exercerem seus deveres e direitos como sujeitos de uma sociedade, como mulheres que são.

Quanto às questões relativas à sexualidade da pessoa com deficiência e, especificamente, da mulher com deficiência, observamos nos espaços de discussão feministas e de gênero, ainda uma estranheza, como se fosse um tabu falar abertamente sobre as necessidades e direitos reprodutivos e de saúde dessas mulheres, são os “interditos” sobre a sexualidade (FOUCAULT, 1971). É como se essas mulheres não tivessem vida sexual, ou nem

tivessem “direito” a tê-la, havendo generalização em relação a questões relacionadas a orientação sexual, identidade de gênero, gravidez e aborto. Essa realidade é tão séria que poucas clínicas e hospitais públicos e privados, no Brasil, possuem macas adaptadas e outros recursos de acessibilidade, como intérprete de Libras, para consultas ginecológicas. Assim, essa falta de discussão, informação e acessibilidade colocam a mulher com deficiência em situação de múltiplas desvantagens, gerando uma série de vulnerabilidades.

Além disso, há muitos mitos no entorno da sexualidade de mulheres com deficiência, o que gera ainda mais exclusões, preconceitos e violências, “a mulher com uma deficiência não consegue responder aos estereótipos. Em relação à sexualidade, tanto nos identificam como alguém que não tem sexo como há o oposto, os que pensam que a pessoa com deficiência é super sexualizada”, relata a psicóloga Diana Santos (2018), especializada em terapia de casal e sexualidade e que tem uma deficiência física. De acordo com Mello e Mozzi (2018, p. 26), essas concepções equivocadas geram várias formas de opressão sexual, o que inclui o não acesso ao próprio corpo e citam os estudos de Ken Plummer (2003) para falar da importância da “cidadania íntima” que é “o poder de controle e agenciamento sobre o corpo, os sentimentos e a vida sexual, assim como do acesso ao mundo exterior e às escolhas individuais em relação ao corpo, ao prazer e à sexualidade”.

Essas questões também fizeram parte da *Declaração sobre os Direitos das Mulheres com Deficiência do Brasil*, por ocasião do I Encontro Nacional de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, em 2012, um documento que reivindicava, em âmbito nacional, o acesso às mulheres a programas relativos aos “direitos sexuais e reprodutivos, principalmente em relação à saúde sexual e à criação de um programa de formação de *assistentes eróticos*”. (MELLO; MOZZI, 2018, p. 26). No Brasil, esse profissional, *assistente erótico*, é pouco conhecido, mas nos Estados Unidos e em países da Europa, como a Espanha, já existem cursos de formação para essa profissão. Embora ainda haja muita controvérsia e críticas sobre o papel desse assistente, pessoas com deficiência física severa revelam a importância desse profissional para expressão de sua sexualidade, como explica a psicóloga Diana Santos “o assistente sexual proporciona que a pessoa possa explorar o seu corpo, no fundo substitui as mãos da pessoa com diversidade funcional, é um facilitador, para ajudar quem tem uma deficiência a ter prazer sexual. A masturbar-se, ou ajudar um casal em que ambos têm uma deficiência”.³²

As discussões sobre a regulamentação dessa profissão ainda estão em andamento em vários países, o que importa no momento é compreender que as mulheres com deficiência são

³² Diário de Notícias. Disponível em: <https://www.dn.pt/pais/interior/o-assistente-sexual-e-um-facilitador-ajuda-quem-tem-deficiencia-a-ter-prazer-9919607.html>. Acesso: 15 /01/2019.

simplesmente pessoas que desejam expressar sua sexualidade, dentro de suas potencialidades individuais, e pedem por respeito quanto as suas escolhas particulares.

2.4 A (in) visibilidade de mulheres com deficiência

Como já exposto anteriormente, o Brasil tem mais de 45 milhões de pessoas com deficiência, 23,9% da população. (IBGE, 2010). Nesse contingente, 26,5% são mulheres e 21,2% são homens. Esses dados revelam que o quantitativo de mulheres com deficiência é expressivo, portanto, qual o motivo de falarmos em invisibilidade?

A invisibilidade social tem várias facetas e uma delas é quando grupos e organizações que deveriam estar realizando ações em favor de todas as mulheres parecem não “ver” esse grupo de mulheres com deficiência, como se não fossem tão importantes que merecessem a devida atenção em seminários, notícias e campanhas. Como bem observado pela feminista, advogada Débora Prates (2017), que se tornou uma mulher com deficiência visual e hoje luta pelos direitos de todas as mulheres:

Prova dessa lacuna está na invisibilidade da mulher com deficiência. É notória a ausência de percepção das mulheres sem deficiência com relação as suas iguais com deficiência. Tanto é assim que nas rodas de conversas/eventos esse seguimento não é chamado. Eis a primeira violência contra as mulheres com deficiência! ”³³

A invisibilidade também se encontra quando instituições públicas e privadas — órgãos e entidades voltadas à causa da mulher, sites e blogs reconhecidos pelo fomento à luta pelos direitos da mulher — fazem pouca ou nenhuma menção a trabalhos realizados efetivamente voltados às mulheres com deficiência.

No site da CAPES, no *Catálogo de Teses e Dissertações*, Plataforma Sucupira, obtivemos resultado de poucos trabalhos em que no tema aparecia referência à mulher com deficiência relacionado à violência, maternidade e vida cotidiana. Uma das pesquisas que encontramos foi a dissertação de mestrado em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, defendida no dia 16 de setembro de 2015, com o título *Mulheres com deficiência mental, violência sexual e aborto legal*(SANTOS, 2016), que não apresenta em seu resumo o objetivo da pesquisa, mas descreve que o “[...] estudo analisou prontuários de mulheres com deficiência

³³ PRATES, Deborah. Da violência Sexual contra Mulheres com Deficiência: legislação e acessibilidade. Artigo publicado in: Justificando: Mentres inquietas pensam direito, de 8/12/2017. justificando.cartacapital.com.br/2017/12/08/da-violencia-sexual-contra-mulheres-com-deficiencia-legislacao-e-acessibilidades. Acesso em: 5/08/2018.

mental que sofreram violência sexual e fizeram um aborto legal no período de um ano, entre 2012 e 2013 no Hospital Pérola Byington – São Paulo, totalizando treze prontuários.” A terminologia utilizada “deficiência mental” nos chamou a atenção, pois em todos os documentos oficiais sobre pessoas com deficiência, esse termo não é mais usado desde 2008, e sim “deficiência intelectual”, pois compreendeu-se que há uma diferença entre mental, que seria referente a doenças mentais e a deficiência intelectual, ao intelecto, cognitivo.

Um detalhe que também nos chamou a atenção no Resumo da mesma autora foi o relato de que “a decisão em relação ao aborto legal foi tomada pelas responsáveis legais pelas mulheres com deficiência mental. As pessoas responsáveis por essas mulheres e seus cuidados eram também mulheres, evidenciando uma questão da naturalização do cuidado como uma tarefa privada e feminina” (SANTOS, 2016). Essa questão merece destaque, visto que, uma pessoa, no caso uma mulher, com a deficiência intelectual moderada e leve, teria condições de decidir se gostaria de levar a gravidez até o fim e ter um filho, portanto, seria importante saber qual o nível de severidade da deficiência intelectual dessas mulheres pesquisadas, pois, desde 2015, a Lei Brasileira de Inclusão, no seu Art. 6º, dispõe que:

A deficiência *não afeta* a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; **II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;** V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.(BRASIL, 2015, grifos nossos).

Esse artigo, referente à capacidade civil de pessoas com deficiência, está sendo considerado um avanço na perspectiva de conceber à pessoa com deficiência a capacidade de exercer plenamente seus direitos civis, que até então podiam ficar, sem nenhuma implicação, a cargo de familiares e cuidadores, o que gerou durante muito tempo, vários tipos de violências, opressões e exclusão social. Por isso, é importante que todos aqueles que se dispõem a realizar pesquisas na área da deficiência — nas diversas linhas — se apropriem dos avanços das leis e da compreensão do que é a deficiência na contemporaneidade, para não incorrerem em pré-conceitos de discursos cristalizados na sociedade, perpetuando as exclusões.

Realizamos, também, uma busca em alguns sites considerados de prestígio no contexto de atuação das pesquisadoras ativistas pelos direitos da mulher, para observarmos o que se tem produzido em termos de políticas para mulheres com deficiência, no que tange a in (visibilidade). Nessa perspectiva, o site da ONU MULHERES, com sede em Nova Iorque –

EUA e com escritórios em várias regiões do mundo, inclusive no Brasil, foi criado em 2010 com o objetivo de:

[...] unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas **mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais**.³⁴

Observamos nos objetivos listados que as mulheres com deficiência não aparecem como grupo de movimento de mulheres consideradas vulneráveis como minoria, ficando de lado no recorte para estudos e pesquisas específicos. Encontramos apenas duas notícias referentes às mulheres com deficiência, do ano de 2016. Uma notícia com data de 02/02/2016, cujo título era: “Em março, consulta nacional da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reunira indígenas, ciganas e representantes com deficiência, em Brasília” e a outra datada de 13/12/2016: “[...] Nos 10 anos da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ONU Mulheres Brasil faz chamado público em defesa dos direitos das mulheres com deficiência”³⁵.

Outro site encontrado foi da Agência Patrícia Galvão criado em 2009, que faz parte do Instituto Patrícia Galvão, fundado em 2001 como “uma organização social sem fins lucrativos que atua de forma estratégica na articulação entre as demandas pelos direitos das mulheres e a visibilidade e o debate público sobre questões na mídia”³⁶. Nesse site, encontramos algumas notícias sobre mulheres com deficiência, sendo que as últimas são do ano de 2016, mas que na realidade são de outros sites, inclusive o mesmo do site da ONU Mulheres. O que nos chamou atenção foi que o Instituto já existe há dezessete anos e promove pesquisas para computar dados estatísticos sobre grupos específicos, como mulheres negras, mas, até o momento, não há nenhuma pesquisa que quantifique o número de mulheres com deficiência que já sofreram violência no Brasil.

A notícia mais significativa encontrada foi a do lançamento da Cartilha “Mulheres com deficiência: direitos sexuais e reprodutivos”³⁷, elaborada pelo grupo *Inclusivass* e o Programa de Gênero e Religião da Faculdade EST, de São Leopoldo - RS, com apoio do Coletivo Feminino Plural. Essa notícia nos levou ao blog desse grupo de mulheres com deficiência,

³⁴Disponível:www.onumulheres.org.br. Acesso: 26/07/2018.

³⁵Disponível:www.onumulheres.org.br. Acesso: 26/07/2018.

³⁶Disponível:<https://agenciapatriciagalvao.org.br/>. Acesso: 27/07/2018.

³⁷Disponível:<https://drive.google.com/file/d/0Bww4S6jJfTzTkpjemlUaktRM2c/view>. Acesso: 27/07/2018

oportunidade em que encontramos notícias interessantes sobre as atividades do grupo que luta pelos direitos e visibilidade de mulheres com deficiência.

Encontramos alguns *blogs* e canais do *You Tube*, criados por mulheres com deficiência e que têm sido um meio importante de veiculação de informação de diversas temáticas. Por exemplo, o *blog inclusivass.blogspot.com* é um dos poucos meios digitais e de acessibilidade de comunicação e informação que atende às necessidades de cada deficiência. Como descrito no blog,

O Grupo Inclusivass é formado por mulheres com deficiência que participaram do Seminário "Mulheres com Deficiência e as Políticas Públicas", realizado em março de 2014, em Porto Alegre (RS). Nesse evento foi elaborada uma Carta a ser entregue a autoridades, com reivindicações das mulheres com deficiência. [...] Este blog é uma das ações definidas, e tem o objetivo de informar e expressar nossas ideias e darmos continuidade a nosso trabalho. O blog será um meio de comunicação entre nós, mulheres com e sem deficiência de forma a ampliar a consciência sobre o direito à igualdade das mulheres que vivem com deficiência, reduzindo as barreiras à efetiva inclusão na cidadania e na defesa dos direitos humanos.³⁸

Alguns canais do *You Tube* que podemos citar são: *Vai uma mãozinha aí* e o *Vlog Sem Limites*, da jornalista Sarah Santos. Seria importante que houvesse mais interesse em divulgar desse tipo de material para as mulheres com deficiência, pois a falta de informações e orientações específicas e de forma acessível para esse grupo de mulheres tem se mostrado uma das causas da perpetuação da violência.

2.5 Os sentidos e significados das expressões “dar voz” / “dar a palavra”

Por que “dar voz” às mulheres com deficiência? Porque estamos falando de indivíduos que ocupam, na “ordem do discurso”, o último lugar da oportunidade de “falar” de si mesmo e da realidade em que vivem. (FOUCAULT, 1971). Estamos falando de sujeitos *silenciados*, desde que nascem, por uma sociedade dominante, que não quer “ouvi-los” falar sobre uma VERDADE que a faria incompetente, falha, arrogante, egoísta, mentirosa. É como se a voz dessas pessoas ressoasse como uma ameaça ao “bom” funcionamento do discurso político, um “perigo”, pois seria uma confissão de suas mazelas, de como funcionam os discursos de poder e controle dos fortes contra os oprimidos.

Foucault (1971, p. 1) expõe esse “perigo” ao apresentar, em sua aula inaugural no *Collège de France*, “o que há assim de tão perigoso no fato de as pessoas falarem?” Observamos

³⁸Disponível: <http://inclusivass.blogspot.com/> Acesso em: 27 de julho de 2018.

que as minorias falam entre si, em espaços ‘permitidos’, controlados pelos sistemas de poder instalados em várias esferas da sociedade, instâncias discursivas. Porque a esses sujeitos lhes é vedada a oportunidade de expor a ‘verdade’ de um sistema político social, educacional e de saúde falidos, portanto, não lhes cabe lugar na ordem do discurso. (FOUCAULT, 1971).

Nesse sentido, pessoas com deficiência, até há pouco tempo, não tinham *nenhuma* “palavra”, nenhuma *voz*, tendo em vista que a sociedade dominante as colocava totalmente à margem, como se nem existissem. O preconceito, a segregação e exclusão existiam não como discursos, mas como práticas naturalizadas, ou seja, quando nascia uma criança com deficiência a própria família já sabia o que deveria fazer: o “correto”, para manter a aparência de uma família perfeita, seria esconder essa criança, não a deixar participar dos espaços sociais, pois a simples presença de uma pessoa com um corpo “anormal”, exporia que aquela família “falhou”, “pecou”. Estamos falando com verbo no passado, no sentido de que houve um pequeno retrocesso dessas práticas excludentes após as convenções, leis e decretos para pessoas com deficiência, mas não queremos dizer com isso que não há mais preconceito, pelo contrário, ainda há muito que se lutar para que de fato essas pessoas tenham seus direitos humanos garantidos.

Ducard (2015, p. 111) explica, portanto, o sentido duplo que tem o sintagma verbal “dar a palavra” ou ‘dar voz’: “dar a palavra àqueles que não estão autorizados ou que não se autorizam a tomá-la em um espaço não restrito à sua esfera particular, familiar ou comunitária, e restituí-la, por captação e transposição. Dar a palavra é, então, restituir uma fala perdida ou alterada [...]”.

É nesse sentido que quando falamos nesta pesquisa em “dar voz” às mulheres com deficiência, é realmente porque estão em situação de múltiplas exclusões e são silenciadas, em seus próprios espaços de luta, tanto pelos movimentos de pessoas com deficiência, quanto pelos grupos feministas. Onde estão as “vozes” dessas mulheres em eventos, pesquisas científicas, mídia e na sociedade brasileira em geral? Ainda é muito tímida a participação dessas mulheres nos espaços discursivos e de “poder”.

2.6 Conceitos que permeiam o contexto discursivo de/sobre pessoas com deficiência

Neste tópico faremos uma breve colocação de alguns conceitos que fazem parte do contexto discursivo de/sobre pessoas com deficiência e, mais especificamente, de mulheres com deficiência: medo, intolerância, vulnerabilidade, exclusão, identidade, empoderamento.

Quando falamos do “medo”, que até certo ponto é considerado natural para a sobrevivência humana, este pode assumir proporções que levam as pessoas a cometerem atrocidades inimagináveis dependendo das circunstâncias. Há vários tipos de medos e um deles “é o medo do outro, de suas ações e das privações por ele ocasionadas e que ocorre, sobretudo, nas situações de desigualdade social, que, geralmente, caracteriza o discurso intolerante”. (BARROS, 2015, p. 64). Há, portanto, um medo do “diferente”, desse outro que poderia colocar em risco a “minha identidade”, por mais que o mundo seja constituído justamente pela diversidade humana e que a identidade de cada sujeito se constitua por meio dessas diferenças.

No entanto, “as paixões do medo do diferente provocam as paixões do ódio ou juntam-se a essas paixões malevolentes e fazem crescer em intensidade os percursos passionais e as ações intolerantes”. (BARROS, 2015, p. 64). O psicanalista Alfredo Jerusalinsky (2017) afirma que a tolerância é um sentimento instável e que facilmente pode se transformar no contrário, “pois nasce de *recortar* no semelhante o que deve ser tolerado. Esse foco, sempre latente, retorna assim que o 'tolerante' se sente em perigo. O caminho mais curto para o ressurgimento da intolerância é o medo coletivo”.³⁹

Diante disso, pessoas com deficiência, pelas suas “diferenças” corporais e/ou intelectuais, se tornam vulneráveis diante de uma parcela da sociedade intolerante, sendo vítimas constantes de discursos preconceituosos e excludentes, alguns desde a infância. Os discursos de intolerância consideram *o diferente* como “aquele que rompe pactos e acordos sociais, por não ser humano, por ser contrário à natureza, por ser doente e sem ética ou estética, e que, por isso mesmo, é temido, odiado, sancionado negativamente e punido”. (BARROS, 2015, p. 65). É como se *os diferentes* — no caso falamos aqui das pessoas com deficiência — tivessem alguma culpa de um “crime” contra o bom funcionamento da sociedade, culpa por serem “feios” ou “loucos”, por seus corpos não serem perfeitos e assim, as ações de intolerância são justificadas e acobertadas.

Nessa ótica, compreendemos por que mulheres com deficiência sofrem duplamente, pois além da intolerância mencionada, ainda sofrem pelos que se apoderam dos discursos machistas, patriarcais e capacitistas. Esses vários discursos de intolerância configuram violências psicológicas, moral e, em muitos casos, se materializam em violências físicas e sexuais. Meninas e mulheres com deficiência, em muitos casos, ficam reféns de homens

³⁹Disponível:https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/07/cadernos/jornal_da_lei/573081-civilizacao-extrema-o-perigo-de-uma-sociedade-intolerante.html. Acesso: 8 de janeiro de 2019.

agressores que usam de outro tipo de medo para manter o poder e controle; são ameaçadas de perderem seus benefícios legais, perderem contato com outros familiares e, muitas, são ameaçadas de morte. Pelo “medo” muitas meninas e mulheres, em situação de violência, não contam a ninguém da família ou amigos e, pelo “medo”, não denunciam à polícia, ficando sujeitas a todo tipo de agressões e violências. Sendo assim, o discurso do medo é também um dispositivo poderoso de controle em várias instâncias da sociedade e em relações de micropoderes. (FOUCAULT, 2017). Portanto, os discursos do medo e da intolerância geram as exclusões dessa parcela da sociedade chamada de “minorias”, pois,

A sanção pragmática pela exclusão é a forma mais intensa e passional das ações intolerantes, aquela em que o medo e o ódio são exacerbados e em que a oposição semântica entre os contrários “igual” (humano, normal, sadio de corpo e alma, belo, dotado de ética) e “diferente” (animalizado ou não humano, doente, feio, sem ética, imoral) não admite gradação, conciliação ou neutralização. (BARROS, 2015, p. 65).

A exclusão dos diferentes, para Landowski, citado por Barros (2015, p. 67), está em oposição, “como termo contrário, à assimilação e, como contraditório, à agregação”, visto que a assimilação busca fazer com que o diferente se torne ‘igual’, integrando-o na sociedade dos iguais, pela transformação de seus valores e modos de ser e de fazer”. Nessa perspectiva, é como se disséssemos que mulheres com deficiência deveriam “esconder”, “disfarçar” suas deficiências “(não parecer, mas ser)”, mas, como não seria possível, a solução encontrada pela sociedade seria a exclusão e a invisibilidade propositada, como de fato observamos acontecer.

Sendo assim, “na assimilação, não se mata o diferente, mas *se apagam* as diferenças. O diferente não é, portanto, aceito com suas características próprias, nem com os novos contratos sociais que propõe”. (BARROS, 2015, p. 67). Há, portanto, um mascaramento da inclusão, pela tentativa dos que detêm o poder de *apagar* as diferenças, fazendo com que os discursos de normatização fossem fortemente cristalizados e naturalizados e, assim, as exclusões se perpetuam.

Portanto, é nesse contexto de medo, intolerância e exclusão que surge o discurso do *Empoderamento* da mulher com deficiência, discurso em circulação no nosso século nos movimentos das “minorias” e feministas e de que, conseqüentemente, mulheres de diferentes seguimentos vêm se apropriando nos seus espaços de luta, de vida e convivência.

2.6.1 Empoderamento feminino e deficiência

A palavra “empoderamento” é um neologismo da língua portuguesa emprestado do termo em inglês *empowerment*, desenvolvido pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport (1977) a partir da palavra “power” (“poder”), defendendo que “era preciso **dar** ferramentas a certos grupos oprimidos para que eles tivessem condições e autonomia de se desenvolverem”⁴⁰.

Paulo Freire (FREIRE & SHOR, 1986), por sua vez, tomou como empréstimo linguístico o princípio desse vocábulo e postulou um significado diferente, no contexto da sua teoria de uma *pedagogia libertadora* e a partir dos seus próprios estudos e experiência de vida em espaços sociais desiguais. Essa vivência fez com que Paulo Freire sentisse a necessidade de um termo que expressasse a urgência dos próprios grupos desfavorecidos, ‘oprimidos’, buscarem pelo empoderamento, no sentido de não mais aceitarem uma posição inferior de espera em que o dominante lhes conferisse o “poder”. (FREIRE & SHOR, 1986).

Por outro lado, Freire & Shor postulam que esse *empoderamento* deve ser um ato social e não apenas individual, ou seja, “se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade”. (FREIRE & SHOR, 1986, p. 71). No que tange à luta das mulheres, pela liberdade e direitos iguais, pelo empoderamento, Freire & Shor (1986) se posicionam a favor, pontuando que essa luta deve ser coletiva entre mulheres oprimidas com as menos oprimidas e sem movimentos fragmentados.

No entanto, o conceito de *empoderamento* se tornou realmente conhecido e difundido no Brasil a partir do ano de 2013, principalmente, por grupos de movimentos negros e de mulheres, em busca de difundir a importância da luta coletiva pelo direito ao empoderamento, como um instrumento de luta social.

Portanto, empoderamento feminino, “basicamente, se refere a dar poder para outras mulheres e cada mulher assumir seu poder individual. Com isso, há crescimento e fortalecimento do papel de todas na sociedade”, como expressa a jovem jornalista Stefanny Lima em seu artigo “Por que o empoderamento feminino é importante? ” (2016). Atuando também como líder do Capítulo Local, em São Paulo, do movimento global chamado *I Am That Girl*, a jornalista declara:

Empoderamento é sim uma palavra muito difícil de tecer um significado exclusivo. É muito mais fácil apontar para suas pontes como **representatividade, sororidade** e

⁴⁰ Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>. Acesso: 8/01/2019

colaboração, soma que resulta no empoderar. Empoderar é enaltecer, botar uma menina ou uma mulher no degrau de cima, contribuir para que conquistem seus espaços, seja de fala ou de trabalho. Não menos importante: enaltecer a si mesma. (LIMA, 2016).⁴¹

Mas, como mulheres com deficiência podem conseguir esse *empoderamento*? A jornalista de Campo Grande - MS e militante pelos direitos das meninas e mulheres, Sarah Santos⁴², em seu *vlog Sem Limites*⁴³, responde a essa pergunta dizendo que basicamente são necessárias duas coisas para que uma pessoa, de um grupo socialmente minoritário e excluído, consiga se empoderar: “1º Informação e 2º Ter seus direitos consolidados”. Ela cita seu próprio exemplo de mulher com deficiência que se sente empoderada por ter buscado e conseguido seu direito a uma vaga de emprego, pela cota em uma empresa com mais de cem funcionários. Por estar empregada, Sarah sente-se mais independente e com autonomia para direcionar sua vida e, como ela mesma declara: “me torno uma mulher com deficiência trabalhadora e empoderada”.

Sarah declara, ainda, que uma mulher em situação de violência só conseguirá se sentir empoderada se tiver conhecimento e informação de que está vivendo em um contexto de violência e buscar os caminhos legais para sair dessa situação e ver seus direitos de segurança consolidados. Outro fator importante, destacado pela jornalista, é que ninguém se sente empoderado só pela conquista dos direitos civis, mas pela compreensão de si mesmo, conforme relata: “quando entendi que, por ter uma deficiência, eu não sou inferior às outras pessoas, eu passei a me tornar uma pessoa com deficiência e empoderada”. Sarah explicita, também, quais os meios que uma mulher pode buscar para chegar a esse empoderamento: “trabalho, estudo, amigos e, principalmente, pela mídia”, que foi o meio que ela mesma encontrou pela gama de informações disponíveis.

A presidente da Associação de Mulheres com Deficiência de Campo Grande – AMDEF, M.B. (2018), tece sua visão sobre o que entende pelo termo empoderamento:

(...) você ter um empoderamento é você não deixar que ninguém te roube a sua vida, roube as suas ideias, seus sonhos, você tem que lutar por ele, porque a sociedade não te permite estar ali, então, você tem que se **apoderar dos seus direitos, e se empoderar daquilo que os seus direitos podem te trazer de bom** (...) ⁴⁴.

⁴¹ Disponível: <http://nossacausa.com/author/stefs-lima/>. Acesso: 8/01/2019.

⁴² Sarah é uma jovem mulher com deficiência congênita hereditária pelos efeitos da talidomida.

⁴³ Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=GDVE61H1R8>. Acesso em: 7 de janeiro de 2019.

⁴⁴ Em depoimento para a presente pesquisa, realizada no dia 19 de julho de 2018.

Observamos, assim, que essas duas mulheres com deficiência falam em *apoderar-se* dos direitos garantidos como sendo parte do empoderamento feminino, evidenciando a importância de um trabalho coletivo de informação sobre os seus direitos legais e como as mulheres com deficiência podem conquistá-los efetivamente.

Temos também o depoimento de S.V. sobre suas concepções do que é ser uma mulher surda empoderada:

a questão do empoderamento... hoje eu vejo QUE... o empoderamento da mulher... eu vejo assim... primeiro lugar... **eu:: só posso ser empoderada quando eu tenho o MEU igual... nesse caso... se eu tenho mulheres surdas... que são empoderadas... eu consigo visualizar-las... ELA empoderada...** então as condições... eu não consigo empoderar mulher ouvinte... então o:: EMpoderamento pra mim... é quando eu me encontro... se eu me encontro... se eu me organizo... se eu... digo... eu sou ca-paz... não sou menos VÁlida... se eu não crio a menos valia dentro de mim... então é isso... é:: sobre o empoderamento... eu preciso de um igual... mas um igual onde no meu caso... no caso seria:: surdo...

A entrevistada pontua um aspecto relevante, que é a questão da *representatividade* como um fator para outras mulheres se empoderarem “*eu: só posso ser empoderada quando eu tenho o MEU igual... nesse caso... se eu tenho mulheres surdas... que são empoderadas... eu consigo visualizar-las... ELA empoderada...*”.

A representatividade para as mulheres de grupos considerados minoritários é fundamental, pois quando um sujeito não se vê representado por um igual em espaços de poder e prestígio ou conquistando sonhos almejados, sente-se excluído e diminuído, gerando conflitos internos e baixa autoestima. Dessa forma, o contrário também é verdade, quando uma mulher com deficiência, vê uma outra mulher com a mesma deficiência em espaços de poder, como em uma faculdade ou empresa e bem-sucedida, sente-se motivada a buscar o mesmo, com o sentimento de que é possível alcançar seus próprios sonhos.

Observamos, assim, que o empoderamento pode assumir diferentes perspectivas para as mulheres, mas há um ponto em comum, qual seja, a mulher sente-se empoderada quando ela mesma tem o “poder” de tomar suas decisões, quando pode ser a protagonista de sua vida e não mais uma outra pessoa; ainda que habite em sua subjetividade um “outro”, essa mulher é capaz de tomar consciência do que verdadeiramente a faz feliz e realizada e consegue mudar a sua realidade. Portanto, quando falamos nesta pesquisa no trabalho de empoderar uma mulher com deficiência é nessa perspectiva, de ajudá-la a tomar consciência de que têm o direito de ter o “poder” sobre si mesma.

CAPÍTULO 3 - PERSPECTIVA TEÓRICA DA ANÁLISE DO DISCURSO (AD)

[...]o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos.

(FOUCAULT, 2002, p.2)

Apresentamos neste capítulo, em primeiro lugar, alguns conceitos da Análise do Discurso (doravante AD) e sua importância para os estudiosos da linguagem e de tantas outras áreas em que os conceitos e princípios discursivos prestam sua contribuição. Trazemos a contribuição do filósofo Foucault para a AD, bem como, do círculo de Bakhtin, este em uma perspectiva da Análise Dialógica do Discurso. Apresentamos os conceitos de memória discursiva e narrativa de vida, que empregamos para as análises dos discurso de mulheres com deficiência, no capítulo quatro.

3.1 Teóricos e conceitos que permeiam a Análise do Discurso

Muitos são os significados atribuídos à palavra discurso. Na Linguagem cotidiana, temos o significado que o define como fala, exposição oral, muitas vezes, proferida de uma tribuna, ou mesmo no sentido pejorativo da fala que nada acrescenta: “é só discurso”, ou seja, discurso vazio. Na perspectiva da ciência da linguagem, no entanto, a palavra discurso é apresentada pelos estudiosos com significados que compreendem as teorias por eles defendidas. Nesta pesquisa, tomamos a palavra discurso a partir de concepções da linguagem em seu aspecto sócio-histórico, tendo em vista que, como afirma Foucault na epígrafe, o discurso “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas [...] mas é aquilo pelo qual se luta”.

Assim, para compreendermos a amplitude de significações e correntes que esse termo concebe na perspectiva da ciência da linguagem, vejamos algumas definições propostas por Charaudeau & Maingueneau, no Dicionário de Análise do Discurso (2016):

Discurso – Noção que já estava em uso na filosofia clássica, na qual, ao conhecimento discursivo por encadeamento de razões, opunha-se o conhecimento *intuitivo*. Seu valor era, então, bastante próximo ao do *logos* grego. Em linguística, essa noção, proposta por Guillaume, conheceu um impulso fulgurante com o declínio do estruturalismo e o crescimento das correntes pragmáticas”. Valores clássicos em Linguística: **Discurso vs frase**. O discurso é uma unidade linguística constituída de uma sucessão de frases. É nessa acepção que Harris (1952) fala de “análise do discurso” e que alguns falam de “gramática do discurso”; hoje, prefere-se falar de “linguística textual”. **Discurso vs língua**:(1) A *língua* definida como sistema de

valores virtuais opõe-se ao discurso, ao uso da língua em um contexto particular, que filtra esses valores e pode suscitar-lhes novos [...] (2) A “língua”, definida como sistema *partilhado* pelos membros de uma comunidade linguística, opõe-se ao “discurso”, considerado como uso *restrito* desse sistema. Pode tratar-se: (a) de um posicionamento em um campo discursivo [...] em Foucault: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados na medida em que eles provêm da mesma formação discursiva” (1969b:153); (b) de um *tipo* de discurso (“discurso jornalístico”, “discurso administrativo”, “discurso televisivo”, “discurso do professor em sala de aula”...); (c) das produções verbais específicas de uma *categoria de locutores* (o “discurso das enfermeiras”, o “discurso das mães de família”...); (d) de uma *função da linguagem* (o “discurso polêmico”, o “discurso prescritivo”...); **Discurso vs texto**. O discurso é concebido como a inclusão de um texto em seu contexto (= condições de produção e de recepção) (ADAM, 1999:39); **Discurso vs enunciado**. Muito próxima da antecedente, essa distinção permite opor *dois modos de apreensão* das unidades transfrásticas: como unidade linguística (“enunciado”) e como traço de um ato de comunicação sócio-historicamente determinado [...] (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2016, p. 68, 69,).

É a partir dessa última concepção de discurso que, de acordo com Orlandi (2010), estudiosos interessados para além de uma língua estática e linear ou apenas normativa e estrutural, concebida como um sistema de signos verbais propostos por Saussure (1857-1913), empreenderam pesquisas com foco em compreender a língua em movimento, fazendo sentido, em práticas de interações sociais e dentro de um contexto sócio histórico.

Esse novo enfoque da linguagem — na perspectiva da AD — se deu mais especificamente por volta dos anos 1960 na França, principalmente por estudiosos do *Collège de France (Escola Francesa)*, mas não especificamente por linguistas, e sim, primeiramente, por filósofos e historiadores, como Althusser, Pêcheux e Foucault, em um momento histórico da França em que os discursos políticos se tornaram materialidade fundamental para o crescimento de uma nova forma de estudar a linguagem.

No entanto, não é simples escrever sobre a história da AD, visto que não há um “ato fundador, já que resulta, ao mesmo tempo, da convergência de correntes recentes e da renovação da prática de estudos muito antigos de textos (retóricos, filológicos ou hermenêuticos).” (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2016, p. 43). De acordo com Orlandi (2010), a Análise do Discurso (AD) surge no entremeio de três áreas do conhecimento, a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, com uma proposta pós estruturalista e realizando, portanto, uma releitura e crítica dos respectivos representantes dessas disciplinas, Saussure, Marx e Freud. A AD passou por três momentos diferentes, “três épocas”, segundo Pêcheux (1997, p. 311), transformando e reformulando algumas bases teóricas, com divergências de concepções por parte de seus estudiosos.

A “primeira época” teve início com o livro *Analyse Automatique du Discours* (1969) em que Pêcheux faz a releitura de Saussure, com uma proposta teórico-metodológica sobre a

“*langue* (sua sistematicidade; seu caráter social), como a base dos processos discursivos, nos quais estão envolvidos o sujeito e a História.” (GREGOLIN, 2004, p. 61). Estão presentes as teses de Althusser sobre os *aparelhos ideológicos* e a concepção de sujeito *assujeitado*, “atravessado pela ideologia e pelo inconsciente (um sujeito que não é fonte nem origem do dizer que reproduz o já-dito, o já-lá, o pré-construído). A metodologia – derivada do estruturalismo harrisiano – propõe a “análise automática[...]” do discurso (GREGOLIN, 2004, p. 61).

Segundo a autora (2004, p. 62), a “segunda época” surge a partir da autocrítica de Pêcheux à metodologia da análise automática, visto que seus princípios levaram a uma análise “das invariâncias, das paráfrases de enunciados repetidos”, surgindo, assim, o “movimento em direção à heterogeneidade, ao Outro, [...]”. Além disso, “a re-interpretação do conceito de *formação discursiva* de Foucault (1969b) faz as propostas pechêutianas ingressarem naquilo que Malidier (1990) denomina “a época dos tateamentos””. Nesse período (1975), Pêcheux e Fuchs escrevem um artigo apresentando o “quadro epistemológico geral da análise do discurso”, mostrando a relação com a “tríplice aliança” e refina a análise das relações entre língua, discurso, ideologia e sujeito.

Nessa mesma época é publicado o livro de Pêcheux *Les Vérités de la Palice* (1975), em português *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (1975; Trad. Bras. de Eni Orlandi, 1988), momento de teorização das mudanças, ao propor uma *teoria materialista do discurso*, vinculando as ideias de Althusser, Pêcheux “retoma a tese de interpelação ideológica, acentuando, mais claramente, o caráter *contraditório, desigual* do assujeitamento e o fato de que os aparelhos ideológicos não só reproduzem, mas também transformam as relações de produção” (GREGOLIN, 2004, p. 63). O conceito de formação discursiva está presente nessa “segunda época”, porém, com o acréscimo da reflexão sobre *a materialidade discursiva e do sentido*, ou seja, “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. (PÊCHEUX, 1997, p.167, 168). As tensões entre Pêcheux e Foucault, bem como nas bases da AD, pela crise política e teórica em torno da França, ocorrem também nesta segunda época (1975-1979).

A “terceira época da AD” (1980-1983), incia-se a partir da crise no interior da análise do discurso e da esquerda francesa, provocando um afastamento de Pêcheux do dogmatismo althusseriano e aproximação dos estudos e das teorias de Foucault, principalmente, quanto a “nova História”, abrindo assim, “várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento”. (GREGOLIN, 2004, p. 64).

Entretanto, os teóricos da AD nunca discordaram no que tange à compreensão de que todo discurso só pode ser analisado dentro de um contexto de interações sociais reais, buscando os sentidos a partir de suas condições de produção, situados no tempo e no espaço, portanto, em sua história, mas não de forma linear e transparente. Desse modo, Orlandi (2010) explica qual é o trabalho realizado pela Análise do Discurso,

[...] não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade [...] os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando à noção de sujeito [...]. (ORLANDI, 2010, p. 16).

Sendo assim, é por essa concepção de linguagem, de língua e discurso, “com maneiras de significar”, que nossa pesquisa está pautada, nos valendo, portanto, da definição de Orlandi (2010) para o discurso:

[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de **curso, de percurso, de correr por, de movimento**. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem [...]. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. (ORLANDI, 2010, p. 15).

Portanto, é a língua “fazendo sentido” que nos interessa, ou seja, o discurso materializado em textos (escritos, orais ou viso-gestuais)⁴⁵ na busca de possibilidades de compreensão dos ‘ditos e dos não ditos’, de como significam, da carga histórica e ideológica que o compõe e de como os sujeitos constituem suas subjetividades pelas vozes que atravessam seu discurso (ORLANDI, 2010).

Além disso, de acordo com Gregolin (1995, p. 17), quando realizamos uma análise discursiva, nos deparamos com a questão de como o discurso “se relaciona com a situação que o criou”. Sendo assim, “vai procurar colocar em relação o campo da língua (susceptível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade (apreendida pela história e pela ideologia)”. Quanto ao analista do discurso, Gregolin (1995) explica o que é necessário para esse trabalho,

[...] empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a

⁴⁵ Textos viso-gestuais referem-se aos produzidos pela língua de sinais.

sociedade que o produziu. **O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente** (GREGOLIN, 1995, p. 20, grifo nosso).

Buscaremos, portanto, para as análises dos discursos de mulheres com deficiência, objeto da presente pesquisa, nos valer dos aportes teóricos apresentados, compreendendo não ser tarefa fácil e nem esgotada, pois cada pessoa que se coloca no papel de analista — enquanto sujeito único e perpassado pelos seus próprios interdiscursos — empreenderá uma análise singular diante de uma mesma materialidade discursiva.

3.1.2 Contribuições de Foucault para a Análise do Discurso

O filósofo Michel Foucault (1926-1984) interessa-se pelo estudo do discurso por volta da metade dos anos sessenta, no entanto, torna-se mais conhecido fora da França. Apesar de não ser propriamente um analista do discurso, Foucault traz contribuições fundamentais para a compreensão de como os discursos de várias esferas da sociedade se estabeleceram como verdades e são naturalizados pelos sujeitos, perpetuando muitos preconceitos, tabus, exclusões e relações de micropoderes.

De acordo com o pesquisador francês Angermuller (2016, p.17), a respeito da importância de Foucault para os estudos da Análise do Discurso, “deve-se provavelmente a ele não somente a sua mobilidade teórica e disciplinar, mas também o fato de que, depois de *A Ordem do Discurso* (1971), ele não cessa de trabalhar sobre o discurso e sua análise”. Mas, antes da publicação de *A Ordem do Discurso*, outra obra, *A Arqueologia do Saber* (1969) se tornara relevante para o estudo dos discursos e, até hoje, muitos pesquisadores ainda utilizam os procedimentos arqueológicos de Foucault em suas análises.

O que Foucault (2008) propõe com a arqueologia como procedimento de análise discursiva é a possibilidade de se compreender a história dos acontecimentos discursivos para além de uma simples historiografia, de modo linear, com começo, meio e fim. Assim, o que o autor propõe é uma concepção pós estruturalista da história, uma “nova história”, que ele concebe ‘cavar’ em outros discursos, não lineares, não óbvios, compreender como ocorre o processo de cristalização de determinadas ideias e conceitos (FOUCAULT, 2008).

Também é com essa obra que Foucault expõe os conceitos de “acontecimentos discursivos” em relação a “arquivo/documento”, ou seja, os discursos não como fatos acabados, com uma verdade única e fiel, mas o discurso como um acontecimento permeado de vários

outros acontecimentos, constituídos de enunciados com possibilidades de sentidos (FOUCAULT, 2008). Como o próprio Foucault explica:

[...] a descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? [...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2008, p. 30, 31).

Dessa forma, é a partir da *Arqueologia do Saber* (1969; 2008), que Foucault propõe a prática discursiva como a relação dos enunciados colocados em “formações discursivas”, pois para ele, os enunciados são o resultado de um processo de enunciação. Nesse viés, Foucault (2008) propõe uma “análise enunciativa” que,

[...] é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não se pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar. (FOUCAULT, 2008, p. 124).

Portanto, a análise enunciativa, na proposta arqueológica de Foucault (2008), não tem como foco a interpretação dos discursos e acontecimentos, como propunha a prática hermenêutica, mas sim pensar no *processo* em que determinados discursos como um arquivo/documento se tornaram verdades e se legitimaram nas sociedades. Para isso, algumas perguntas fazem parte dessa modalidade enunciativa: Quem fala? De onde fala? Por que fala? Para quem se fala? Essas perguntas nos levam aos estudos de Foucault (1971) sobre o Poder, as relações de poder e, conseqüentemente, a uma ordem do discurso, pois todo discurso tem um sujeito enunciadador que fala de um “lugar”, relacionado a uma posição de Poder e esse sujeito fala para alguém, ainda que não seja um interlocutor real e presente, mas sempre se fala a um Outro e por algum motivo.

Dessa forma, para Foucault (1971; 2002), o discurso é ação, é prática e só acontece dentro das interações sociais e, portanto, o sujeito discursivo é constituído por meio dessas interações, como também ocorre nos estudos de Bakhtin. Com isso, emergem alguns questionamentos: quem é esse sujeito que fala? Que arranjo institucional e social produziu esse sujeito? De onde se fala? Foi em sua aula inaugural no *Collège de France*, que Foucault falou mais precisamente sobre as relações de poder e como essas têm total influência na ordem do

discurso e como os sujeitos são constituídos e fabricados pelo poder e pelo saber. (FOUCAULT, 1971; 2002).

Em *A Ordem do Discurso* (1971; 2002), encontramos expressões que darão fundamentação para a presente pesquisa quando falamos dos dispositivos discursivos de “poder”, “verdade” e exclusão, que regem a sociedade e manipulam as macro e microrrelações com fins de controle. A “vontade de verdade” é postulada por Foucault (1971; 2002, p.4), como um dos sistemas de exclusão apoiado em bases institucionais, mas “é também reconduzida, e de modo mais profundo sem dúvida, pela maneira como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído (FOUCAULT, 1971; 2002, p. 4).

De acordo com o autor (FOUCAULT, 1971; 2002, p. 5) há “três grandes sistemas de exclusão que incidem sobre o discurso, a palavra interdita, a partilha da loucura e a vontade de verdade”, sendo este último o que direciona os dois primeiros, e tem na sua base o “poder e o desejo”. Portanto, quando analisamos o histórico de pessoas e mulheres com deficiência, as exclusões e violências vivenciadas, a luta pelo direito humano de viver dignamente, compreendemos que lá no fundo, “escavando” nos discursos que circundam todo esse contexto sócio-histórico, há o poder de uma verdade que busca o controle de um sujeito para com o outro, imbuídos de um insano desejo inconsciente. (LACAN, 1999).

Por isso, coadunamos em nossa pesquisa com a relevância de, ao realizar uma análise discursiva, termos como aporte primordial a história, no sentido, postulado por Foucault (1971; 2002, p. 15) “que a história não considere um acontecimento sem definir a série de que ele faz parte, sem especificar o modo de análise de que esta série depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade da sua emergência (...)”. Portanto, é com essa base de conceituação histórica que buscamos nortear nossos estudos e considerações acerca da temática principal de violência de gênero contra meninas e mulheres com deficiência.

3.1.3 Contribuições do Círculo de Bakhtin para a AD⁴⁶

O filósofo russo Mikhail Bakhtin (1895 – 1975) e os estudiosos pertencentes ao seu “Círculo”, deixaram inúmeras contribuições para os estudos da linguagem, principalmente por

⁴⁶ Parte do texto deste subtópico faz parte do artigo: CARDOSO, Flávia Pieretti. O Discurso da Comunidade Surda em Redes Sociais como Ferramenta para a Prática de Ensino nas aulas de Língua Portuguesa. In: Anais Do Simpósio Internacional De Estudos De Gêneros Textuais, 2017.Campinas, GALOÁ, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/siget/papers/-o-discurso-da-comunidade-surda-em-redes-sociais-como-ferramenta-para-a-pratica-de-ensino-nas-aulas-de-lingua-portuguesa>> Acesso em: 19 jul. 2018.

conceberem a língua não como um objeto linguístico abstrato, nem estável ou imutável, mas antes, a língua como um fato social, concreta e real, pois, “na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular” (BAKHTIN, 2004, p. 95).

Dessa perspectiva, o Círculo de Bakhtin propõe uma ciência para além da linguística, uma *metalinguística*, em que o foco estaria no funcionamento da língua em *interações dialógicas* e em sua produção de sentido e não no sistema estrutural de como essa língua funciona (FIORIN, 2016).

Tomamos como empréstimo os estudos de Fiorin (2016) para trazermos os pensamentos de Bakhtin e, do seu Círculo, sobre a Análise Dialógica do Discurso e, portanto, os conceitos de que nos valeremos para essa pesquisa, que têm suporte no dialogismo e nos gêneros do discurso.

De acordo com Fiorin (2016), o conceito de dialogismo é o “princípio unificador da obra” de Bakhtin, que “examina-o em seus diferentes ângulos e estuda detidamente suas diferentes manifestações [...], essa noção funda não só a concepção bakhtiniana de linguagem, como é constitutiva de sua antropologia filosófica”. Portanto, “a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica” (FIORIN, 2016, p.21).

Para Bakhtin (2004, p. 112), esse dialogismo não se restringe a relações de interação face a face entre interlocutores, tendo em vista que a “enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor”. Dessa forma, como explica Fiorin (2016, p.21), “todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos [...] existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro; é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro”. (FIORIN, 2016, p. 22). Compreendemos assim, que todo discurso é atravessado por outros discursos, outras vozes; por isso, para Bakhtin (2004), a língua é ideológica, no sentido de que

[...] sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 2004, p. 95).

Em consonância com a perspectiva dialógica do discurso, depreendemos que o “enunciado é a réplica de um diálogo, pois cada vez que se produz um enunciado, o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros diálogos [...] o que é constitutivo do enunciado é que ele não existe fora das relações dialógicas”. (FIORIN, 2016, p. 24). Quando enunciamos algo sobre determinado objeto do mundo, este, já está “cercado, envolto, embebido em discursos. Por isso, todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam”, dessa forma, “toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de outras palavras” (FIORIN, 2016, p.22). Nesse sentido, também se encontra o conceito de *vozes*, que estamos adotando nesta pesquisa, ou seja, “maneira semântico-social depositada na palavra [...] voz se identifica com opinião, ponto de vista, postura ideológica”. (BUBNOVA, 2011, p. 276). Além disso, no sentido do dialogismo, são as vozes de mulheres com deficiência que no fio do discurso trazem à tona vozes anteriores, o interdiscurso.

De acordo com Bakhtin (2004, p. 113), a palavra sempre está orientada para um interlocutor, e possui “duas faces”, ou seja, procede “*de* alguém” e dirige-se “*para* alguém” [...] Sendo assim, “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e interlocutor”. (BAKHTIN, 2004, p. 113). Nesse sentido é que Bakhtin (2004) defende que o que determina a estrutura da enunciação é o seu contexto sócio histórico, é a “situação social mais imediata e o meio social mais amplo”, as *condições de produção* do enunciado. (BAKHTIN, 2004, p. 113).

Essas contribuições dos estudos das concepções dialógicas de Bakhtin e do seu Círculo começaram de fato a serem incorporadas aos estudos discursivos por meio de Authier-Revuz (1982), que pelas contribuições de Pêcheux, Bakhtin e da psicanálise Freud-Lacan, “institui uma perspectiva inovadora para a investigação das formas da modalização autonímica, pelas quais um enunciador *representa* seu discurso – se *representa* em seu discurso – como marcado pela heterogeneidade que o constitui” (AUTHIER, 1990, 2004, *prefácio*).

Utilizaremos dos aportes teóricos de Bakhtin e Authier para a fundamentação das análises discursivas que propomos para esta pesquisa, buscando tecer possibilidades de sentidos nos discursos de mulheres com deficiência.

3.2 Heterogeneidades Enunciativas de Authier-Revuz

Authier (1982; 2004) coloca em evidência o sentido, a enunciação, as rupturas enunciativas no fio do discurso, ou seja, o surgimento de um discurso outro no próprio discurso, os “já dito”. Para apresentar a heterogeneidade, Authier (2004, p. 12) vai utilizar os mesmos fenômenos usados por Bakhtin, as formas sintáticas do discurso direto, discurso indireto e do discurso indireto livre. Para a autora, a heterogeneidade se constitui de dois tipos:

- **Heterogeneidade constitutiva** do sujeito e do discurso que se apoia em duas bases teóricas: 1) Discurso como fonte do interdiscurso – o dialogismo bakhtiniano; 2) Abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem, ‘inconsciente’ e ‘memória’ – (re) leitura de Freud por Lacan. Neste caso, o discurso é tecido a partir do discurso do outro, “exterior constitutivo”, o *já dito* sobre o qual se constrói todo discurso”; o discurso Outro não se mostra no fio do discurso. O discurso não revela a alteridade na sua manifestação. (AUTHIER, 1990).
- **Heterogeneidade Mostrada** – de modo simples pode se dizer que se refere a um conjunto de “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (AUTHIER, 1990, p. 26), formas estas que inscrevem *o outro* na sequência do discurso, por diversos mecanismos, chamados de *marcas linguísticas*; os ‘rastros’ deixados pelo outro. Nesse sentido, temos os discursos direto e indireto, a negação, as aspas, ironia, dentre outros, que ‘denunciam’ a presença do outro explícito. De acordo com Authier,

[...] das formas marcadas que atribuem ao outro um lugar linguisticamente descritível, claramente delimitado no discurso, passando pelo *continuum* das formas recuperáveis da presença do outro no discurso, chega-se, inevitavelmente, à presença do outro – às palavras dos outros, às outras palavras – em toda parte sempre presentes no discurso, não dependente de uma abordagem linguística. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21).

Na heterogeneidade mostrada, o discurso do outro pode se apresentar de forma *explícita*, marcada, ou de forma *implícita*, não marcada. Podemos observar, no quadro a seguir, as várias marcas linguísticas das duas formas da heterogeneidade enunciativa:

Quadro 2: HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS

	FORMAS	CARACTERÍSTICAS	MODALIDADES
HETEROGENEIDADE MOSTRADA	1. Formas explícitas marcadas (a presença do outro por uma marca unívoca)	<p>a) autonomia simples (signo autonímico)</p> <ul style="list-style-type: none"> - a heterogeneidade se acompanha de uma ruptura sintática - o fragmento mencionado é mostrado como objeto - o fragmento é extraído do fio enunciativo normal e remetido a um exterior <p>b) conotação autonímica</p> <ul style="list-style-type: none"> - o fragmento mencionado é ao mesmo tempo um fragmento do qual se faz uso (signo em uso E menção) - o fragmento é integrado ao fio do discurso sem ruptura sintática 	<p>a) - discurso direto: locutor = “porta-voz”</p> <ul style="list-style-type: none"> - discurso indireto: locutor = “tradutor” - ilha textual: apenas um segmento (palavra, locução...) entre aspas⁴⁷ <p>b) – aspas/itálicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - comentários glosados por um inciso - outro idioma - outro registro discursivo, coloquial, etc. - outro discurso, técnico, marxista, etc. - outra modalidade de tomada de sentido para uma palavra - outra palavra nas figuras da reserva, hesitação, ajuste, retificação - um outro, o interlocutor, diferente do locutor (suscetível de não entender)
	2. Formas implícitas ou não marcadas (o outro é dado a reconhecer sem marca unívoca)	<ul style="list-style-type: none"> - “jogo com o outro” - espaço do não-explícito, do “semi-encoberto”, “sugerido” 	<ul style="list-style-type: none"> - discurso indireto livre - paródia - ironia, reminiscência - pastiche - estereótipo - imitação - alusão
	3. A heterogeneidade das outras palavras, sob, nas palavras (presença do outro significante)	<ul style="list-style-type: none"> - os dados materiais do signo, figuras ou tropos (polissemia, homonímia, sinonímia) 	<ul style="list-style-type: none"> - leitura dupla: palíndromo, trocadilho - construção de um sentido somente se o interlocutor se decide a entender os dois - justaposição do <i>um</i> e do <i>outro</i> - justaposição-superposição por acrossemia - realização direta de um reverso lúdico da palavras (jogo de palavras)

Fonte: Quadro teórico-metodológico de Jacqueline Authier, traduzido pela professora Dra. Aline Saddi Chaves e cedida para a composição desta dissertação. (Jacqueline Authier, **DRLAV**, n. 26, 1982).

Por meio da teoria da heterogeneidade enunciativa/discursiva, Authier coloca em evidência o sujeito (da psicanálise lacaniana) “dividido”, “clivado”, em que seu discurso é

⁴⁷ Acréscimo a partir de *Palavras Incertas* (AUTHIER).

“atravessado pelo inconsciente”, ou seja, “sempre sob as palavras, “outras palavras são ditas” [...]”. (AUTHIER, 1990, p.28). Authier retoma assim, nas bases teóricas de Pêcheux e Foucault, os conceitos de discurso como produto do interdiscurso e das formações discursivas, “para dar conta da produção do discurso, maquinaria estrutural ignorada pelo sujeito que, na ilusão, se crê fonte deste seu discurso, quando ele nada mais é do que o *suporte e o efeito*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 27; grifo nosso) e, citando Pêcheux (1975), ““isso fala” (*ça parle*) sempre, “antes, alhures e independentemente”.

3.3 Memória e Discurso

Nesta pesquisa, tomamos a palavra discurso a partir de concepções da linguagem em uso que o compreendem enquanto atividade histórica e social. Dessa perspectiva, é possível compreendermos que os falantes não produzem frases isoladas, mas enunciados concretos em que suas crenças e valores culturais aparecem e constituem o discurso, que não é neutro, pois envolve circunstâncias enunciativas que se referem tanto ao contexto imediato, quanto ao contexto histórico, social e ideológico em que é produzido. De acordo com Brandão (2012):

Podemos definir discurso como toda atividade comunicativa entre interlocutores; atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes. O falante/ouvinte, escritor/leitor são seres situados num tempo histórico, num espaço geográfico; pertencem a uma comunidade, a um grupo e por isso carregam crenças, valores culturais, sociais, enfim a ideologia do grupo, da comunidade de que fazem parte. Essas crenças, ideologias são veiculadas, isto é, aparecem nos discursos. É por isso que dizemos que não há discurso neutro, todo discurso produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem (BRANDÃO, 2012, p. 1-2).

Assim, para Brandão (2012), [...] o discurso é uma forma de atuar, de agir sobre o outro. Quando prometemos, ordenamos, perguntamos etc., praticamos uma ação pela linguagem (um ato de fala) que tem por objetivo modificar uma situação.” (BRANDÃO, 2012, p. 4). Construído interdiscursivamente em interação constante com outros discursos que foram e/ou estão sendo produzidos, o discurso estabelece uma relação de aliança, de polêmica ou de oposição. “[...] É nesse sentido que se diz que o discurso é uma arena de lutas em que locutores, vozes, falando de posições ideológicas, sociais, culturais diferentes procuram interagir e atuar uns sobre os outros” (BRANDÃO, 2012, p. 5).

Nessa mesma linha, Orlandi (2001) ao considerar o uso que fazemos da linguagem em nossas relações sociais, afirma que: “Na perspectiva da análise de discurso, entretanto, tomar a

palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc.” (ORLANDI, 2001, p. 17).

Portanto, trazer à materialidade discursiva as *memórias de mulheres com deficiência*, não é simplesmente escrutinar suas lembranças ou recordações, como explica Coracini (2011, p. 32), mas sim conceber a memória como “uma forma de o sujeito se dizer e dizer o mundo”. Nesse sentido, falar das memórias dessas mulheres é falar do *interdiscurso*, em que ao dizer o seu discurso, o sujeito se reporta aos “já-ditos” e aos “já vividos” historicamente construídos, bem como às escolhas feitas para dizer o que diz, que não são aleatórias, pois compreendem o contexto em que são produzidas, que em AD constituem as condições de produção (doravante CP) do discurso.

Assim, são as CP que nos possibilitam compreender que os discursos, além da língua e sua estrutura, se constituem nas relações que se estabelecem entre o enunciador e o enunciado, bem como nas determinações não-linguísticas que dizem respeito ao contexto imediato e ao contexto sócio-histórico, ideológico em que o discurso foi produzido, sendo compreendidas em sentido amplo e restrito.

Assim, nas situações em que são analisadas as circunstâncias do contexto imediato da enunciação temos as CP no sentido restrito; por outro lado quando essas condições levam em consideração o contexto sócio-histórico ideológico, temos o sentido amplo. Dessa perspectiva, as CP, sendo pertinentes ao sujeito e à situação discursiva, compreendem também a memória como componente relevante do sentido amplo de um discurso.

Orlandi (2010, p. 30) também explica que quando se fala em “condições de produção” para a compreensão dos sentidos do discurso, estamos falando de memória, pois “a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção, é fundamental [...] (ORLANDI, 2010, p. 30). Assim, estamos pensando em memória discursiva e interdiscurso, como explica Orlandi (2010):

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos **memória discursiva**: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2010, p. 31).

Dessa forma, “a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, já que o sentido é sempre construído na historicidade, que marca a relação do homem com a linguagem” (CORACINI, 2011, p. 33).

Para Pêcheux, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos) de que sua leitura necessita”. (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Nesse sentido, Pêcheux (1997) relaciona a memória ao conceito que formulou para *esquecimento*, na AD. São dois tipos de esquecimento: o primeiro se refere ao *esquecimento ideológico*, na base do inconsciente, ou seja, quando falamos temos a ilusão de sermos os primeiros a proferir aquele enunciado, no entanto, são discursos já existentes, estão em nossa *memória discursiva*, construída historicamente nas relações com o outro, desde que nascemos. O segundo esquecimento refere-se ao *esquecimento enunciativo*, ou seja, quando falamos temos a ilusão de que aquela seria a única forma de dizer e não de outra. Além disso, Pêcheux (1997, p. 160) defende a existência de uma “memória social” e não individual, no sentido de que a memória existe no interior de uma determinada Formação Discursiva (FD), já que esta “determina o que pode e deve ser dito”.

Em uma perspectiva contemporânea, encontramos a proposta de Paveau sobre uma “*memória cognitivo-discursiva*” (PAVEAU, 2005, p. 4), em que é possível um diálogo entre os saberes e métodos da AD e da teoria da cognição social, *distribuída*. De acordo com Paveau,

Vislumbrar uma memória cognitivo-discursiva é ultrapassar uma concepção estática (memória-stock destinada a ser recuperada, ou memória simplesmente compartilhada que constituiria uma espécie de terreno comum, a partir do qual os interlocutores se abastecem), para adotar uma concepção dinâmica que faz da memória um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo. (PAVEAU, 2005, p. 4).

Segundo essa proposta, os fatores externos - ambiental, material, histórico e social - assumem uma importância tanto quanto, ou mais, as questões internas – neurobiológicas - do sujeito, na cognição em relação às formações discursivas. Conforme exposto por Paveau (2005, p. 4), essa concepção firma-se no *princípio da exterioridade do espírito*, ou seja, “acreditamos que existam saberes e crenças, em suma, proposições e um pensamento, mas articulados ao mundo exterior, ao ambiente, aos artefatos, e não somente encapsulados em sistemas internos.” Além disso, parte-se do princípio de que há *ferramentas linguísticas* que apóiam a produção do discurso, chamadas de “estruturas cognitivas externas”, segundo Aroux, citado por Paveau (PAVEAU, 2005, p. 5):

A hipótese contrária [à cognição neurobiológica] repousa sobre a existência de estruturas cognitivas externas ao indivíduo. Essas estruturas conheceram seu desenvolvimento graças à tecnologia intelectual da escrita; elas dependem igualmente de instrumentos externos (livros, bibliotecas, instrumentos de cálculo e de observação,

etc.), assim como estruturas sociais de produção e de acumulação de conhecimentos (enciclopédias, sociedades eruditas, redes culturais de produção e reprodução do saber). O processo cognitivo depende da estruturação social tanto quanto dela depende a produção de riquezas" (AUROUX, 1998, p. 6, *apud* PAVEAU, 2005 p. 5).

Portanto, a compreensão na perspectiva da *cognição distribuída* refere-se “à construção e à transmissão das informações”, inscritos não somente na “cabeça” do ser humano ou no “meio sócio-cultural, mas inscritos nas ferramentas cognitivas, ou seja, nos artefatos como o bloco de notas, por exemplo.” (PAVEAU, 2005, p. 5). Dessa forma, a memória *cognitivo-dicursiva* tem uma função “(re) construtiva” e possui três dimensões, que justificam, a articulação entre o discursivo e o cognitivo: *reconhecimento; laços memoriais, dimensão afetiva emocional*. (PAVEAU, 2005, p. 7). Essas três dimensões despertam no analista do discurso um olhar para além dos aspectos teóricos-metodológicos, mas, aspectos de uma memória dinâmica, carregada de (re) conhecimentos, de história viva, pois a “memória retém também estados mentais e afetivos”.

3.4 Narrativa de vida e memória

*“A memória de um ser humano é um universo
onde diferentes vozes se conjugam,
além da voz do ser que reflete sobre si e
sobre sua existência”.*
(MACHADO, 2016, p. 122)

Nesse sentido, coadunamos com a autora e linguista Ida Machado, quando declara que há uma relação estreita entre narrativa de vida e memória, pois, há uma ligação entre esse relato, depoimento, história de vida, “ao exercício da memória de quem a concebe.” Para esta pesquisa de mestrado consideramos os discursos de mulheres com deficiência como narrativas de vida, visto que, de acordo com Machado (2015, p. 98), “ocorre quando um entrevistador solicita a uma pessoa que lhe conte sua vida ou exponha seus sentimentos pessoais sobre um determinado assunto, por ela vivenciado”.

Dessa forma, tomamos como suporte teórico, para nossa proposta de análise discursiva, os estudos de Machado (2016), pelo diálogo que constrói entre narrativa de vida e Análise do Discurso, além de outras teorias como a Semiologia de Charaudeau (1993,1992) e disciplinas que se interessam pela construção das subjetividades do sujeito, como a sociologia, história e psicologia. É interessante a relação que Machado (2016) estabelece entre a concepção do sujeito da Semiologia com a proposta dialógica de Bakhtin, “os sujeitos dessa análise

do discurso falam e atuam, mas não são senhores dos seus enunciados, pois o mundo das palavras está imerso em um imenso *déjà dit*.” (MACHADO, 2016, p. 125). De acordo com essa autora “a narrativa de vida pode ser considerada como uma das novas materialidades discursivas que fizeram sua aparição nas últimas duas décadas no âmbito dos estudos discursivos e por ele foram bem acolhidas”. (MACHADO, 2015, p. 95).

Nesse sentido, o *corpus*, objeto desta pesquisa, as *vozes* de mulheres com deficiência, materializadas em (micro) narrativas de vida, enfocam um fragmento específico de suas vidas: as memórias relativas à violência de gênero, experienciadas em algum momento de suas vidas. Essas mulheres com deficiência pertencem a um *habitus de classe*⁴⁸ das “minorias”, marcadas pela exclusão, invisibilidade e vulnerabilidade. Portanto, quando pensamos em narrativas de vida,

[...] podemos pensar que, em vez da totalidade da vida, a narrativa de vida apresentaria, por ser uma produção discursiva – e, portanto, socialmente localizada – **uma versão possível da vida**. Uma versão resultante do esforço de alguém que busca, em determinado momento e com determinado(s) objetivo(s), construir para si ou para um terceiro, uma identidade, uma vida dotada de sentido plausível. (MACHADO E MELO, 2016, p. 34, grifo nosso).

Dessa forma, o sujeito que se coloca na posição *eu-narrador* assume naquele momento o papel de um outro que re(constrói) pela memória e pelo imaginário⁴⁹, “uma versão possível da vida”, da sua própria vida, direcionada a um interlocutor específico. Sendo assim, como explica Machado (2016), quando é dada “a palavra” a um indivíduo para que narre sua história de vida e tente organizar suas lembranças, está, neste momento, realizando uma “grande façanha”,

(...) a **de reconstruir sua vida por meio de palavras** e, simultaneamente, a de autorreconstruir sua identidade. Rememorar sua vida e relatá-la, pode ser visto como um meio que o ser humano tem para tentar remediar tensões entre uma parte de sua identidade da qual ele não gosta e outras, mais apreciáveis. Em resumo, a narrativa de vida permite que o sujeito-narrador efetue um trabalho de reconstrução/recomposição de sua identidade (MACHADO, 2016, p.127,128, grifos nossos).

⁴⁸ “O *habitus* é uma forma de disposição à determinada prática de grupo ou classe, ou seja, é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que gera estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução cultural.” (AZEVEDO, M. L. N. 2003, apud MACHADO, 2016, p. 123).

⁴⁹ “(...) é natural que o imaginário faça também parte das memórias do ser-pensante que assumirá, ao se comunicar, o papel de um sujeito-enunciador ou narrador, no caso de uma produção genealógica. É uma tarefa quase impossível a de reconstituir fatos já vividos mantendo a mesma nitidez e precisão do momento em que eles ocorreram, quando se faz apelo somente à memória: os fatos vividos se embaralham a outros, surgem ecos de vozes que ficam na memória de quem reflete sobre sua vida passada.” (MACHADO, 2016, p. 125).

Trazendo esses aspectos de “reconstrução/recomposição de identidade” para as narrativas de mulheres com deficiência, observamos que esse é um processo fundamental para o resgate da autoestima, de respeito próprio e autoconfiança de muitas delas, pois em muitos casos, suas histórias de vida são silenciadas e desacreditadas, tornado-se invisíveis perante uma sociedade excludente. Portanto, ao trazermos para essa pesquisa as narrativas de vida de mulheres com deficiência de Campo Grande, suas *vozes*, nosso interesse por essa materialidade discursiva, é o mesmo esboçado por Machado, qual seja, “interessamo-nos pelo estudo da prática narrativa com tudo o que ela implica: o fato de contar algo enquanto representação do mundo, do outro, das interações desse sujeito com o mundo e da relação que ele mantém com sua narrativa”. (MACHADO, 2016, p. 128).

No entanto, Machado (2016) chama a atenção de quem se propõe a analisar discursos de narrativas de vida, que há condições para esse tipo de análise, quais seja, “nunca iremos trabalhar com fatos, com acontecimentos vistos e vividos; trabalharemos somente com as palavras daqueles que narram.” Portanto, é pelas palavras desse sujeito que assume o papel de “*eu-narrador*” que serão tecidos fatos e expresso suas crenças do que foi visto e vivido, “e sua sabedoria, seu mundo enfim, que suas palavras tentaram tornar transparente, mas que continuaram a guardar segredos e sentidos escondidos.” (MACHADO, 2016, p. 137). Posto isso, buscamos essa mesma perspectiva para a nossa proposta de análise dos discursos de mulheres com deficiência, apresentadas no quinto capítulo desta dissertação.

3.4.1 As especificidades do enunciado oral

Para esta pesquisa de mestrado, trabalhamos com narrativas de vida na modalidade oral, que foram gravadas com recursos audiovisuais e posteriormente foram transcritas, para que fosse possível realizarmos a análise discursiva.

De acordo com Maingueneau (2001), houve um tempo em que a oralidade era associada a um enunciado *instável*, enquanto os escritos a enunciados *estáveis*. No entanto, “ao oferecer a possibilidade de gravar só a voz, ou a voz com a mímica e os gestos do locutor, o mundo contemporâneo tornou o oral tão estável quanto o escrito: atualmente, ao gravarmos, estamos, de certa forma, *escrevendo*”. (MAINGUENEAU, 2001, p. 75)

Ainda assim, há aspectos que são pertinentes a cada modalidade enunciativa, como a “distinção entre enunciados *dependentes* e enunciados *independentes* do ambiente não verbal”, ou seja, no caso de enunciados orais estes são “dirigidos a um co-enunciador presente no mesmo ambiente físico do enunciador”, sendo, poranto, “*dependentes* do ambiente”.

(MAINGUENEAU, 2001, p. 75) Essa dependência ocorre pois com a presença do co-enunciador este pode fazer intervenções no momento da enunciação, de forma negativa ou positiva, dando “força à posição do enunciador, expressando sua aprovação (com sua atitude e com comentários: “Ah!”, “Veja só!” etc.)” (MAINGUENEAU, 2001, p. 75).

Além disso, de acordo com o autor (2001), por estarem no mesmo ambiente, enunciador e co-enunciador, é possível observar a ocorrência de “indicadores não verbais (mímica, os gestos) acompanhando a fala; elipses quando um objeto está presente no ambiente (“você viu...?”); inúmeros embreantes⁵⁰, cujos referentes são identificados em relação à situação de enunciação (eu, aqui, amanhã...)” (MAINGUENEAU, 2001, p. 75).

Observaremos alguns desses aspectos nas vozes das mulheres com deficiência, corpus desta pesquisa, tendo como materialidade discursiva as narrativas orais. Embora compreendamos que devido à situação contextual de certa forma ser artificial, no sentido de não serem falas e enunciados espontâneos, mas sim direcionados por uma interlocutora – esta pesquisadora – ainda assim, é possível observar as várias marcas características da conversação oral e seus sentidos pela análise discursiva que propomos nesta pesquisa.

⁵⁰ “Chama-se **embreagem** o conjunto das operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação, e **embreantes** (também chamados de “elementos dêiticos”, “dêiticos”, ou às vezes, “elementos indiciais”), os elementos que no enunciado marcam a embreagem. São embreantes de pessoas: os tradicionais “pronomes” pessoais de primeira e segunda pessoas: *eu, tu/você(s), nós, vós*; os determinantes *meu/teu, nosso/vosso*, seu e suas formas femininas e plurais; os pronomes *o meu/o teu, o nosso/o vosso, o seu* e suas formas no feminino e plural.

CAPÍTULO 4 – PESQUISA DE CAMPO/LEVANTAMENTO DE DADOS: INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO À MULHER EM CAMPO GRANDE – MS

Contextualizamos, neste terceiro capítulo, as instituições de atendimento à mulher e o trabalho realizado pelas mesmas em prol das mulheres com deficiência, na cidade de Campo Grande, bem como os dados estatísticos sobre o atendimento dessas mulheres no período de 2016 a 2018. Campo Grande é a capital do estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do Brasil. A população pelo último censo era de cerca de 800 mil habitantes e os índices de violência contra a mulher indicam a necessidade de instituições especializadas de atendimento à mulher serem divulgadas para o conhecimento da população, no sentido de que saibam que as mulheres da capital não estão sozinhas para o enfrentamento e combate à violência de gênero, mas que contam com uma rede de atendimentos e que serão acolhidas em suas necessidades específicas.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar as instituições e órgãos públicos que estão organizados para o atendimento especializado às mulheres com deficiência e para mulheres em situação de violência. Todas as instituições assinaram termo de consentimento para a participação de entrevista, coleta de dados e exposição de nomes e imagens.

4.1 Associação de mulheres com deficiência de Campo Grande/ Mato Grosso do Sul – AMDEF

Imagem 1: *Logo da AMDEFMS*



Fonte: arquivo da pesquisadora

PROTAGONISMO, VISIBILIDADE, EMPODERAMENTO, é com essas três palavras em destaque que a Associação de Mulheres com Deficiência de Mato Grosso do Sul/MS – AMDEF MS⁵¹ define seu principal trabalho para com mulheres com deficiência.

⁵¹ Até agosto de 2019 a AMDEFMS era denominada AMDEF CG.

A AMDEFMS teve seu início a partir do I Encontro de Mulheres com Deficiência, organizado e promovido pela então Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres-SEMMU (extinta em 2017 para se tornar a atual Subsecretaria de Políticas para as Mulheres), sob gestão da secretária Liz Daniela Derzi de Matos, em parceria com a Secretária Municipal de Assistência Social (SAS). Desse encontro, resultou a primeira Comissão de Mulheres com Deficiência de Campo Grande, por iniciativa da Assistente Social Lúcia Furtado, que então atuava à frente da Coordenadoria da Pessoa com Deficiência/SAS.

A partir de março de 2015, essa Comissão começou a se organizar para ter um corpo diretor que pudesse promover reuniões mensais com o objetivo principal de empoderar e dar visibilidade às mulheres com deficiência de Campo Grande, bem como, lutar para a efetivação de seus direitos, enfrentamento à violência de gênero e conquista de novos espaços de atuação na sociedade. A pesquisadora desta dissertação participa da AMDEFMS desde a sua fundação.

A presidente da então Comissão de Mulheres com Deficiência, Miriam Mirella Ballatore Holland Tosta, foi eleita por unanimidade por ser uma mulher engajada na luta pelos direitos da pessoa com deficiência e segue com essa característica desde que iniciou a sua gestão à frente da associação. Até o momento, outubro de 2019, a AMDEFMS conta apenas com um pequeno grupo de voluntárias que — no tempo que têm disponibilidade — apoiam a presidente da Associação nas várias ações e projetos. Apesar disso, a AMDEFMS tem sido amplamente divulgada em mídias digitais, escritas e televisivas, como também, servindo de embasamento a vários acadêmicos em Trabalhos de Conclusão de Curso, além de estar alcançando outros municípios do Brasil como exemplo a ser implantado.

Desde que esse grupo de mulheres com deficiência se organizou enquanto Comissão, em 2015, e se tornou uma Associação legalizada em 2017, muitas ações já se realizaram e projetos foram concretizados, de forma direta ou indireta. Destacamos algumas das conquistas desta Entidade, em apenas 4 anos de atuação: representação como membro Titular do Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal da Mulher, de Campo Grande - MS; implantação da maca ginecológica adaptada no Centro de Atendimento à Mulher – CEAM; participação em várias conferências municipal, estadual e nacional; organização e realização de Seminários sobre Violência e Mulheres com Deficiência; Lançamento do DVD “Lei Maria da Penha Acessibilidade”, em Libras, legenda, áudio e Braille; realização de Rodas de Conversa com Mulheres Surdas; promoção de Desfile Inclusivo; realização dos Projetos: “Dança do Ventre Sem Limites”, “Café com Prosa” e “Grupo de Apoio e Fortalecimento de Mulheres com Deficiência”. Seguem fotos de algumas dessas ações:

Foto1: II Seminário Violência contra Mulheres com Deficiência (2017)



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 2: Lançamento da Lei Maria da Penha em Libras e Roda de Conversa com Mulheres Surdas, 26 de setembro de 2016. Parceria com SPPM, SED/MS



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 3: I Desfile Inclusivo (2016). Parceria AMDEFMS, Anhanguera e Shopping Bosque dos Ipês.



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 4: II Desfile Inclusivo (2018). Realização: AMDEF
Parceria: Anhanguera e Shopping Norte e Sul.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Foto 5: II Desfile Inclusivo (2018). Realização: AMDEF
Parceria: Anhanguera e Shopping Norte e Sul.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora

Foto 6: Projeto “Dança do Ventre Sem Limites” (2018). Realização: AMDEF DANCE
Parceria voluntária: Estúdio Lisa Lima



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto 7: Projeto “Dança do Ventre Sem Limites” (2019). Realização: AMDEF DANCE
Parceria voluntária: Estúdio Nidal Abdul.



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

4.2 Subsecretaria de políticas para as mulheres – SEMU e Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/SEMU/PMCG

A Subsecretaria de Políticas para as Mulheres – SEMU é outro espaço constituído em defesa das mulheres, por meio do desenvolvimento de políticas públicas que lhes possibilitem, entre outros aspectos, o exercício integral de seus direitos. Foi instituída e funcionou como secretaria no período de 2014 a 2016, passando a funcionar em 2017, como subsecretaria pelo Decreto Municipal N. 13.063, de 17 de janeiro de 2017. Para esta pesquisa, buscamos informações dessa instituição que foram coletadas a partir de um questionário que foi

respondido pela Assistente Social e Diretora Adjunta da SEMU, Ione de Souza Coelho, e pela Psicóloga, coordenadora de projetos e ações temáticas, Márcia Paulino da Silva Lopes.

1) Principais objetivos da SEMU:

I – a formulação das políticas públicas para assegurar à mulher o exercício pleno de seus direitos e a sua participação no desenvolvimento econômico, social e cultural do Município; II – a proposição de ações voltadas para a eliminação da discriminação e da violência que atinge a mulher, possibilitando a promoção da sua integração como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural do Município; III – o desenvolvimento de estudos e elaboração de diagnósticos sobre a situação da mulher no Município e o apoio à mobilização feminina; IV – a recepção e o encaminhamento aos órgãos competentes de denúncias relativas à discriminação da mulher, requerendo providências efetivas e acompanhando a adoção de solução; e V – a promoção da assistência e proteção integral a mulheres em situação de violência e risco.

2) Quais as principais ações realizadas pela SEMU referente a violência contra a mulher?

No âmbito do enfrentamento à violência contra a mulher a SEMU realiza ações preventivas e de atendimento à mulher vítima de violência. As ações preventivas são realizadas por meio de palestras e ou/oficinas em escolas, Centros de Referência de Assistência Social, Unidades de Saúde, Associações, Clubes de Mães, Igrejas, empresas públicas e privadas, capacitações de profissionais e campanhas informativas. No que se refere ao atendimento, a Casa da Mulher Brasileira é o serviço de referência para a mulher vítima de violência.

3) Quais ações a SEMU já realizou especificamente para as mulheres com deficiência? Quais ações ainda pretendem realizar?

A SEMU realizou em 2017, em parceria com a Associação Municipal de Mulheres com Deficiência, o Encontro: Falando de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, com o objetivo de conhecer e identificar as demandas de atendimento específicas para as mulheres com deficiência e buscar estratégias de atendimento. Em 2018, a pesquisadora Flávia Pieretti esteve presente na reunião bimestral da Rede Municipal de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência de Campo Grande, momento em que demonstrou para os representantes da rede, quais principais demandas das mulheres com deficiência, apontando possíveis encaminhamentos. No âmbito do enfrentamento à violência contra as mulheres com deficiência, a SEMU está realizando estudos referentes à tecnologias de atendimento para mulheres com deficiência visual e auditiva.

4) De que forma a SEMU está articulada com a Casa da Mulher Brasileira? Quais os atendimentos e projetos oferecidos pela Casa da Mulher Brasileira para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar?

A Subsecretaria de Políticas para a Mulher é a gestora administrativa da infraestrutura e dos seguintes serviços ligados à Prefeitura Municipal de Campo Grande: recepção, acolhimento e triagem, apoio psicossocial e psicossocial continuado, brinquedoteca, central de transportes e alojamento de passagem. Além desses serviços, a Casa da Mulher Brasileira – CMB - integra no mesmo espaço físico a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); Promotoria de Justiça; Defensoria Pública; 3ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Serviço de Autonomia Econômica (Fundação Social do Trabalho de Campo Grande) e Patrulha Maria da Penha (Guarda Civil Municipal de Campo Grande). A CMB é um equipamento público que visa atender as mulheres em situação de violência de gênero, com ênfase à violência doméstica e familiar contra a mulher, proporcionando um atendimento especializado, humanizado e integrado com os demais serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. A CMB de Campo Grande oferece atendimento 24 horas por dia, todos os dias da semana.

5) A Casa da Mulher Brasileira já está organizada de forma a atender todas as necessidades das mulheres com deficiência como, por exemplo, acessibilidade arquitetônica para as mulheres com deficiência física e intérprete de Libras para as mulheres surdas?

A Casa da Mulher Brasileira possui acessibilidade arquitetônica desde o estacionamento até os demais setores de atendimento, com rampas de acesso, banheiros adaptados e piso tátil até a recepção. A partir do atendimento na recepção, as mulheres com deficiência visual são acompanhadas por uma servidora até o setor em que será atendida. Não existe na CMB servidora fixa para o atendimento das mulheres com deficiência auditiva. O que existe é um acordo em que uma servidora da Secretaria de Gestão da PMCG fica à disposição para ser acionada quando houver a necessidade.

A SEMU atua articulada, também, com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em prol de ações que visem o maior protagonismo das mulheres para o enfrentamento à violência e quebra do ciclo de violência, como campanhas, blitz, cursos profissionalizantes e palestras. Além disso, no dia 6 de dezembro foi assinada, pelo prefeito Marcos Trad, a Lei Nº 6.136, aprovada pela Câmara Municipal, que institui no calendário oficial de eventos de Campo Grande, o Dia Municipal de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, tornando oficial a adesão do município à Campanha Internacional Laço Branco. A data será celebrada anualmente todo dia 6 de dezembro.

4.2.1 Casa da Mulher Brasileira – CMB

Foto 8: Primeira Equipe de Recepção, Acolhimento e Triagem, após capacitação coordenada pela professora do Programa de Pós-graduação em Educação do Câmpus do Pantanal, doutora Cláudia Araújo de Lima (fevereiro de 2015).⁵²



Fonte: Site do Câmpus do Pantanal da UFMS em Corumbá.

Inaugurada em Campo Grande – MS, no dia 3 (três) de março de 2015, a Casa da Mulher Brasileira (CMB) foi instituída com o objetivo de oferecer um atendimento mais humanizado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, de acordo com o que preconiza a Lei Maria da Penha. Além disso,

A Casa da Mulher Brasileira faz parte das seis estratégias de ação do **Programa “Mulher, Viver sem Violência”**, lançado em 13 de março de 2013, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. A iniciativa foi transformada em Programa de Governo por meio do Decreto nº. 8.086, de 30 de agosto de 2013.⁵³

O critério de escolha de Campo Grande para ser a primeira das 27 capitais a inaugurar a Casa da Mulher Brasileira foi motivado pelo fato de a capital sul mato-grossense, constar entre as capitais brasileiras com a maior taxa de atendimentos registrados na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, segundo o Balanço Anual de 2014. De acordo com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM de Campo Grande, foram

⁵² Disponível: <https://cpan.ufms.br/en/2015/02/03/diretor-e-professora-do-cpan-participam-da-inauguracao-da-casa-da-mulher-brasileira/>. Acesso em 16 de agosto de 2018.

⁵³ <https://cpan.ufms.br/2015/02/03/diretor-e-professora-do-cpan-participam-da-inauguracao-da-casa-da-mulher-brasileira/>. Acesso em 16 de agosto de 2018.

instaurados 3.245 inquéritos em 2014, sendo que a maioria (70 a 75%) das 5.966 ocorrências registradas equivale a medidas protetivas de urgência.⁵⁴

A CMB concentra, em um mesmo local, serviços de apoio e órgãos de proteção à mulher em situação de violência. Portanto, oferece atendimento psicossocial, brinquedoteca para os filhos ficarem enquanto a mulher está em atendimento nas dependências da CMB e hospedagem de passagem para casos específicos em que a mulher se encontra em situação de risco de vida, caso tenha que retornar de imediato para a sua residência, ou quando não foi localizado outro familiar que a possa acolher nesse momento.

A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em situação de Violência – DEAM funciona 24 horas dentro da Casa da Mulher Brasileira. A Defensoria Pública, Promotoria de Justiça (Vara da Violência) funcionam em horário comercial de segunda a sexta-feira, também na Casa da Mulher Brasileira.

4.3 Dados quantitativos levantados quanto a violência contra mulheres com deficiência em Campo Grande – MS

Apresentamos alguns dados a seguir, disponibilizados pela SEMU, para observarmos o quantitativo de mulheres com deficiência que buscaram atendimento na Casa da Mulher Brasileira, entre os anos de 2016 e 2018, quando foi implantado o sistema *IRIS*⁵⁵.



⁵⁴ <http://www.spm.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-e-inaugurada-em-campo-grande-ms>. Acesso em 16 de agosto de 2018.

⁵⁵ É um sistema de informatização implantado na Casa da Mulher Brasileira, em parceria com o Instituto Municipal de Tecnologia da Informação (IMTI), que viabiliza a integração das informações entre os setores visando evitar a revitimização das mulheres que sofreram violências.

Casa da Mulher Brasileira

ÍRIS - SISTEMA DE GESTÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA

AGETEC - Agência Municipal de Tecnologia da Informação e Inovação 06/11/2018

17:00

PERÍODO DE ATENDIMENTO

Data Inicial:01/01/2016 Data Final:31/12/2016

ESTATÍSTICA DE RESPOSTAS POR SETOR / CATEGORIA / PERGUNTA RECEPÇÃOCategoria: **INFORMAÇÕES PESSOAIS**

SE SIM, QUAL TIPO DE DEFICIÊNCIA?

Resposta Quantidade Percentual

IGNORADO 250 54,0%

FÍSICA 78 16,8%

MENTAL 45 9,7%

VISUAL 34 7,3%

AUDITIVA 28 6,0%

OUTRAS DEFICIÊNCIAS 28 6,0%

**PERÍODO DE ATENDIMENTO**

Data Inicial:01/01/2017 Data Final:31/12/2017

ESTATÍSTICA DE RESPOSTAS POR SETOR / CATEGORIA / PERGUNTA RECEPÇÃOCategoria: **INFORMAÇÕES PESSOAIS**

SE SIM, QUAL TIPO DE DEFICIÊNCIA?

Resposta Quantidade Percentual

IGNORADO 1623 87,7%

FÍSICA 64 3,5%

OUTRAS DEFICIÊNCIAS 61 3,3%

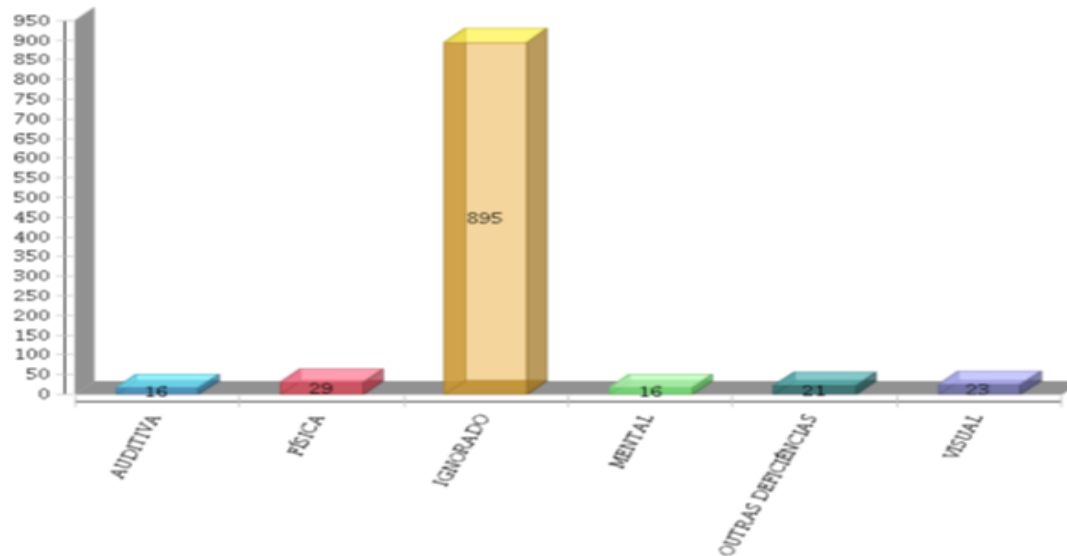
MENTAL 38 2,1%

AUDITIVA 35 1,9%

VISUAL 29 1,6%

Total: 1850 100,0%

GRÁFICO DE RESPOSTAS POR PERGUNTA NO SETOR

**PERÍODO DE ATENDIMENTO**

Data Inicial:01/01/2018 Data Final:06/11/2018

ESTATÍSTICA DE RESPOSTAS POR SETOR / CATEGORIA / PERGUNTA RECEPÇÃO**Categoria: INFORMAÇÕES PESSOAIS**

SE SIM, QUAL TIPO DE DEFICIÊNCIA?

Resposta Quantidade Percentual

IGNORADO 895 89,5%

FÍSICA 29 2,9%

VISUAL 23 2,3%

OUTRAS DEFICIÊNCIAS 21 2,1%

AUDITIVA 16 1,6%

MENTAL 16 1,6%

Total: 1000 100,0%

Diante desses dados, observamos uma procura significativa pelas mulheres com deficiência à Casa da Mulher Brasileira, sinalizando a importância de políticas públicas específicas para esse grupo, além da garantia do profissional intérprete de Libras para atender as mulheres surdas no momento em que adentram o local, o que não está ocorrendo desde o fim do ano de 2016. No entanto, apenas com esses relatórios, não foi possível verificar qual o tipo de violência foi vivenciado por essas mulheres, pois, o sistema *Iris* não está vinculado aos Boletins de Ocorrência - B.O., na Delegacia Especializada da Mulher – DEAM, que funciona dentro da Casa da Mulher Brasileira.

Assim, buscamos obter informações na DEAM, em agosto de 2018. No entanto, nesse primeiro momento não tivemos êxito, visto que, a então delegada titular alegou não poder ajudar na presente pesquisa por não ter dados específicos sobre mulheres com deficiência. Retornamos em março de 2019 e conseguimos uma entrevista com a atual delegada titular Joilce Silvana

Ramos que nos recebeu e reafirmou que o sistema do B.O. não contém um campo específico para identificação de deficiência, mas que talvez poderia contribuir buscando pela palavra deficiência em todos os registros de Boletim de ocorrência, pois quando se faz a redação da ocorrência é realizada uma descrição da vítima.

No momento da entrevista, a delegada nos relatou que todas as mulheres com deficiência que buscam a DEAM, para registro do B.O., recebem os mesmos atendimentos que as outras mulheres e que, no caso de mulheres surdas, se for necessário intérprete, a DEAM tem como buscar por um profissional, mas que na maioria dos casos essas mulheres chegam com parentes ou amigos que ajudam na comunicação. Alegou também que ainda não viu a necessidade de um intérprete pela pouca demanda de procura.

Após a entrevista, pontuamos com a delegada sobre a importância de haver um profissional intérprete de Libras para atuar diariamente na Casa da Mulher Brasileira e DEAM, com base em sua própria experiência no ano de 2015, explicando que a mulher surda, assim como qualquer outra mulher, necessita ser acolhida e compreendida no momento em que busca ajuda, e mais ainda em uma situação tão delicada como o da violência doméstica e familiar. Argumentamos que não é coerente que um parente ou amigo fique responsável por fazer a intermediação da comunicação, pois, esta mulher pode sentir-se constrangida a contar todos os detalhes do ocorrido ou pode acontecer do relato não ser fidedigno pela falta de fluência na Libras por parte desse parente.

A falta de uma intérprete de Libras nesses espaços ocasiona uma série de problemas: quando esta mulher surda chega a Casa da Mulher Brasileira e não há o profissional fluente em Libras, ela sente-se revitimizada por não ser compreendida, ou seja, por não ser respeitada em seu direito humano à comunicação e informação; na ausência de um intérprete ela precisa aguardar um tempo imprevisível, para que seja acionado o profissional, que talvez a faça desistir da denúncia; em outros casos, algumas mulheres podem nem chegar a buscar por essa ajuda por saber que não será atendida em sua língua.

Observamos assim, que há uma visão equivocada quando se pensa que pela pouca procura não há necessidade da oferta de intérprete de Libras. Constatamos esse discurso em outros espaços públicos e privados também. No entanto, se apenas uma mulher surda buscar por ajuda, tem o direito de ser atendida em sua língua, tem o direito de receber informação, tem o direito à fazer uma denúncia e direito de se sentir acolhida e protegida.

É importante relatar que após alguns dias dessa entrevista e por já ter recebido solicitação da AMDEFMS e da Associação de Famílias, Profissionais e Pessoas Surdas – AFAPS, a delegada Joice entrou em contato com esta pesquisadora, solicitando a indicação de

uma profissional fluente em Libras para ser contratada como recepcionista e intérprete. Assim, constatamos que, em alguns casos, a falta de informação sobre a seriedade da garantia dos direitos das pessoas com deficiência e a carência de dados estatísticos, tornam-se obstáculos para o seu cumprimento. No mês de agosto obtivemos a informação de que a prefeitura contratou duas intérpretes de Libras para os atendimentos, em regime de plantão.

Em março de 2019, obtivemos dados estatísticos pelo lançamento do “MAPA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CAMPO GRANDE/MS: Correlações e marcas no tecido social” (2018), organizado pela SEMU e realizado pela Empresa MP Assessoria, Consultoria e Serviços. Trata-se de uma pesquisa de dados por amostragem probabilística, com uma margem de erro de 5% para + ou para – com intervalo de confiança de 95%. A pesquisa foi realizada no ano de 2017, por meio de questionário com perguntas direcionadas sobre a vivência de situação de violência de gênero.

Foram entrevistadas um total de 420 mulheres, auto identificadas pelo gênero feminino, cisgênero. Desse total, 10% apontaram possuir algum tipo de deficiência, conforme o relatório. O documento afirma que “foram encontradas mulheres com deficiências físicas, visuais, mentais e auditivas. Nestes últimos dois casos, a entrevista foi possível de ser realizada, pois a deficiência mental era leve e, no caso da auditiva, as mulheres estavam de aparelho auditivo”. No entanto, o relatório destaca que se houvesse necessidade “seriam enviadas pesquisadoras especializadas em linguagens de sinais para que esse público pudesse ser incluído na pesquisa”. (SEMU, 2018, p. 51, 52). Ficou constatado que em 2017, 16,9% das mulheres de Campo Grande sofreram violência e quanto às mulheres com algum tipo de deficiência

A pesquisa apontou que, da população entrevistada 3,56% possui alguma deficiência (auditiva, física, visual e mental). Destas, 66% já sofreram alguma violência ao longo da vida e 20% no ano de 2017. Ao considerar a população que possui deficiência ou transtorno (depressão, ansiedade ou outro) o percentual é de 41% das entrevistadas. Destas, 73% já foram vítimas de violência ao longo da vida. Em 2017 esse percentual foi de 24,3%. Da população entrevistada, que sofreu violência ao longo da vida, 13% possuem deficiência ou algum outro transtorno. (SEMU, 2018, p. 73).

Apesar da referida pesquisa não abranger todos os tipos de deficiência, é possível observar que de fato essas mulheres encontram-se em situação de risco e de maior vulnerabilidade. O “Mapa da Violência contra a Mulher em Campo Grande” é uma pesquisa por amostragem e não especificamente com mulheres com deficiência, sendo assim, os dados reais ainda estão invisíveis, como por exemplo, o fato de nenhuma mulher surda (usuária da Libras) ter participado da entrevista, impede a quantificação da real situação vivenciada por

esse grupo de mulheres e, conseqüentemente, de carência de dados científicos para a efetivação de políticas públicas para o enfrentamento e combate da violência de gênero.

Interessante a preocupação dessa pesquisa ao destacar que 90% dessas mulheres passam pela rede pública para atendimento em saúde ou socioassistencial em decorrência da deficiência ou transtorno para atendimento e que “nestes casos, abre-se a possibilidade para que profissionais habilitados reconheçam sinais ou indícios de violências a que as mulheres estejam submetidas, podendo gerar o encaminhamento de atendimento em relação à violência”. (SEMU, 2018, p. 76, 77). Dessa forma, observamos uma ponta de avanço no que tange a visibilidade desse grupo de mulheres, lembrando que a AMDEF, desde sua criação em 2015, tem estado junto a SEMU para orientações quanto a relevância de ações para mulheres com deficiência.

4.4 Centro especializado de atendimento à mulher em situação de violência – CEAM /CUÑA M’BARETÊ/SPPM/MS

Inaugurado no dia 16 de outubro de 2015, o Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CEAM CuñaM’Baretê, antigo Centro de Atendimento à Mulher (CAM), oferece

[...] atendimento psicossocial às mulheres que sofreram violência, incluindo psicoterapia, em local adequado para acolhimento, equipe capacitada e sensibilizada sobre a questão da violência de gênero. Possui ainda espaços elaborados para terapia individual, terapia em grupo, triagem psicossocial, oficinas de trabalho, palestras e reuniões. Conta também com uma biblioteca feminista com obras de autores renomados e brinquedoteca para as atividades de acolhimento para as crianças que acompanham as mães durante os atendimentos.⁵⁶

No Centro de Atendimento Especializado à Mulher – CEAM, as mães, irmãs, filhas de mulheres, que foram vítimas de feminicídio, também são atendidas, recebendo apoio psicossocial por tempo indeterminado. Se for preciso, o CEAM fornece vale-transporte. Para as crianças, o centro oferece uma brinquedoteca com livros e brinquedos, com acompanhamento de uma pedagoga especializada no brincar.

⁵⁶ Disponível: <http://www.sedhast.ms.gov.br/novo-centro-de-atendimento-a-mulher-ceam-sera-inaugurado-nesta-sexta-feira/>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

Foto 9: Centro de Atendimento à Mulher - CEAM



Fonte: Portal do Governo do Estado do MS⁵⁷

De acordo com as psicólogas Elenise Roldan Melgarejo e Sílvia Lopes Otácio⁵⁸, as mulheres que chegam no CEAM podem vir encaminhadas pela Casa da Mulher Brasileira, pela DEAM, pela Defensoria, Ministério Público ou por elas mesmas. Primeiramente são encaminhadas para triagem pela equipe do serviço social, constatada as necessidades dessa mulher, que se encontra em uma situação de violência doméstica e familiar, é realizado um pré-agendamento para a equipe de psicólogas que, a partir desse primeiro contato, estabelecerão os atendimentos de psicoterapia quinzenalmente, devido a demanda, salvo nos casos de risco e estupro que são realizados atendimentos semanais. O foco e objetivo dos atendimentos do CEAM é oferecer apoio psicossocial à mulher que está em uma situação de violência doméstica e familiar para quebrar esse ciclo da violência e tirá-la dessa situação, resgatando sua autoestima, sua autoconfiança e seu amor próprio.

Além disso, as psicólogas nos relataram que já atenderam mulheres com deficiência física, intelectual, visual e surdas. Um dos casos de violência sexual foi cometido por pessoa conhecida da família e os outros casos de violência física foram cometidos pelo próprio companheiro ou marido. O CEAM não tem uma intérprete de Libras contratada, mas a psicóloga Sílvia tem conhecimento da Libras e faz o atendimento psicoterápico nessa língua para as mulheres surdas.

Finalizando a entrevista, Elenise e Sílvia afirmaram que ainda há necessidade de adequação do espaço do CEAM, para torná-lo acessível às mulheres com deficiência física que

⁵⁷Disponível: www.ms.gov.br/ceam-e-uma-alternativa-de-atendimento-para-as-mulheres-vitimas-da-violencia-domestica/. Acesso em 19 de agosto de 2018.

⁵⁸ Em entrevista para esta pesquisa, no dia 19 de dezembro de 2018.

utilizam a cadeira de rodas, bem como às mulheres cegas. Além disso, consideram a localização de difícil acesso para a maioria das mulheres que procuram o Centro. Pontuaram, também, a importância de um trabalho mais efetivo com mulheres com deficiência, com o intuito de divulgar informações sobre os direitos da mulher e aspectos relacionados ao enfrentamento da violência doméstica e familiar.

Constatamos assim, por meio dessa entrevista, a importância do CEAM como um dos instrumentos instituídos pelo governo do Estado do MS, voltado para mulheres em situação de violência. No entanto, observamos que ainda há necessidade de adequações arquitetônicas e de localização para que mulheres com deficiência tenham as mesmas oportunidades de apoio psicológico para o enfrentamento da situação de violência doméstica e familiar em que muitas se encontram.

CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DISCURSIVA: AS VOZES DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo, apresentamos a análise das narrativas de vida de mulheres com deficiência que representam a “voz” de muitas outras, sobre como pensam a deficiência, a infância, adolescência e de modo principal, o objeto desta pesquisa: os discursos sobre a violência de gênero, experienciados em algum momento de suas vidas.

Na busca pelo alcance dos objetivos propostos, entrevistamos 03 (três) mulheres com deficiência, da Associação de Mulheres com Deficiência – AMDEF – CG; e do Instituto Sul Mato-Grossense Para Cegos Florivaldo Vargas” – ISMAC, sendo 01(uma) mulher com deficiência física - osteogênese imperfeita, 01(uma) mulher surda e 01(uma) mulher com deficiência visual. Os dados que constituíram o *corpus* foram coletados por meio de roteiro de conversa, gravados em aparelho gravador e câmera filmadora, com auxílio de um cinegrafista, sendo permitido por todas as participantes a revelação do próprio nome e imagem, mediante assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido – TCLE. Mas, compreendemos ser importante manter o sigilo nesta pesquisa e colocamos apenas as iniciais dos nomes das participantes.⁵⁹

Além desta dissertação, obtivemos como produto final desta pesquisa de mestrado, o Documentário “Silenciadas: em busca de uma voz”, que tem por objetivo principal ‘dar voz’ às mulheres com deficiência, oportunizando a expressão de suas vivências, de seus sentimentos, de suas “memórias” sobre a temática da violência de gênero, bem como, mostrar como se tornaram protagonistas de suas histórias apesar dos episódios relatados. O Brasil carece de materiais informativos que sejam acessíveis a todas as pessoas, portanto, esse documentário será produzido com recurso de janela em Libras, com legenda e áudio descrição, para que todas as mulheres sintam-se contempladas e representadas, sendo, também, mais um instrumento de enfrentamento à violência de gênero.

A análise do *corpus* está fundamentada — conforme referido no capítulo III — pelos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, Foucault, estudiosos do Círculo de Bakhtin, bem como, pelas teorias de Authier- Revuz e Maingueneau. Além disso, visto que o *corpus* principal de análise desta pesquisa é composto pelos discursos de mulheres com deficiência, materializados em narrativas verbais, consideramos a necessidade do aporte teórico advindo dos estudos da Análise da Conversação e textos orais (MARCUSCHI, 1977; PRETI,

⁵⁹ O roteiro de conversa e todos os demais documentos desta pesquisa encontram-se nos anexos.

1999), que discorrem com propriedade científica sobre os marcadores de fala (URBANO, 1999) que, aliados aos estudos da AD, oferecem o suporte para a construção dos sentidos produzidos pelos discursos.

Dessa perspectiva, entendemos que os discursos dessas mulheres são influenciados pelo momento presente e se constituem em reinterpretações do já vivido, evidenciando a imagem que fazem delas mesmas, de seu cotidiano e a sua visão de mundo, tendo em vista que são movidas pela memória, não só a individual, mas a memória coletiva que é de natureza social. De acordo com Halbwachs (1990, p. 51) “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo...” Assim, essas mulheres contam suas histórias individuais, que se refletem em um contexto coletivo das histórias de violência contra as mulheres com deficiência do país e do mundo.

Outro aspecto a ser considerado é a articulação entre o discurso dessas mulheres e suas condições de produção que se institui em um contexto interacional de linguagem específico (a narrativa de vida), que compreende um Outro, tendo-se, portanto, como sujeitos o entrevistado e o entrevistador, atuando discursivamente em um processo dialógico (BAKHTIN, 1979,1988) que se dá na relação de sentido que se constitui entre os enunciados a partir do lugar que ocupam esses interlocutores. De acordo com Lemos (2015, p.59) “Considera-se, portanto, a entrevista como um ato discursivo e as narrativas como processos discursivos na interação com o Outro, que levam à compreensão da vida social e à construção de identidades sociais.” Segundo a autora, para a AD:

[...] os sujeitos, sua valorização e constituição, a importância do contexto e a heterogeneidade dos textos, acrescidos do lugar social de onde fala esse sujeito, para quem fala e o modo como fala, são elementos centrais que enriquecem as pesquisas e seus resultados. (LEMOS, 2015, p. 61).

Entendemos, dessa forma, que as narrativas dessas mulheres retratam a imagem do que seja a violência de gênero, ou mais especificamente, a violência contra as mulheres com deficiência, colocando em evidência, a imagem que fazem de si mesmas, de seu cotidiano e a sua visão de mundo sobre o tema. É a interdiscursividade que remete a noções como heterogeneidade discursiva, sujeito e as condições de produção do discurso do seu cotidiano e das relações que se constituem com o Outro e mesmo conosco, no momento da interlocução. Considerados esses aspectos, procedemos à análise das narrativas de vida dessas mulheres, em que buscamos as pistas que podem nos levar à constatação dos objetivos propostos.

As análises das narrativas de vida estão divididas por tópicos que iniciam com uma explanação geral sobre as especificidades e discursos que envolvem a deficiência de cada uma

das mulheres participantes da pesquisa, visto que, para cada deficiência, a violência de gênero, as exclusões e os preconceitos são percebidos de forma específica e singular.

Consideramos importante ressaltar ainda que, para o processo de análise discursiva das narrativas das três mulheres participantes da pesquisa, houve significativos momentos de angústia vivenciados pela pesquisadora em tela, pois havia a preocupação de realizar esse trabalho sem ferir a subjetividade de cada uma delas, suas memórias, muitas trazidas à tona no momento da entrevista. Como proceder? Como “dar voz”, sendo ao mesmo tempo voz dessas mulheres? Como escrever as possibilidades de sentidos sem invadir esse espaço tão precioso do inconsciente...da memória? Diante desse impasse, decidimos enviar a análise realizada para cada uma das participantes, antes de que fosse submetida à defesa de mestrado, para que essas mulheres continuassem sendo as protagonistas de suas histórias e que fossem elas a tomar a decisão de que a análise proposta representasse de fato suas “vozes”.

5.1 O discurso da mulher com deficiência física: Osteogênese Imperfeita

Conhecida popularmente como Ossos de Vidro/Cristal, a Osteogênese Imperfeita é uma doença caracterizada por “fragilidade óssea causada por defeito qualitativo ou quantitativo do colágeno tipo 1, sintetizado por osteoblastos e corresponde a um grupo de alterações hereditárias”, de acordo com o Ministério da Saúde (2013). Além disso,

Nesta doença, há fraturas aos mínimos traumas e deformidades ósseas. A gravidade dos achados é bastante variável, desde formas letais de fraturas intrauterinas até fraturas que só ocorrerão na adolescência e na vida adulta. Alguns pacientes têm comprometimento da estatura, bem como dentinogênese imperfeita, escleras azuis e frouxidão ligamentar, pois o colágeno tipo 1 também está presente nos dentes, na pele, nos tendões e na esclera (PORTARIA SAS/MS nº 1.306, de 22 de novembro de 2013).

Essas informações têm como único objetivo trazer ao leitor, que não convive com pessoas com esse tipo de deficiência, uma compreensão simplificada das gravidades físicas que essas pessoas são acometidas. No entanto, os sujeitos com essa deficiência física e, no caso desta pesquisa, as mulheres com a Osteogênese Imperfeita não devem ser compreendidas e tratadas apenas por um diagnóstico médico e pelo que está visível aos olhos. Isso porque essas mulheres podem ser tão produtivas quanto outra pessoa qualquer, podem levar uma vida como a de qualquer outra mulher, com direitos e deveres, com vida sexual ativa, trabalho e lazer, desde que lhes sejam oportunizadas condições de acessibilidade físicas e atitudinais. Portanto, no modelo social da deficiência, o problema não está na pessoa com osteogênese imperfeita e

sim, na sociedade que ainda não se adaptou para a eliminação de barreiras para que esses sujeitos, vivam com autonomia e independência.

5.1.1 A “voz” de M. B.

“Eu me chamo M. B. H. T., tenho 54 anos, casada pela segunda vez, não tenho filhos, nem com o primeiro, nem com o segundo marido, tenho duas enteadas e dois netos de coração”. Quando pedimos para M. se apresentar, observamos que ela não traz primeiramente a questão da deficiência, mas sim o seu nome completo (ela disse que fazia questão que seu nome aparecesse) e a situação familiar; no sentido de que ela deseja ser reconhecida por tudo o que é e o que conquistou.

Em seguida, M. B. revela a sua idade, *“tenho 54 anos”*, que é uma informação relevante neste caso, pois, em geral o discurso que predomina na sociedade machista é de que “mulher não revela a idade” porque mulher “mais velha” não é atraente, já está fora dos padrões de beleza para conquistar um homem ou manter o que tem. No entanto, para essa mulher é uma vitória ter chegado a essa idade, haja vista que, quando M. B. nasceu, o médico comunicou à sua mãe que ela viveria apenas até os 15 anos; então, para M.B. chegar aos 54 anos é uma das coisas mais incríveis de sua história, ela não se considera “velha”, nem se preocupa com o discurso de que não seria mais atraente para um homem, pelo contrário, ela se sente a cada ano mais viva. Isso pode ser percebido quando M.B. relata sobre seu estado civil *“casada pela segunda vez”*, ou seja, uma mulher com deficiência casar é considerado um fenômeno na sociedade, quanto mais casar duas vezes, devido ao tabu sobre a sexualidade e a aparência de pessoas com deficiência, como já esboçado anteriormente, como se todas fossem assexuadas e, portanto, não pudessem se casar ou constituir família.

Completando sua apresentação inicial, M. B. diz *“não tenho filhos, nem com o primeiro, nem com o segundo marido, tenho duas enteadas e dois netos de coração”*, mesmo não tendo seus próprios filhos, ela constituiu uma família e isso, também, é um motivo para orgulhar-se. Portanto, M.B. é a representatividade da mulher que quebrou todos os estereótipos, estíguas e pré-conceitos dos discursos acerca da mulher com deficiência. Dentro de uma perspectiva do contexto histórico e social sobre a temática da violência de gênero, o discurso de apresentação de M. B. evidencia — no “não dito” que “se diz” — o chamado empoderamento das mulheres, enquanto discurso que se contrapõe ao discurso machista.

Em seguida, M.B. dá sequência à sua narrativa de vida trazendo alguns aspectos importantes sobre como se vê enquanto mulher com uma deficiência, ou seja, o seu próprio discurso que difere do discurso “médico/clínico” a respeito das (in)capacidades:

Então... minha deficiência ela é uma doença congênita... uma síndrome... conhecida como os ossos de cristAL ou ossos de vidro...e::... falta de colágeno né nos ossos... o que causam as fraturas... múltiplas fraturas... a minha é nível três... é::... nasCI com quatro fraturas JÁ na barriga da minha mãe... e:: e ao longo do tempo... eu fui fratuRANdo né me machucando... caindo... não obedecia muito né então era muito arTEIra... queria brinCAR e não podia... e aí eu fui me machucando bastante... e fiz tratamento em São Paulo... no Hospital das Clínicas... e:: passei por muitas cirurgias... para correção de... ossos dos ossos né... mas assim... quando a gente fratura... aí vai deformando...então a gente vai ficando...não volta ao que era antes... de fraturar... então tem... eu já tô com oitenta e duas fraturas né? no currículo... digamos assim... e:: e tem que tomar muito cuidado com quem me emPUrra... com quem me (empurra) a cadeira de roda **não pode [...] não posso andar a caVALo... não posso saltar de paraQUEdas... não posso andar de baLÃO... não posso... fazer nada radical demais** por causa das...das pé é perigoso fraturar e quanto mais... mais acontece... a gente fica pior né... porque o a:: a CUra do osso... vamos dizer assim... demora MUITo muito... sete oito nove meses... muito complicado... faz muito tempo que eu não fraturado nada... mas eu tomo muito cuidado comigo... agora.

Embora M.B. inicie sua narrativa de vida descrevendo sobre os aspectos clínicos da deficiência, é interessante em seu discurso quando ela explica o que “não pode fazer”, ou seja, o que ela seria incapaz de fazer por ter essa deficiência: “*não posso andar a cavalo, não posso saltar de paraquedas, não posso andar de balão, não posso fazer nada radical demais*”, ou seja, coisas que não são comuns, são esportes radicais que ela particularmente gostaria de experimentar, pois, todos que convivem com M.B. são testemunhas de que ela realiza praticamente todas as atividades comuns a qualquer pessoa, em muitos casos, ela desempenha trabalhos com mais eficiência que uma mulher sem deficiência física.

Assim, com essa fala, M.B. ‘sem dizer’, ou seja, no ‘não dito’, (ORLANDI, 2007) ‘disse’, que é capaz de fazer qualquer outra coisa considerada “normal” para a sociedade, ou seja, estudar, trabalhar, casar, ter filhos. Portanto, M.B. no papel de sujeito *eu narrador* recupera a memória discursiva - do seu inconsciente - dos discursos médicos, que impõem limites e *capacitismos*, pelo diagnóstico clínico, do que pode ou não fazer determinada pessoa com aquela deficiência, que, com certeza, elencariam outras atividades que não estariam ao alcance dessa mulher.

Dessa forma, por seu protagonismo, M. B. é uma *voz* de ‘resistência’ aos discursos de “poder”, de *capacitismo* impregnados em uma sociedade excludente e preconceituosa. (FOUCAULT, 2017). Ainda considerando o lugar que ocupa, ao enunciar o seu discurso: a função que desempenha como presidente da Associação de Mulheres com Deficiência –

AMDEF – MS, M.B. se coloca como uma mulher que se orgulha de sua posição de fala, da vida que construiu para si, apesar das condições adversas de sua deficiência.

5.1.2. Da violência sexual: na infância

Seguindo com o relato, indagamos a respeito da infância de M.B., se ela se recordava de ter sido menosprezada, excluída, rejeitada ou constrangida:

...eu não me LEMbro de ter passado assim... fora a cirurgias e internaÇÕES... era muito sofriMENto... muitos muitos períodos de... de permaNÊNcia né de imobiliDAde... é:: eu fiquei engessada... sem poder sentar sete MEses... e... inclusive aconteceu um fato no... no hospiTAL... só que eu não lembro onde foi... mas o:: o enfermeiro ele:: ele se aproveitou dessa situação... ele tava me engesSANDo... e ele passava a mão na minhas partes íntimas **[isso eu lembro]** mas você é criança né... você não sabe a dimensão... não enTENde a dimensão **daquilo... (você chegou a contar para alguém na época?)** não... não porque... assim... criança... na época... não que minha mãe... minha mãe me protegia por causa do... de eu não poder me machucar... mas a minha mãe ela foi... é uma pessoa... que me fez ser o que sou hoje... ela não me escondEU... ela não me... não me impediu de fazer as coisas...

Nesta parte do discurso, observamos que M. B. chega a dizer que não se lembra de ter vivenciado algum tipo de constrangimento ou sofrimento, além daquele em relação à doença e, principalmente, do tratamento de saúde em si “...eu não me LEMbro de ter passado assim... fora a cirurgias e internaÇÕES... era muito sofriMENto... muitos muitos períodos de... de permaNÊNcia né de imobiliDAde... é:: eu fiquei engessada... sem poder sentar sete MEses...” No entanto, é justamente ao trazer à memória, uma situação de um tratamento em que se sentiu agredida, que M. B. traz em seu discurso a memória a um “já-vivido” de uma violência sexual que é “[...] entendida como qualquer conduta que *constranja* o outro a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada...” (BRASIL, 2006, Era. 7º.). Além da violência sexual, estupro contra a criança, naquele momento, passou por violência física, “[...] entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal...” (BRASIL, 2006, Era. 7º.). Neste caso, temos uma denúncia de abuso sexual contra menor, praticado por um profissional da saúde, do sexo masculino, e que pela cultura de um discurso machista, viu naquela “frágil” criança, menina com deficiência física, uma oportunidade de aproveitar e satisfazer seus “instintos sexuais”, construídos por discursos de sexualidade. A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma triste realidade que tem crescido alarmantemente no Brasil, conforme dados do Atlas da Violência (IPEA 2018), demonstrados no primeiro capítulo desta pesquisa.

Na expressão “*isso eu lembro*” observamos nesse instante o diálogo consigo mesma, esse “eu” dialógico, do inconsciente, como se tomasse consciência naquele instante de que *sim*, ela havia sofrido uma agressão, uma violação, um desrespeito, que a princípio ela mesma havia negado, que não se lembrava. Foi no momento da interação dialógica (BAKHTIN, 2004) com o outro (no caso a pesquisadora) que ela teve o diálogo interno com suas memórias, trouxe à tona um episódio de dor que fôra *apagado* da sua memória do tempo presente, por “ser criança”. Além disso, a memória de M. B. sobre essa violência e constrangimento está relacionada, também, às condições de produção do discurso, como afirma Orlandi (2007). Foi o contexto imediato em que vive e atua, articulado ao contexto histórico e social em que esses discursos circulam hoje, que compreendeu que tinha *sim* sofrido esses tipos de violência, como afirma a entrevistada [...] *mas você é criança né, você não sabe a dimensão, não entende a dimensão daquilo.*”

Quando a interlocutura pergunta se ela contou para alguém o que tinha acontecido, M. B. responde de forma hesitosa e de maneira negativa “*não... não porque... assim... criança... na época...*” observamos a repetição do advérbio de negação *não* e várias pausas nessa resposta, evidenciando que talvez ela não tivesse como dizer sobre aquele abuso a alguém, mesmo porque, em outro momento da narração, ela disse não ter entendido o que de fato tinha ocorrido.

Na mesma sequência narrativa, M. B. refere-se à sua mãe, “*não que minha mãe... minha mãe me protegia por causa do... de eu não poder me machucar... mas a minha mãe ela foi... é uma pessoa... que me fez ser o que sou hoje... ela não me esconDEU... ela não me... não me impediu de fazer as coisas...*” Temos um discurso com frases e expressões que não se completam naturalmente, dando um sentido de que M. B. talvez gostaria de afirmar que na realidade não tinha recebido de sua mãe informações e orientações quanto à questões de sexualidade, do que era um abuso sexual, por exemplo, mas por outro lado, sua mãe a protegeu quanto a sua saúde física e lhe deu o suporte para ser a mulher que se tornou, independente e protagonista de sua vida. Essa produção discursiva evidencia também a possibilidades de construção de sentido que essa mãe não a orientou de maneira clara porque não possuía domínio dos diferentes aspectos da sexualidade para repassar a sua filha, porque a formação da sua geração não considerava esses aspectos.

5.1.3 Da violência sexual: na idade adulta

A seguir temos as memórias de uma narrativa no período da vida de M.B. em que ela já conquistou sua independência, com seu próprio carro e na fase em que a mulher, em geral,

deseja ser amada, conquistada e ter um relacionamento. No entanto, para a mulher com deficiência essa pode ser uma fase de vulnerabilidades também, como podemos observar a seguir:

Então... no coLÉgio... eu conheci um rapaz... e ele era muito... assim... muito bonito... e como a gente é carente... que a gente é adolescente... um pouco mais madura também... a gente vai se apaixonando... pelas pessoas e geralmente a gente se apaixona pelas pessoas erradas né... e aí nós fomos ... e... resumindo assim nós fomos em um luGAR com mais duas amigas que também tinham deficiência... eu já dirigia... eu já tinha um carro... e aí nesse local... ele:... ele tentou ter relação comigo... e aí quando eu vi que o negócio ia... não era aquilo... eu não imagiNAva que fosse daquele jeito... e aí eu disse “não”... e ele disse “**aproveita porque vai ser só essa vez na sua vida**” e ele forçou uma relação né... eu não sei... eu ensanguenTEI... porque foi a primeira vezVEZ... doeu muito... (**quantos anos você tinha?**) eu não me lembro... e aí vem a segunda parte da história... **eu não contei pra ninguém... eu fui pra casa... eu joguei fora aquelas roupas... não contei pra ninguém... e aquilo morreu...** porque eu não sabia que eu tinha sido violentada... eu não sabia que **AQUILO**... era uma violência ... sexual... eu só fui saber... tem uns quatro anos... três anos... por incrível que pareça... então é... eu acho que eu fui poupada... porque isso não me traumatizou... porque eu não sabia... aí no outro dia no Colégio a mesma coisa... na outra noite no colégio ele passou por mim **como se NADA tivesse acontecido...** fiquei chateada lógico... fiquei triste... porque eu queria namorar ele... não queria que... fiquei chateada pela atitude dele... que ele me usou e jogou fora... mas não pela situação em si... é estranho né ? mas é verdade...

Notamos que M.B. inicia essa narrativa enfatizando a carência afetiva vivida no período da adolescência, “*a gente é carente*”, as paixões da idade e como essa carência pode levar uma mulher a se apaixonar pela pessoa errada. Nesse contexto de vida M.B. traz uma memória de violência sexual, um estupro, que se assemelha ao que sofreu na infância, no sentido de que naquele momento, e durante muito tempo, ela não se deu conta de que havia sofrido um abuso sexual. Foi o contexto imediato em que vive e atua, articulado ao contexto histórico e social em que esses discursos circulam hoje que a fez compreender que foi uma vítima de violência sexual, como destaca: “[...] *não contei pra ninguém, e **aquilo** morreu ... porque eu não sabia que eu tinha sido violentada, eu não sabia que **AQUILO** [ênfase] ... era uma violência ... sexual. Eu só fui saber ...tem uns 4 anos, 3 anos...*” Esses quatro ou três anos que M.B. diz que tomou consciência de que foi violentada é o tempo em que ela iniciou sua militância pelos direitos das mulheres com deficiência, como presidente da AMDEF, ou seja, foi quando ela obteve conhecimento e informações específicas acerca da violência de gênero e da Lei Maria da Penha.

Quando M. B. coloca ênfase verbal no termo anafórico “aquilo”, é possível perceber o distanciamento com a situação vivenciada, ao mesmo tempo em que prefere não se referir novamente ao ato sexual sofrido, por sentir aversão ao que de fato ocorrera, uma memória que

não deseja que se torne próxima ou presente no *hoje*. (ORLANDI. 2010). Ainda que ela afirme que entende que foi “*poupada*” por não ter compreendido, na ocasião, que havia na realidade sofrido um abuso sexual, podemos dizer, com base em outros casos, que M. B. foi *poupada*, devido aquele rapaz não tê-la procurado mais, pois do contrário poderia ter sofrido outros episódios de abusos sexuais, sem ter consciência.

Além disso, naquele episódio, a violência de gênero se configurou de várias maneiras. Houve a violência sexual, mediante o poder: [...] *e ele forçou uma relação...*”, o machismo fortemente presente e o desprezo do dia seguinte [...] *na outra noite no colégio ele passou por mim como se NADA tivesse acontecido...*”. Além da humilhação e constrangimento causados, observados na voz de M.B. trazendo a voz do próprio agressor, pela heterogeneidade mostrada, o discurso direto (AUTHIER-REVUZ, 1990): “[...] *Aproveita porque vai ser Só essa vez na sua vida...*”. Esse é um clássico discurso machista e capacitista que deflagra um tipo de violência psicológica que tem por objetivo o ato criminoso de estupro, a violência sexual. Essa situação é vivenciada por muitas mulheres com deficiência e esse tipo de discurso, em muitos casos, é internalizado e “aceito” pelas mesmas, causando uma sucessão de sentimentos de autodepreciação, menos valia e vulnerabilidades a outros episódios de violência. Dessa forma, M.B. sofreu todos os tipos de violência sexual, num mesmo momento, tendo em vista o que preceitua o Art. 7º da Lei Maria da Penha; [...] a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força...”

O caso de M. B traz à tona a vulnerabilidade e invisibilidade que não é só por parte de órgãos públicos, da sociedade, da escola, mas é da própria família também que, nesse caso, não observou, não prestou atenção para questões de orientações quanto a sexualidade e intimidade. Isso, pelo menos, é o que o discurso da Mirella nos diz no “não dito”, até dessa *roupa jogada fora*, que não foi vista por ninguém.

5.1.4 Das possíveis causas da violência: na perspectiva de M. B.

Pela relevância que entendemos ser a visão de M.B., enquanto presidente de uma Associação de Mulheres com Deficiência, perguntamos a sua opinião sobre o fato de meninas e mulheres com deficiência estarem em situação de maior vulnerabilidade quanto à violência de gênero e obtivemos a seguinte resposta:

eu... eu penso que... como aconteceu comigo... **falta de informação?... falta de orientação?... por parte da família... da mãe... do pai... ou de quem cuida... e porque:: a mulher... a menina ela é vulnerável...** por exemplo... no caso desse rapaz... como é que eu ia enfrentar ele? ele tinha um metro e oitenta... então se uma mulher que anda... dita normal... ela é abusa... imagina uma mulher e uma criança com deficiência... uma menina... então as pessoas acham que a gente nunca mais vai ter oportunidade... que a gente tá pedindo por isso... já ouvi... né? “Ah...você tá pedindo... você quer... você tá se expondo... você...”né?... **eu acho que tudo é falta de informação... é:: por parte da família... por... por... pela ignorância né? e pelo machismo... principalmente o machismo...**

Neste trecho da narrativa M.B. posiciona-se diretamente nessa resposta, por usar a todo momento o dêitico *eu*, pronome em primeira pessoa, evidenciando sua reflexão, seu diálogo interno, por meio de perguntas retóricas, em sua própria situação de violência sexual a que foi submetida e que, como ela já havia narrado anteriormente, não tinha conhecimento do que estava acontecendo, de que “aquilo” era um abuso sexual. Dessa forma, M.B. apresenta uma problemática, já discutida anteriormente, que é a falta de informação e orientação dentro das famílias, que deveriam, desde cedo, orientar as crianças e adolescentes sobre as questões de sexualidade, as diferenças entre um carinho, um assédio e um abuso sexual; questões de relacionamento, prevenção à gravidez e à infecções sexualmente transmissíveis, enfim, todas essas informações que são imprescindíveis para a prevenção de tantas violências de gênero.

Vale destacar, também, que essa problemática evidencia um discurso cristalizado no imaginário da sociedade brasileira de que esses assuntos de ordem privada devem ser debatidos pela família. Essa idéia de acordo com Foucault foi concebida no século XVII, em sua obra *História da Sexualidade I*, quando a sexualidade passa a ser tratada entre quatro paredes.

Além disso, o discurso do patriarcado, do machismo é evidenciado no discurso de M. B., ora no ‘não dito’, no fio do discurso, em uma heterogeneidade constitutiva, e ora de forma explícita, a heterogeneidade mostrada marcada (AUTHIER-REVUZ, 1990), que apresenta em sua narração usando o discurso direto: “então as pessoas acham que a gente nunca mais vai ter oportunidade... que a gente tá pedindo por isso... já ouvi... né? “Ah...você tá pedindo... você quer... você tá se expondo... você...”né?...”, dando o sentido de que isso é muito presente e que a marcou de forma significativa. Há, também, nesse discurso, a expressão “né?” que é um marcador conversacional, ou seja, específico da interação face a face, (URBANO,1999, p.204) e que pode denotar mesmo que incoscientemente a necessidade do enunciador de confirmação da exposição de ideias comentadas anteriormente, pela interlocutora. M.B. finaliza sua resposta destacando, “*eu acho que tudo é falta de informação... é:: por parte da família... por... por... pela ignorância né? e pelo machismo... principalmente o machismo...*”, neste trecho da narrativa é possível perceber as pausas e a repetição de algumas expressões, o que pode dar o

sentido de que M.B. não tem ainda certeza dos motivos que levam as múltiplas violências, conforme se evidencia na expressão “eu acho...”, retoma a questão da falta de informação oportunizada pela família e a *ignorância*, ou seja, “o não saber” para poder informar, o que realmente pode ocorrer em muitos casos de famílias sem nenhum tipo de instrução, analfabetas e iletradas, em condições subhumanas de vida. No entanto, há que se considerar que esses aspectos também podem estar presentes em famílias de outras classes sociais que vivenciam a dificuldade de abordar a temática da sexualidade de maneira espontânea e menos coberta de tabus, principalmente, pelas ideologias religiosas.

Mas, M.B. finaliza relatando o que para ela de fato seria a grande problemática da violência de gênero, ela repete duas vezes a palavra *machismo*, ou seja, mesmo que não houvesse informações, mas, por outro lado, o machismo e patriarcado não imperassem em nossa sociedade, essas meninas e mulheres não estariam em situação de serem violentadas por homens que se acham no direito de satisfazer seus desejos, de tirarem proveito de meninas e mulheres com deficiência ou não.

Para eles, as mulheres com deficiência nada mais são do que objetos sexuais mais fáceis de se conseguir, visto que talvez “*não tenham outra chance*”, tendo em vista a sua limitação física e de conhecimento dos diferentes aspectos já analisados anteriormente na presente pesquisa. Portanto, temos nesse discurso de M.B., esse discurso “outro” sobre o machismo, que está cristalizado em nossa sociedade por um processo histórico e ideológico, e que pela memória, não só a discursiva, mas aquela defendida por Paveau (2005), a “memória cognitivo discursiva distribuída” — que se encontra em livros, notas e palestras — é por meio desses discursos que circulam na sociedade que ela se apropria para trazer em seu próprio discurso e que, dessa forma, o interlocutor pode abstrair seu sentido.

Sendo assim, no dito e no ‘não dito’ do discurso de M.B., é possível depreendermos as múltiplas facetas das violências de gênero a que meninas e mulheres com deficiência estão sujeitas todos os dias, desde a infância. Constatamos, também, a presença de ‘silêncios’ no discurso de M.B., no sentido defendido por Orlandi (2007, p.106) “o implícito é o não-dito, que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer, mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído”. O que foi ‘apagado’ e ‘excluído’ pode vir a tona quando essas mulheres com deficiência de fato conseguirem ter *voz* nas instâncias discursivas da nossa sociedade e, com isso, a sua realidade pode ser transformada.

5.2 O discurso da mulher surda⁶⁰

O grupo de mulheres com deficiência não é homogêneo, cada qual tem suas especificidades e necessidades, portanto, quando se trata de violência, encontramos o que a antropóloga Mello (s.d.) expõe: “Para cada tipo de deficiência, há um grau diferente de vulnerabilidade e de escape frente a situações de violência, conseqüentemente, dinâmicas diferentes de violências entram em jogo”. Sendo assim, quando se trata de mulheres com surdez, Mello (s.d.)⁶¹ explica:

[...] por não ouvirem e apresentarem alterações perceptíveis na fala ou mesmo por se comunicarem em língua brasileira de sinais, se não lhes for disponibilizados serviços tecnológicos e de apoio humano adequados, de acordo com suas preferências pessoais (intérpretes de Libras, legenda, comunicação por escrito ou pela via da oralidade), elas podem apresentar dificuldades para se defender de abusos e maus tratos, bem como para denunciar as violências sofridas às autoridades competentes. (MELLO,s.d.).

Para os indivíduos surdos, o meio de interação social é pela via viso-gestual, ou seja, por meio da língua de sinais, que no caso do Brasil é a Língua Brasileira de Sinais – Libras, reconhecida pela Lei Nº 10436, de 24 de abril de 2002, como sistema linguístico das comunidades surdas. Dessa forma, se desde a infância esses sujeitos surdos não estiverem imersos em um ambiente linguisticamente favorável, por meio da língua de sinais, iniciam-se os silenciamentos. Além disso, apesar dos discursos de inclusão social, observamos um grande distanciamento entre o que as leis propõem e sua real efetivação, principalmente, no que diz respeito ao direito à acessibilidade de informação e comunicação para a comunidade surda e a garantia do direito linguístico⁶². Em se tratando de meninas e mulheres surdas, dizemos que sofrem múltiplos silenciamentos, pois, além das questões linguísticas, temos a questão de gênero, tornando-as vulneráveis a todo tipo de violência.

Sendo assim, mulheres surdas são as que mais se tornam vulneráveis pelas dificuldades linguísticas na interação social e privação de informações. Desde que nascem sofrem o silenciamento, pois na grande maioria dos casos estão em famílias de ouvintes que não

⁶⁰ Parte deste tópico foi extraído do artigo publicado nos Anais do XIV Congresso Internacional de Direitos Humanos (2017). CARDOSO PIERETTI, Flávia e PINTO, Maria Leda. Disponível: <https://cidh2017.files.wordpress.com/2017/10/ar-gt1-8.pdf>.

⁶¹ MELLO, Anahi Guedes. Especificidades da Violência contra pessoas com deficiência auditiva. In: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto6.pdf>. Acesso em: 05/08/2017

⁶² Disponível: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Acesso em: 05/08/2017

adquirem uma língua de sinais para se comunicarem com elas, por isso ficam por muito tempo em um mundo de silêncios.

Muitas meninas surdas crescem aprendendo apenas o que lhes está visível aos olhos, pelas ações dos que estão a sua volta, não sabem o que de fato acontece, o que é permitido, até onde vai o carinho, a opressão, quem de fato são as pessoas em que podem confiar. Com isso, muitas sofrem abusos sexuais, psicológicos e físicos desde a infância, sem se quer se darem conta de que estão sofrendo uma violência, de que aquela situação não é natural ou normal. São vítimas perfeitas para pedófilos, que estão no meio da família ou entre os amigos próximos, abusarem sem medo de serem descobertos, já que essas meninas não podem ‘falar’ e, mesmo que tentassem descrever por gestos o ocorrido, quem entenderia ou acreditaria? É uma triste realidade que está invisível à sociedade, mas que apresenta uma necessidade urgente do poder público tomar medidas para o combate desse tipo de violência, que se configura em várias violações de direitos humanos.

Diante disso, é imprescindível que todas as informações e meios de comunicação estejam disponíveis em Libras, pois, para as pessoas surdas, a Libras é a sua primeira língua e a Língua Portuguesa a segunda língua.

Também, visto que a maioria das mulheres surdas não falam oralmente, pelo impedimento da audição ou outras deficiências e enfermidades que dificultam a fala, são necessários outros mecanismos para poderem fazer as denúncias e buscar por socorro em momentos em que estão sofrendo a violência sozinhas. Dessa forma, os telefones existentes como 180 e 190, não atendem às necessidades dessas mulheres, sendo necessária a criação de outros mecanismos tecnológicos para garantir-lhes o direito à vida, à segurança e à interação. Mello (s.d.) expõe, ainda mais, a seriedade desse contexto de silenciamentos em que vivem pessoas surdas:

As violências contra pessoas com deficiência auditiva devem abranger, para além de considerar a singularidade da experiência da surdez, uma pluralidade de componentes sociais e de contextos socioculturais atravessados por relações de poder imbricadas em múltiplas interseções. Ou seja, a abordagem interseccional da surdez com outros sistemas de opressão considera que a experiência de ser surdo ou deficiente auditivo, de estar em uma situação de violência e de ter à disposição os recursos que lhe permitam superá-la, não é vivenciada da mesma forma por todas as pessoas com deficiência auditiva. Pelo contrário, deve-se levar em conta um leque de experiências variadas segundo as diferenças sociais, culturais, econômicas, de comunicação e aquelas decorrentes do pertencimento de gênero, classe, raça/etnia, geração, orientação sexual, procedência regional, dentre outros. Este reconhecimento é fundamental para a análise do acesso das pessoas com deficiência auditiva à justiça, uma vez que permite compreender que as políticas públicas causam impactos diferentes na vida das pessoas com deficiência segundo a diversidade de experiências

em cada sociedade, o que não poderia ser percebido apenas a partir da surdez (MELLO, s.d.).

Observamos, assim, os múltiplos silenciamentos que esse grupo de mulheres sofre e a abrangência dos estudos e pesquisas para que políticas públicas sejam pensadas e efetivadas para que esse tipo de violação de direitos humanos não seja perpetuado.

Em 2016, foi realizada em Brasília a Consulta Nacional para as Mulheres Deficientes e Mulheres Ciganas, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e o Congresso Nacional. Foram designadas, pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, mulheres surdas e com deficiência auditiva, a participarem como diretoras da temática da mulher surda, “[...] o principal objetivo da Consulta foi de assegurar a participação de segmentos específicos e de povos e comunidades tradicionais de todo o país, em especial das regiões mais isoladas, na 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – CNPM” (PERLIN & VILHALVA, 2016, p 149). Assim, foi entregue à SPM um documento intitulado Mulher surda: política linguística nas políticas sociais, que conta “[...] com elementos necessários ao empoderamento de uma política afirmativa que reconhece as necessidades da mulher surda dentro de suas próprias perspectivas” (PERLIN & VILHALVA, 2016, p 155). Dentre esses elementos constam alguns específicos para a questão da violência:

[...] a questão de capacitar a mulher surda a construir resistência aos abusos psíquicos e morais que abrem porta à progressiva instalação da violência doméstica ou no trabalho; as delegacias da mulher, com acesso em libras, mediante intérprete ou tecnologia específica que pode ser Whatsapp, Skype ou outros mais recentes; **traduzir para a libras a Lei Maria da Penha** e outros documentos; a questão de esterilização não consentida, aborto não consentido e de implante coclear precisa ser discutida no caso de ser violação de direitos sobre o corpo da mulher surda (PERLIN & VILHALVA, 2016, p 155).

Novamente constatamos a urgência de mudanças e ações que visem à garantia de direitos; são mulheres surdas que atingiram o “poder” da palavra e que estão “gritando” por tantas outras que não têm “voz”, que ainda são silenciadas a cada dia. Das reivindicações solicitadas no referido documento, em 2016, a autora desta pesquisa escreveu um Projeto intitulado “S.O.S Mulheres com Deficiência”, algumas das ações foram efetivadas, como a gravação do DVD em Libras, áudio e legenda da Lei Maria da Penha, por meio de uma parceria entre a AMDEF, a Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres e Secretaria de Educação, do governo do Estado do MS. No entanto, ainda necessitamos de mais divulgação desse material, realizando palestras e rodas de conversas em bairros periféricos para atingir o maior

número de mulheres com essas informações tão importantes para o enfrentamento e combate à violência de gênero.

No ano de atuação, da pesquisadora desta dissertação, em 2015, na Casa da Mulher Brasileira - CMB, a primeira mulher surda atendida foi uma jovem mãe que havia sido levada por uma prima. Ela estava visivelmente abalada e machucada, com cicatrizes antigas por todo o corpo. Ela não era fluente na Língua Brasileira de Sinais e não oralizava, apenas sabia escrever seu nome. Conseguimos interagir por meio de alguns sinais, gestos e desenhos, mas foi sua prima quem relatou os abusos de violência que a jovem surda vinha sofrendo, desde a infância por parte da própria mãe e irmão. Essa jovem surda que residia no interior do Estado de Mato Grosso do Sul havia fugido de casa e conseguido chegar até a casa da prima de carona, mostrando por gestos que havia apanhado e que seu bebê tinha sido tirado dos seus braços, em total desespero, sem compreender o que de fato estava acontecendo.

Outra jovem surda que chegou à Casa da Mulher Brasileira foi socorrida por uma amiga, também surda, mas que oralizava. O relato foi que essa jovem havia brigado com o companheiro, também uma pessoa surda, e ele a estava agredindo e ameaçando com uma faca. A jovem conseguiu pedir ajuda à amiga por mensagem de Whatsapp e esta pulou a janela do quarto e a levou imediatamente à CMB para fazer a denúncia.

Esses dois relatos ilustram a seriedade da situação em que pessoas surdas vivem, em especial mulheres, por falta de acesso à informação, à comunicação, sem meios de fazer uma denúncia e pedir por socorro em um momento de emergência.

5.2.1 A “voz” de S.V.

A narrativa de vida a seguir é de S.V. uma mulher surda (com perda auditiva profunda), de 54 anos, que nasceu em uma família com nove membros surdos também. Apesar de a surdez dificultar a fala da maioria desses indivíduos, S.V. teve a oportunidade de ter uma professora particular em casa que diariamente lhe ensinava a falar em língua portuguesa e, além das aulas, ela também se esforçava para treinar a oralização das palavras. Foram muitos anos de treino diário intensivo, por isso, hoje S.V. consegue se expressar naturalmente em duas línguas: a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa (oral e escrita), portanto, ela é bilíngue.

Para a produção dessa narrativa e filmagem para o documentário, perguntamos se S.V. desejaria usar a Libras ou a Língua Portuguesa falada, ela preferiu falar em português, pois nos afirmou que ficaria menos exposta. Vejamos a seguir um fragmento da sua memória de infância:

[...] a fase... infanTIL... como muitos (se agradaram) tenho ótimos res... resposta de (vivência)... e também... essa organização... de... com os familiares... só que tem alguns detalhes... que **HOje...** indo pra aldeia... eu aPRENdo... que não era tão comum... MAS... dentro da família... o que aconteceu?... eu:: tinha UMA irmã... então essa uma irmã ouVINte... então essa irmã ouvinte ela tava o TEMpo todo comigo... ela era responsável por passar TUDO o que falava:... ela era responsável para mim ficar expliCANdo... detalhes... como que era organizado... o:: que que as pessoas TAVam comenTANdo... o que que não TAVam comenTANdo... maioria das coisas eu não sabia... então ela SEMpre ficava... então... ne:: nessa fase... eu:: num SEI expliCAR... se eu sentia isolada... ou se eu não sentia isolada... porque eu TINha essa pessoa... então... dificilmente... então... então era como se fosse uma intérprete (dentro da sua residência)... vinte e quatro horas... dentro... da... minha aprendizagem também... eu::: a minha família... é::... como ela já tem a experiência de TER surdo na família... SEMpre:: tivemos professores particulares... então nossa aprendizagem primeiro... não se iniciou dentro da sala de aula NÃO... ensino dentro de CASA... então a gente aprende o nome das COIsas... a gente... Fica... MUIto tempo [...] mas no meu caso não cheguei a::: esse tempo aí... esse dezoito ano eu digo que eu cheguei com a minha irmã... MAS o outro lado de aprendizagem foi uns três... três ou quatro anos... enfim... até:: mais ou menos assim... uma fase de::: quatro... cinco... seis anos... depois com sete anos... aí eu fui pra esCOLa... eu tive... não sei se é SORTe... ou o quê?... Minha irmã... ela também me acompanhou na escola... então ao mesmo tempo... que ela estava alí... eu era a grande (copista) ...

Nesse fragmento, a memória que S.V. tem o registro sobre o início de sua vida em interação familiar, que apesar de ter uma família surda, sentia a necessidade de entender o mundo a sua volta que não lhe era totalmente compreensível apenas pelo viso-gestual, muitas informações lhe ‘faltavam’, visto que ainda não se tinha estabelecida uma Língua para a interação verbal, pois não haviam aprendido a língua de sinais, apenas sinais *caseiros*, gestos e mímicas, o que ocorre com uma grande parte de famílias de surdos ainda hoje.⁶³

Um aspecto interessante se refere ao fato de S.V. usar o marcador de tempo *Hoje* com ênfase na entonação, que traz um sentido de proximidade com o presente e que ainda é significativo para ela o fato de perceber essa diferença entre sua família de surdos e outras com as quais teve contato, ou seja, ela tomou consciência da relação de interação diferenciada em sua história de vida, quando começou um trabalho de pesquisa com outras famílias de surdos.

Nesse trabalho, a entrevistada percebeu que no seu caso houve uma diferença, pois teve uma irmã ouvinte que foi sua mediadora de interação, “*era como se fosse uma intérprete (dentro da sua residência) ... vinte e quatro horas...*”. Assim, se a subjetividade dos sujeitos, pela teoria da AD, é constituída pela linguagem, pelas interações sociais, se nossos discursos são o produto de outros discursos, atravessados por outras vozes (BAKHITIN, 2004), o que é possível observar pela memória de S. V.?

⁶³ ALBARES, Raquel Servino da Silva; BENASSI, Claudio Alves. Comunicação gestual caseira e Libras: semelhanças e diferenças oriundas das necessidades comunicacionais. Em: Revista Diálogos: linguagens em movimento. Ano III, N. I, jan.-jun., 2015

Sua percepção de mundo visual era “traduzida” pelos sentidos de um Outro, sua irmã, ou seja, foi por meio dos discursos da sua irmã que S.V. pôde ter conhecimento de tudo, como ela destaca “... *ela era responsável por passar TUdo o que falava:... ela era responsável para mim ficar expliCANdo... detalhes... como que era organizado... o:: que que as pessoas TAvam comenTANdo... o que que não TAvam comenTANdo... maioria das coisas eu não sabia... então ela SEMpre ficava...*”.

No entanto, é possível constatar no discurso de S.V. uma incerteza no que se refere a essa relação com a sua irmã, se foi realmente positiva ou negativa em sua vida, conforme destaca por meio da utilização de advérbios de negação e da entonação de voz forte em determinados momentos “*nessa fase... eu:: num SEI expliCAR... se eu sentia isolada... ou se eu não sentia isolada... porque eu TINha essa pessoa... então... dificilmente...*” Sua irmã a acompanhou na escola também, mas ainda assim, evidenciando que não compreendia totalmente o que estava sendo ensinado, S.V. relata “*não sei se é SORte... ou o quê?... Minha irmã... ela também me acompanhou na escola... então ao mesmo tempo... que ela estava ali... eu era a grande (copista)...*” Dessa forma, é como se S.V. compreendesse, ou seja, tomasse consciência de que viveu a vida e a interpretação de mundo da sua irmã e, essa constatação, a fez questionar-se se sua “voz” era mesmo sua, ou a de sua irmã. Pois, o sujeito sente-se intrelaçado por esse emaranhado de vozes, o interdiscurso e, que neste caso específico, mostrou-se mais fortemente presente pela história de vida de S.V. (BAKHITIN, 2004).

Com isso, podemos refletir o quanto uma língua não adquirida faz falta para a vida e para o processo de aprendizagem, de crescimento como sujeito, por mais que S.V. tivesse o apoio dessa irmã, ela mesma sentia que algo lhe era estranho, mas não compreendia, por isso, ela diz não saber ainda se é *sorte*, pois talvez gostaria de ter sido *ela* mesma a protagonista de seu aprendizado, de suas interações, de seu crescimento. S.V. finaliza esse primeiro relato afirmando: “*eu era a grande copista...*”, a palavra *copista*, no contexto educacional, refere-se a “crianças que não se apropriam do significado das palavras. Mas vão galgando as séries porque, como copiam, conseguem cumprir algumas tarefas em sala” (PROENÇA, 2011)⁶⁴.

Esse termo é bastante usado para referir-se a estudantes surdos, que aprenderam a escrever, mas não compreendem o que escrevem pela falta de interação e conhecimento de mundo em sua primeira língua, a Libras. Assim, S.V. toma emprestado de outros discursos, evidenciando o interdiscurso, o dialogismo, a memória discursiva e se coloca como também

⁶⁴ Marilene Proença é professora da USP e integrante da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Disponível em: oglobo.globo.com/sociedade/educacao/alunos-copistas-sao-nova-face-do-analfabetismo-funcional-que-chega-atigir-um-terco-da-populacao-brasileira-2789045. Acesso 5/02/2019.

fazendo parte desse grupo de *copistas* por usar o dêitico *eu*, no entanto, pelo uso do verbo no passado *era* compreendemos que houve um momento em que ela deixou de ser *a grande copista* que havia sido. E, de fato, a vida de S.V. transformou-se quando ela aprendeu a Libras e pôde sentir o “conforto” linguístico que lhe fez buscar novas possibilidades de vida pessoal e profissional.

5.2.2 Da violência sexual: infância e adolescência

Pessoas surdas e, principalmente, mulheres vivenciam múltiplos silenciamentos desde o nascimento, pela falta de uma língua estabelecida para a interação social, que é essencial para a constituição das subjetividades do sujeito, além dos *silenciamentos* advindos da condição de ser do gênero feminino.

Assim, pela falta de um ambiente familiar bilíngue – Libras como primeira língua e Língua Portuguesa como segunda língua – muitas meninas surdas, mesmo no caso de S.V. que tinha uma irmã ouvinte que era como uma intérprete do mundo, ficam presas em seus silêncios, com inúmeros questionamentos sobre o que de fato está acontecendo a sua volta. Devido a isso, essas meninas se tornam ainda mais vulneráveis a sofrerem violência sexual, pois os agressores as veem como “presas fáceis”, pela questão da surdez e pelo fato de não serem compreendidas pela fala oral. Foi o que também encontramos no caso de S.V., quando ela narra a sua história de vida:

(...) eu vou dizer assim... que um lado... que eu lembro... que foi... muito agradável... eu sempre gostei de ser atleta... fui ciclista:... enfim..... mas e aí?... **você tem uma coisa que você GUARda... mas o que eu guardei?... o que eu guardei foi... o que aconteceu?... por que aconteceu?... por que eu não entendi o que aconteceu?... então nesse meio... dessa grande felicidade... existiu também... uma barreira... essa barreira... eu coloco como barreira... porque eu não entendia a situação...**

S.V. descreve no presente uma vivência que se tornou segredo da sua intimidade que ficou ‘guardado’, ou seja, “silenciado” e inicia a narração em forma de um diálogo interno com perguntas e respostas, “*mas e aí?... você tem uma coisa que você GUARda... mas o que eu guardei?... o que eu guardei foi... o que aconteceu?... por que aconteceu?... por que eu não entendi o que aconteceu?...*” Como defendido por Bakhtin (2004), o “enunciado é a réplica de um diálogo, pois cada vez que se produz um enunciado, o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros diálogos [...] o que é constitutivo do enunciado é que ele não existe fora das relações dialógicas”. Nesse jogo de perguntas e respostas, junto à pesquisadora, S.V. usa embreante de primeira pessoa, o dêitico *eu*, evidenciando o hoje da enunciação, mas o pronome

em segunda pessoa *você* não é um dêitico, pois não está se referindo a uma segunda pessoa, o interlocutor, portanto, nesse contexto enunciativo, *você* “está associado a um presente não dêitico, não embreado”, (MAINGUENEAU, 2001, p. 127), ou seja, está associado à memória, ao que ela *guardou da situação vivenciada do passado* . Pelo tempo de vida da entrevistada, também é possível afirmar que essa situação deixou marcas indeléveis e causou muitos sofrimentos na sua vida e na constituição da sua identidade feminina.

Nesse sentido, S.V. constrói um discurso em que ela assume dois papéis, ela faz as perguntas a si mesma e as responde, dando um sentido de que ainda há um conflito interno presente por não compreender como aquela situação de abuso *aconteceu* , que a machucou e a marcou por toda a vida. Esse “dialogismo” do sujeito está vinculado à memória, o interdiscurso, como um recurso de buscar na sua história *o que* de fato aconteceu e *por quê* aconteceu, evidenciando o que a AD considera como “condições de produção” de um discurso, ou seja, são enunciados sócio historicamente situados e, por isso, produzem sentidos. (FOUCAULT, 2008; BAKHTIN, 2004).

Em seguida, S.V. repete consecutivamente três vezes a palavra “*barreira*”, no sentido de dar “ênfase” (MARCHUSCHI, 2002, p. 112) à seriedade e profundidade que o acontecimento, que ela irá relatar, causou em sua vida. “...*então nesse meio... dessa grande felicidade... existiu também... uma barreira... essa barreira... eu coloco como barreira... porque eu não entendia a situação...*”. Ou seja, a situação de abuso vivida na infância e evidenciada no momento da narração pela memória cognitivo-discursiva, em que está presente a “*dimensão afetiva emocional*”. (PAVEAU, 2005), a fez sentir os danos e traumas causados, pois se tornou uma barreira, como um *obstáculo*, um *impedimento* ao seu sentimento de *grande felicidade* pelas coisas que estava realizando. Na sequência da sua narração, S.V. passa a relatar o episódio em que se inicia o processo de violência sexual,

então... nesse dia... que eu me recordo... eu tive um tio... e esse tio... ele:: pediu... pra todas as crianças ir fazer alGUma coisa... ou IR no::: bulicho... da época... falava bulicho... ou... fazer outra... fazer alguma coisa FOra... no quintal... menos ficá dentro de casa... e daí... o que que acontecia?... sempre que possível... primeiro... aconteCIA... que **você Tinha que ficar com um homem sozinho... ou seja... eu não entendia o que que era...** eu não consigo lemBRAR... se **eu tinha seis ou sete anos...** não consigo lembrar... mas é:: nessa fase... não é um... PROcesso... num foi assim... de imediato... quer dizer... **aconteceu que ficou no primeiro dia sozinho... aí... tio some de novo... não sabe da onde que ele apareceu... não sabe da onde ele é... você sabe que ele é teu TIO...** HOJE eu sei que ele não era tio (direto)... ele era irMÃO da vó... aí quando foi no priMEIro... tentativa do quê?... de tirar a roupa... mas tirar a roupa pra QUÊ?... pra quê (apoio)... então... era assim... **ELE tirava a roupa dele... mas ele não tirava a MInha roupa... então foi uma... então foi assim uma questão de você... entenDER o processo que alguém tira a roupa... e daí?... eu estava na terceira vez... na terCEIra vez... que aconteceu...**

Conforme exposto no capítulo 1 dessa dissertação, esse relato pode ser considerado uma denúncia da violência sexual, estupro, contra crianças e adolescentes no Brasil, que só cresce a cada ano. No caso de S.V., o homem que a abusou era um “tio”, alguém supostamente de confiança da família; quem imaginaria que esse tio pudesse violentar uma criança? Ainda mais *aquela* criança, menina e surda. Fica evidente que há um grande perigo para as crianças dentro do próprio seio familiar, em casa, onde seria o lugar de proteção e refúgio e, com esse sentimento, as crianças não ‘entendem’ quando um tio começa a ter atitudes estranhas, “*mas ele é o tio*”.

Nesse trecho da narrativa S.V. apresenta como se constituiu o processo de abuso “...o que que acontecia?... sempre que possível... primeiro... aconteCIA... que **você TINHA que ficar com um homem sozinho... ou seja... eu não entendia o que que era... eu não consigo lemBRAR... se eu tinha seis ou sete anos... não consigo lembrar... mas é:: nessa fase...**” Então, S.V. se esforça a recordar pela memória como foi aquele acontecimento que a marcou por toda a vida, “...PROcesso... num foi assim... de imediato... quer dizer... **aconteceu que ficou no primeiro dia sozinho... aí... esse homem de novo... não sabe da onde que ele apareceu... não sabe da onde ele é... você sabe que ele é teu TIO...**”.

S.V afirma que o abuso sexual não aconteceu de imediato, mas era um *processo*, como se aquele homem a estivesse preparando para o momento, mas ela diz que “*não entendia*” de fato o que estava acontecendo e nesta ocasião não vemos a presença daquela irmã ouvinte que poderia talvez ajudá-la a compreender essa situação. Com o questionamento da pesquisadora S.V. relembrou que,

(...) aí quando foi no priMEIro... tentativa do quê?... de tirar a roupa... mas tirar a roupa pra QUÊ?... pra quê (apoio)... então... era assim... **ELE tirava a roupa dele... mas ele não tirava a MINHA roupa... então foi uma... então foi assim uma questão de você... entenDER o processo que alguém tira a roupa... e daí?... eu estava na terceira vez... na terCEIra vez... que aconteceu...**

Para essa narrativa, S.V. usa marcadores conversacionais (PRETTI, 1999), com perguntas retóricas, um diálogo consigo mesma retomando a memória daquele episódio abusivo, mas que diante daquela situação e, naquele momento, não entendia. O relato que temos é de uma criança surda, que foi levada a vivenciar aquela situação de abuso sexual, mas sem entender o que estava ocorrendo de fato e, ao mesmo tempo, S.V sentia que algo estava estranho, que não era natural o que estava acontecendo, o significado daquele homem *tirar a roupa*.

É importante salientar que essa ação de tirar a roupa na frente de uma criança configura-se como um crime de estupro de menor, pois, de acordo com o Código Penal, Art. 213, o estupro é classificado como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Dessa forma, expor uma criança ao constrangimento de obrigá-la a ver a nudez ou pornografia, mesmo que não haja penetração, também são atos de estupro.

Portanto, a violência de gênero no Brasil inicia-se na infância, pois as estatísticas confirmam que o número de meninas violentadas é expressivamente superior a de meninos, 74,2% das vítimas de abuso sexual são do gênero feminino e 25,8% masculino (Ministério da Saúde, dados 2011-2017). Em muitos casos há repetição desses abusos, pois a criança não entende o que de fato está acontecendo, ela nunca iria consentir a violência, mas o que ocorre é explicado pela psicóloga Cinthya Araújo (2017)⁶⁵, “então, o agressor se aproveita dessa inocência para dizer que abuso é algo normal, prazeroso e a criança acaba cedendo, mais pela sua incapacidade de discernir aquilo, não porque quer. Porque é levada àquilo”.

Após a narrativa da violência sexual sofrida, S.V. passa a narrar a memória do momento em que busca contar a um adulto da família sobre o que estava acontecendo em relação às atitudes do tio e que, embora não soubesse que estava numa situação de violência sexual, ela sabia que não era normal, pois a fazia sentir-se estranha e constrangida.

eu cheguei e falei pra minha vó... vó...aconteceu:: isso... expliquei o que aconteceu... aí eu:... eu pensei assim... agora ela vai explicar o que vai acontecer... **eu apanhei... eu apanhei TANTo... eu apanhei... TANTo... eu não entendi porque eu apanhei... aí depois que eu apanhei TUDO... aí parou... e falou assim... “num pode mentí... é MUITo feio mentir”...** mas eu não TAVa mentino... e isso ficô... ficô guardado... porque todas as verdade... você vai apaNHÁ... então você não fala nada... você fica... quieta... e aí foi:: que isso... eu guardei... claro... que a última tentativa... FOI realmente... você VAI ter que tirar a roupa... você vai ter que GOSTar... você vai ter que pegar em mim... então... isso... eu não queria pegar em ninguém... mas eu TINha... era forçada pegar nele...

S.V. utiliza do discurso direto e indireto para narrar o momento em que confia para a avó (sua responsável) a situação de abuso sexual que vivenciava, esse recurso linguístico evidencia a heterogeneidade mostrada, defendida por Authier-Revuz (1990), em que o enunciador, aqui o *eu narrador*, traz em seu discurso a memória discursiva, ou seja, o interdiscurso, o discurso do outro em sua voz. S.V. narra todo esse episódio de forma a buscar

⁶⁵Disponível: www.portalodia.com/noticias/piaui/vitimas-de-abuso-sexual-sofrem-com-transtornos-por-traumaticos-301020.html. Acesso: 13/02/2019.

exatamente como foi o diálogo com sua avó, inclusive o que ela mesma pensou naquele momento “... *ai eu::... eu pensei assim... agora ela vai explicar o que vai acontecer...*”

Mas, não obteve uma resposta verbal naquele momento, o que de fato ela gostaria que tivesse sido explicado pela avó, no “não dito” (ORLANDI, 2010) desse momento narrativo, dessa memória, está “o dito” de que, possivelmente, S.V. gostaria de ter sido ouvida, protegida, de que sua avó tivesse tomado uma atitude naquela situação, talvez uma denúncia daquele tio - afinal ele estava cometendo um crime, um estupro - ou pelo menos, que a avó o tivesse expulsado da casa e o proibido de conviver com as crianças, mesmo que por precaução.

No entanto, nada disso aconteceu, pelo contrário, a primeira resposta, que a avó deu, foi em forma de violência física e que, também, configurou uma violência psicológica “...*eu apanhei... eu apanhei TANTo... eu apanhei... TANTo... eu não entendi porque eu apanhei...*”

Nesse episódio constatamos que foi marcante e doloroso para S.V., pela repetição do verbo *apanhar* e pelo advérbio de intensidade *tanto*, que denota ênfase ao acontecimento, além do uso do dêitico, pronome pessoal *eu*, enfatizando como esse episódio a marcou tanto quanto o abuso sexual. A entonação da voz de S.V., neste momento da enunciação, também se intensificou, agregando sentido de ênfase ao acontecimento, ou seja, a seriedade, a gravidade, a grandeza de como esse fato a marcou. (MAINGUENEAU, 2001; MARCHUSCHI, 2002, p. 112).

Dessa maneira, uma denúncia velada de sucessivas violências para com uma criança surda, que “*não entendia*” o que estava acontecendo, nem as ações do tio e, tampouco, por que havia apanhado. S.V. encontrava-se em uma situação de múltiplos *silenciamentos* e vulnerabilidades e não havia ninguém em quem ela pudesse confiar e pedir por socorro, nem mesmo aquela sua irmã ouvinte.

No que se refere à resposta verbal da avó, de forma objetiva, e que S.V. pôde compreender pela leitura labial, “*ai depois que eu apanhei TUDO... ai parou... e falou assim... “num pode mentí... é MUIto feio mentir”... mas eu não TAVA mentino... e isso ficô... ficô guardado... porque todas as verdade... você vai apaNHÁ... então você não fala nada... você fica... quieta... e aí foi:: que isso... eu guardei...*” nesse momento enunciativo da narração, S.V. escolhe o discurso direto, com introdução de um verbo “dicendi”, evidenciando a heterogeneidade mostrada explícita (AUTHIER-REVUZ, 1990) o discurso do outro, sua avó, “*num pode mentí... é MUIto feio mentir*”...

Depreendemos dessa escolha discursiva, discurso direto, o sentido de como essa fala da avó a marcou profundamente, essa memória discursiva ainda se faz presente e de forma que a impactou por toda a vida, pois ela enfatiza mais de uma vez em sua narração “*isso ficô... ficô*

guardado... porque todas as **verdade...** você vai **apaNHÁ...** então você não fala nada... você fica... quieta... e aí foi:: que isso... **eu guardei...**” Assim, visto que, S.V. sabia que não estava mentindo, mas ao dizer a verdade ela obteve uma resposta em forma de violência física e psicológica, ela “guardou”, “silenciou” esse discurso da avó, da “verdade”, afinal, quem é que determina o que é VERDADE ou MENTIRA?

Conforme contribuições teóricas de Foucault (2017) as relações de poder e controle, não estão apenas em grandes instituições da sociedade ou do governo, que oprimem as massas, mas também em *micro espaços* onde os sujeitos assumem posições de superioridade ou inferioridade, muitas vezes, com relação aos gêneros opostos - sujeito masculino sobre o feminino (MOORE,1994; 2000) - e, algumas vezes, sujeitos do próprio gênero mas que, em determinado espaço social, adquirem a posição de poder e controle e isso inclui os espaços familiares. Portanto, neste caso em análise, essa criança, *menina surda*, se encontra em uma posição de sujeito inferior, sendo oprimida por um tio – sujeito na posição de gênero oposto, sócio histórico construído pelos discursos da sexualidade, machismo e patriarcado, constituindo-se assim dessa “verdade”. Na mesma esfera social temos uma mulher, avó – sujeito do mesmo gênero, mas que tem o “poder” de controle, domínio e detém também uma “verdade”. Nesse contexto sócio histórico é que essa menina constituiu suas subjetividades e, portanto, suas próprias “verdades” que a fizeram agir e tomar decisões baseadas nessas vivências conflituosas, fugindo da situação, conforme o relato:

QUANdo isso... ãh::... eu vi que não tava dando mais certo... eu comecei a **fugir... fugir... fugi... dessa situação...** a partir desse momento... eu fui **cresCENdo... não pode... falar a verdade... falar a verdade vai apaNHÁ... então você vai começar esconder... você esconde isso de você... você esconde... começa se::... a ficar retraída...** então... o que que é mais fácil?... dormir de dia... acordar à noite... então... ficar acordada à noite e dormir de dia... eu trocava todo o::... para realmente uma questão de defesa...

É possível observar, nesse trecho da narrativa, as consequências emocionais deixadas pelas violências sofridas, S.V. repete três vezes o verbo *fugir*, enfatizando que essa era a única possibilidade de se livrar dos abusos do tio, após ter apanhado da avó e ter sido acusada de mentirosa por falar a “verdade”. Neste momento da narrativa de S.V. observamos que ela traz novamente em seu discurso a questão que para ela ficou profundamente registrada em sua *memória cognitivo-discursiva*, que passou a constituir sua subjetividade e uma parte de sua identidade: a questão de “não poder falar a verdade”, pois ocorreriam consequências negativas se você falasse, “... não pode... falar a verdade... falar a verdade vai apaNHÁ... então você vai

começar esconder... você esconde isso de você... você esconde... começa se::... a ficar retraída...”

Além disso, no enunciado “... *você esconde isso de você... você esconde...*”, é possível ter um vislumbre do sujeito e do inconsciente de Lacan (1998) “o inconsciente se estrutura como uma linguagem” e que AD traz em sua teoria, inclusive por Authier-Revuz (1990), ou seja, o “sujeito dividido, clivado”, como se realmente dentro de nós habitassem dois “eus”, ainda que ela não tenha falado em primeira pessoa e, sim, na segunda pessoa, como se ela compreendesse o passado de uma posição de “fora” daquela situação e a partir dali, S.V. revela que se retraiu e achou uma estratégia de escape para a violência do tio “*dormir de dia... acordar à noite... então... ficar acordada à noite e dormir de dia... eu trocava todo o::... para realmente uma questão de defesa...*” e para não apanhar mais, ela decidiu ‘silenciar’, não falar mais a ninguém sobre a *verdade* dos abusos sexuais, que se seguiram na adolescência, por outros sujeitos masculinos do ambiente familiar, como constatamos na sequência da narrativa e que ela chama de “segunda etapa”,

depois disso?... depois DISSO... aí começa os PRImos... **aí vem a segunda etapa...** você tá com dez... doze anos... o que que acontece?... você::... tá dormindo... seu:: tem uma mão ali... embaixo de você... te::... pegando... aí você assusta... como vai resolver uma situação de falar outra verdade?... aí você começa com... ou você conSENte... ou você aPANha... então... eu tenho mui... essas duas PARte eu acho assim... que foi MUIto complicado...

Novamente S.V. relembra outros episódios em que sofreu violência sexual, sem poder se defender, sem poder falar *a verdade*, ela narra todo acontecimento utilizando pronome pessoal de segunda pessoa *você*, mas não embreante. Como hipótese dessa escolha pronominal podemos analisar que, quando o sujeito se coloca nessa posição, transmite o sentido de distanciamento da situação relatada, e talvez S.V. prefira esse distanciamento pelo constrangimento de narrar esses fatos, ou também, por ser doloroso trazer essas memórias ao presente, visto que, se sentia sozinha, “assustada” e acuada, pois não via saída para aquela situação, “*como vai resolver uma situação de falar outra verdade?... aí você começa com... ou você conSENte... ou você aPANha...*”.

Assim, S.V. encerra essa parte da narrativa dando ênfase ao advérbio de intensidade *muito*, ressaltado pelo tom de voz, salientando que “*foi MUIto complicado...*”, evidenciando o quão difícil foi para ela toda essa situação que a marcou profundamente, influenciando inclusive em seus relacionamentos futuros, como ela relata a seguir:

[...] e pra frente?... pra FRENte... **eu tive bastante dificuldade de relacionaMENTo...** tive VÁrios... questões... a ser exposta... porque como que você vai expliCAR... que você mentiu... e:... depois... nos quinze... dezesseis anos... eu já fui... entendendo melhor e... todas as situações... eu já estava... estuDANdo MAis... já focando...

Constatamos que a falta de interações verbais e informações em sua primeira língua, a Libras, prejudicou o desenvolvimento sócio emocional de S.V. durante toda a fase de infância, adolescência e mesmo na fase pré-adulta e que fica bem evidenciado pelos vários usos do pronome pessoal *eu*, denotando proximidade com essa memória da não compreensão, do não entendimento de tudo o que havia sofrido, como constatamos em sua narrativa:

eu fui PERceber... perceber que eu mesmo... não conseguia entender como... tudo aconteceu... eu... eu não tinha... nenhum exemplo... o que era SIMples pras pessoas... que até criança ouve... eu:: eu não tinha esse entendimento... porque realmente... eu sou surda... eu tinha POUcas explicações... eu tinha explicações eXAtas... mas o que PODE... o que não PODE... essa eu não tinha... aí eu... já com dezesseis dezessete dezoito anos já... muito assim... compliCAdo... eu pensar em tudo... eu me enfiei no esporte... então eu no esporte que eu me (identificava)...

Interessante que S.V. expõe o motivo dessa falta de entendimento “*porque realmente... eu sou surda*”, trazendo novamente as questões linguísticas, de linguagem e língua, que é um direito humano básico, não discutível, “o sujeito é constituído na e pela linguagem” (LACAN, 1998; BAKHTIN, 2004), portanto, quando essa linguagem não existe de forma natural e bem estabelecida por uma língua, o sujeito será afetado negativamente por essa falta, sendo necessário buscar caminhos para suprir essas “janelas”, marcas e feridas que não se fecharam. Os estudos da psicanálise e psicologia defendem que somente com intervenção por profissionais especializados nessas áreas é que os indivíduos podem se (re) construir e viver o presente sem que as memórias de episódios traumáticos interfiram em suas subjetividades por toda a vida, como explica a psicóloga Claudinéia Uchôa (2017)⁶⁶

A psicologia vai trabalhar para reprocessar a experiência traumática. Tudo que acontece na nossa vida é para o nosso aprendizado e as experiências são armazenadas na mesma região do cérebro para nos dar um senso de adaptação. No caso do trauma, a experiência é armazenada separadamente, mas não no sentido de adaptação, por isso a sensação de que qualquer coisa relacionada a ela gera incômodo e medo.

O que ocorre é que muitas vítimas de abuso sexual sentem-se sozinhas nesta situação, pois temem contar para alguém e serem julgadas e culpadas pelo ocorrido, como aconteceu com

⁶⁶Disponível: www.portalodia.com/noticias/piaui/vitimas-de-abuso-sexual-sofrem-com-transtornos-por-traumaticos-301020.html. Acesso: 13/02/2019.

S.V. que tentou contar para avó, mas foi desacreditada e sofreu punição com violência física por ter falado “a verdade”. No caso de S.V. ela tentou inicialmente “resolver” sozinha esses traumas emocionais e conflitos internos, como afirma “*eu me enfiar no esporte... então eu no esporte que eu me (identificava)...*”, assim, durante um tempo o esporte era a sua proteção emocional. Vale destacar o uso do verbo “enfiar”, no sentido metafórico de se pôr naquela ação esportiva de forma quase que obrigatória e como uma imersão nesse corpo, pois, provavelmente, levando esse à exaustão poderia esquecer daqueles episódios e, talvez, da culpa que sentia por não entender tudo o que havia acontecido. Mas logo S.V. busca outra forma de “fugir” daquela situação interna:

eu casei... casei... mas... como fugitiva também... porque eu não queria mais viver naquele lugar... só que... no fundo no fundo... **eu casei pra fugir... fugir de casa...** casada... só que eu não gostei do casamento... eu fiquei trinta dias casada... porque é MUITO difícil... tá numa relação... e você vomitando... mas por que você vomita?... ele (não sabe)... por que vomita?... por quê que acontece?... então realmente... esse processo de você... fazer uma coisa e vomitar... eu... também não entendia porquê...

Nesta parte da narrativa, em primeira pessoa, S.V. busca outra ação para “fugir”, “eu não queria viver naquele lugar”, ou seja, naquele lugar que lhe causou tanto sofrimento interno e marcou suas *memórias*. Há a repetição do verbo *casar* duas vezes consecutivas e logo em seguida em outro enunciado, denotando ênfase nesse episódio de sua vida. Em dois enunciados o verbo casar está vinculado à ação de fugir, no primeiro, “*eu casei...casei...mas...como fugitiva*” é uma ação substantivada e no segundo “*eu casei pra fugir... fugir de casa*”, a ação verbal no infinitivo.

Podemos depreender dessas construções enunciativas alguns sentidos, temos uma formação discursiva no âmbito do machismo e do patriarcado novamente, a menina-mulher que vê no casamento com um homem a solução para seus conflitos, para *fugir* de uma situação que não se resolveu em casa. Assim, a memória cria também um imaginário construído por histórias e filmes de romance que remonta ao século XIX, retratando os contos de fadas em que o príncipe salva a mocinha e se casam e vivem felizes para sempre.

Dessa forma, S.V. criou um imaginário, “não dito” no discurso, de que o casamento seria a solução para seus problemas internos, visto que, ela mesma disse que não tinha muitas informações sobre relacionamentos e sobretudo o que se passou em sua vida. Assim, é possível constatar que ela tenha presenciado, de forma real ou simbólica, relacionamentos amorosos e casamentos como a possibilidade de fugir de casa, sair do ambiente que trazia à sua memória os acontecimentos de abusos e violências e quem sabe, esse casamento não seria a resposta para suas angústias.

Assim, S.V. passa novamente por um novo episódio traumático, o casamento teve a duração de 30 dias, que seria considerado a “lua-de-mel” e narra essa curta relação pelo que mais a marcou, “*é MUIto difícil... tá numa relaÇÃO... e você vomitando... mas por que você vomita?... ele (não sabe)... por que vomita?... por quê que acontece?... então realmente... esse processo de você... fazer uma coisa e vomitar... eu... também não entendia porquê...*” Nessa narrativa em segunda pessoa, não embreada e por meio de indagações em um diálogo interno, a marca deixada por um relacionamento que causou uma aversão interior e que não foi imediatamente compreendida, mas que a ação de *vomitar*, trazida de forma enfática pela repetição, ou seja, são quatro vezes no mesmo enunciado em que S.V. enfatiza o ato de *vomitar*. No que se refere a esse ato, as pesquisas mostram que há várias causas para a reação do vômito, mas todas são “reações”, ou seja, algo, ou de ordem orgânica ou emocional, que provocaria essa reação de expulsar de dentro do corpo um alimento ou uma situação que não fez bem. Assim, é possível estabelecer uma analogia entre o ato de vomitar e as relações estabelecidas por S. V., pois expõe sua insatisfação e a faz terminar o relacionamento.

Após o término do casamento S.V. relata que teve um tempo de isolamento familiar, até que decidiu, por volta dos 19 anos, contar para sua mãe sobre o abuso sexual que sofreu pelo tio e sua mãe então revela que esse mesmo tio havia abusado da própria filha. Saber desse abuso da prima foi difícil para S.V., a partir desse momento é que ela buscou ajuda profissional “*fui fazer terapia... eu... faço terapia... eu tô ainda trabalhando... é muito lento...eu fiz mais de vinte e cinco anos de terapia... até hoje fazendo terapia mas é isso mesmo... eu:: também tive uma psicóloga surda...*”.

Neste relato podemos observar como foi realmente ofensivo tudo o que S.V. vivenciou, todas as violências sexuais, físicas e psicológicas, dessa forma que o processo de tratamento iniciou há mais de 25 anos e permanece até a presente pesquisa, além da psicóloga surda que foi fundamental pela questão linguística, S.V. realizou outras terapias psicológicas para autoconhecimento e foi em uma das últimas terapias que pôde compreender sua sexualidade. A entrevistada destaca que esse entendimento fez toda a diferença em sua vida, como podemos constatar na sequência,

[...] então por isso que eu vomitava... não era só o nojo... então eu... deixei tô deixando esse recado de... cheguei... falei com a minha mãe... **falei mãe eu sou assexual... ela falou assim... mas não é::... novIDADE... nós temos VÁrios assexuais na família...** então quer dizer... foi cada descoberta... uma resposta... hoje eu posso até dizer pra vocês que **eu sou... REsolvida... resolvida... porque eu entendo... um abuso... traz MUIto transtorno... mas também ser assexual... entender o processo... é importante...** por que o que as pessoas... abusam da gente?... falam assim a::... você FINge... fingiMENto que você não quer... “ah... ninguém te pegou direitinho”...

ninguém precisa pegar uma assexual direitinho... **as pessoas precisam começar a respeitar...** nesse ponto de vista... e também é essa minha mensagem... tchau

Muito embora S. V. afirme que essa compreensão fez toda a diferença e está bem resolvida em sua vida, ao declarar-se, na vida adulta, como assexual para a sua mãe, estabelece, também, uma fuga das situações dolorosas vividas na infância e na adolescência. É possível afirmar que essas estratégias de fuga são um marcador da sua identidade feminina, equivocadamente constituídas a partir da relação estabelecida com a sua avó.

Além disso, nesse relato, que corresponde à narrativa final, S.V. destaca que tem a intenção de deixar *um recado*, uma mensagem para outras mulheres e para a sociedade em geral sobre a questão da sexualidade. Assim, essa passagem evidencia por meio de uma formação discursiva da sexualidade, que no “não dito” do discurso de S.V. podemos abstrair do “fio do discurso”, a crítica, “a resistência”, às “verdades” impostas pela sociedade sobre a sexualidade, que, de acordo com Foucault (2017), é “um dispositivo” construído historicamente e onde instâncias das mais diversas áreas da sociedade - medicina, religião, sexologia, educação – pela “vontade de saber” vinculado ao poder, determinaram desde a antiguidade como os indivíduos deveriam ou não se comportar sexualmente, ou seja, sempre houve uma necessidade de “controle” do ser humano pelas questões da sexualidade.

Esse “controle”, “biopoder”, que em certos aspectos se faz necessário pelas questões de saúde populacional, como infecções sexualmente transmissíveis (FOUCAULT, 2017), é responsável pelas exclusões, discriminações e preconceitos para com pessoas que ‘fogem’ desses padrões impostos pelos que detêm, na “ordem do discurso” (FOUCAULT, 2002) o “poder”, pelas “verdades” do que é o melhor, do que é o “correto”, gerando *interditos, tabus* e os vários tipos de violações de direitos humanos.

Mas, também, é possível ver pelo dialogismo, heterogeneidade marcada por essas outras vozes, discursos carregados de ideologias machistas, na voz de S. V. “*por que o que as pessoas... abusam da gente?... falam assim a::... você FINge... fingiMENto que você não quer... “ah... ninguém te pegou direitinho”... ninguém precisa pegar uma assexual direitinho...*” (BAKHTIN, 2004; AUTHIER-REVUZ, 1990).

Nessa narrativa de S. V., constatamos a heterogeneidade mostrada marcada, pelo uso do discurso direto, tornando mais próximo da realidade e trazendo o sentido de que é uma memória muito significativa para S.V. “*falei mãe eu sou assexual... ela falou assim... mas não é::... noviDade... nós temos VÁrios assexuais na família...*” Portanto, quando S.V. fala abertamente com sua mãe que é *assexual*, e fica sabendo que outras pessoas da família também são, há uma

transformação, e que fica perceptível na mudança de entonação vocal, na forte ênfase que dá as palavras ao realizar essa parte da narrativa: *“então quer dizer... foi cada descoberta... uma resposta... hoje eu posso até dizer pra vocês que eu sou... REsolvida... resolvida... porque eu entendo... um abuso... traz MUIto transtorno... mas também ser assexual... entender o processo... é importante...”*.

Neste momento narrativo como o fato de entender todo o processo pelo qual ela passou, se auto conhecer e se aceitar como assexual, a fez salientar de forma enfática, *“eu sou... REsolvida... resolvida... porque eu entendo...”*. S.V. finaliza sua narrativa com uma mensagem *“as pessoas precisam começar a respeitar... nesse ponto de vista... e também é essa minha mensagem... tchau”*.

Portanto, nessa análise discursiva da narrativa de S.V. é possível compreender e confirmar as palavras de Coracini (2011, p 32) quanto às memórias, ou seja, não é simplesmente escrutinar as lembranças ou recordações, mas, antes conceber a memória como *“uma forma de o sujeito se dizer e dizer o mundo”*. Encerramos a análise de S.V. com a poesia “Eu permito que me matem” (11/12/2017), de sua autoria, concedida para a composição desta dissertação:

Eu permito que me matem

Eu permito que matem meus sonhos de não ser agredida, minha honra e minha dignidade ao ser invadida e ainda deixo-os livres.

A primeira vez que meu Corpo foi invadido por uma sensação de "carinho perigo"... eu apanhei ao contar ao adulto e ainda levo a marca que grita dentro de mim:

CRIANÇA MENTIROSA!!!

No silêncio guardei, cresci e ali no porão dos sentimentos escondia o medo de dizer **NÃO!**

Não contar... Não denunciar... entre outros não...prevaleceram.

Quando apanhei quase perdendo os olhos. Depois de volta do hospital me senti culpada e pensava que **SOU EU A CULPADA** por isso acontecer!!!

Na época mulher não dava queixa na delegacia.

Mas hoje é diferente.

Hoje presencio jovens que desafia o desafeto com um tapa que a mesma considera um tapinha de nada e pensa essa foi a primeira vez... e perdoo...sem queixa...

Breve vem mais... perdoo a segunda vez...diz essa é a última vez...

Perdoo terceira vez...grita não dá mais!!!

Perdoo quarta vez... ainda não chegou ao fim...

Perdoo na quinta vez ... diz agora chegou o fim!

Eu pergunto Será?

Você diz: Não vou levar para delegacia porque acho bobeira isso.

Eu digo aqui grande Jovem mulher...Nem sempre chega ao fim... triste realidade de uma amiga, de uma mãe que empodera mulher com ou sem deficiência...

Que veste Lilás!

Pela minha experiência, queridas jovens mulheres, essa é a rota de morte concedida. Eles matam seus sonhos, te espancam fazendo você a culpada e "eles ou elas" o/a bonzinho/a.

Por favor não permita que a matem e nem busque a sua própria extinção permitindo que fique sem registro as suas tiranias de espancamentos em crianças, em jovens, em mulheres e até mesmo em homens, independente de gênero ou opção sexual.

Quando digo morte, eu digo que não permita que cada tampa mate seus sonhos e sua dignidade de ser **VOCÊ!!!** (S.V)

5.3 O discurso da mulher com deficiência visual

De acordo com a Fundação Dorina (2019), a deficiência visual é definida como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão. O nível de acuidade visual pode variar, o que determina dois grupos de deficiência⁶⁷: A “cegueira é a perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar, o que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita”. Já as pessoas com a baixa visão ou visão subnormal são caracterizadas pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção; podem ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos óticos especiais.” Em geral as pessoas com deficiência visual utilizam a bengala para maior segurança na locomoção, principalmente, em ambientes desconhecidos.

Com base na vivência da autora desta pesquisa com pessoas e mulheres com baixa visão e cegueira, é possível afirmar que o discurso da sociedade em geral sobre pessoas com deficiência visual está dentro do que já expomos anteriormente, “normalidade *versus* anormalidade” (FOUCAULT,2017), ou seja, de que essas mulheres são incapazes de terem uma vida independente, pois não conseguem realizar tarefas diárias ou mais complexas e que, por não verem com os olhos, não serão capazes de compreender o mundo em seus aspectos visuais.

A concepção do discurso clínico/médico, sobre essa deficiência, limita a compreensão e o respeito no que se refere às especificidades dos sujeitos com deficiência visual, quando na verdade, são as barreiras físicas e atitudinais, de uma sociedade não estruturada para a vida de todos os indivíduos, que causam as maiores dificuldades e impedimentos para uma vida plena.

Por outro lado, o discurso “de” pessoas com deficiência visual sobre como estruturam suas vidas, sua rotina, seus sonhos, é de sujeitos que desejam simplesmente viver como qualquer outra pessoa, com seus direitos e deveres, como cidadãos e humanos. No documentário da TV NBR (2013)⁶⁸, encontramos depoimentos de pessoas com deficiência visual em que expressam seus pensamentos e concepções de vida, bem como apresentam um apelo à sociedade para que os vejam para além da deficiência, que não sintam dó ou pena, mas que os considerem com respeito.

Quando nos atentamos às meninas e mulheres com deficiência visual e ouvimos os seus relatos de experiência social, percebemos o quão invisíveis se encontram dentro da nossa

⁶⁷Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/o-que-e-deficiencia/>. Acesso em: 11 de janeiro de 2019.

⁶⁸Documentário mostra como pessoas com deficiência visual conseguiram superar dificuldades. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-7mw9J74LFQ>. Acesso em 28 de janeiro de 2019.

sociedade, onde ainda impera fortemente o discurso da normalidade vinculado aos discursos de beleza, autoestima, sexualidade, trabalho, estudo, independência, relacionamentos e felicidade.

Entre esses discursos temos, também, os discursos machistas que colocam essas mulheres em uma situação de maior vulnerabilidade. Embora as pessoas que possuem visão dentro da normalidade considerem que essas mulheres não percebem o que acontece a sua volta pela falta de visão física, isso é um equívoco, pois elas sabem e sentem quando são desprezadas, manipuladas e excluídas. Muitas dessas mulheres vivenciam preconceitos e vários tipos de violência desde a infância e lutam por uma vida mais digna e justa, uma vida em que possam estudar, trabalhar, se divertir, com autonomia e independência.

Em Campo Grande - MS, temos o Instituto Sul-mato-grossense para Cegos Florivaldo Vargas - ISMAC, que é uma instituição de utilidade pública municipal, estadual e federal que oferece atendimento gratuito à pessoa com deficiência visual. Nessa instituição são oferecidos vários tipos de atendimentos, desde a infância até a idade adulta, com o objetivo de “garantir o desenvolvimento e autonomia da pessoa com deficiência visual ao integrá-los com a família e a sociedade”.⁶⁹

Além disso, no ISMAC há um grupo de mulheres com deficiência visual que se reúnem mensalmente para uma roda de conversa sobre temas variados de interesse das participantes, como saúde, direitos da mulher, sexualidade e trabalho. O grupo é liderado por uma das gestoras do ISMAC, Telma Nantes de Matos, ativista do movimento de pessoas com deficiência, a nível local, nacional e internacional. Telma também atua na Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB e conselhos de defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, bem como, junto aos demais conselhos de políticas públicas e de direitos humanos. Enquanto profissional, é Pedagoga e Especialista em Educação Especial. Atuou na educação infantil, na assessoria de gestão de políticas públicas para as pessoas com deficiência e na diretoria de Direitos Humanos - Secretaria de Assistência Social de Campo Grande. Portanto, é uma mulher que representa outras mulheres com deficiência visual e as inspira, por meio de sua vida, a nunca deixarem que a deficiência as impeça de alcançarem seus sonhos.

⁶⁹ Disponível: <http://www.ismac.org.br/categoria/1/quem-somos>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

5.3.1 A “voz” de M. L.

A narrativa e análise a seguir são de uma mulher com baixa visão, que chamaremos de M.L., associada do ISMAC, apoiando as atividades relacionadas às mulheres com deficiência visual e esteve associada à AMDEF/MS de 2015 a junho de 2019:

eu tenho cinquenta e dois anos :... **eu sou** massoteraPEUTA... e também acadêmica do:: primeiro semestre de serviço sociAL... eu:: *faço* parti:: de uma associação de mulheres com deficiência (daqui) de Campo Grande...a AMDEF::... tamBÉM FAço... parte do grupo Olhar de Baixa Visão...onde eu sou COORdenadora::... e tamBÉM FAço... PARte:::... da...MBMC...que é mulheres:: de todo Brasil com... deficiência visuAL e baixa visão...

M. L. inicia seu depoimento marcando estar presente no momento da enunciação com o uso do dêitico *eu* e verbos no tempo presente (MAINGUENEAU, 2001), dando o sentido de proximidade com o que está relatando sobre sua formação, estudo e atividades que lhe trazem orgulho e realização *agora*. Essas expressões presentes na materialidade do texto evidenciam um discurso atual de empoderamento feminino que se contrapõe ao discurso já cristalizado na sociedade brasileira, no entanto, em relação à deficiência visual M. L. produz um depoimento em terceira pessoa singular *ela foi*, em alguns momentos usa a primeira pessoa e depois passa a usar pronome em 1ª pessoa do plural, *nós*, conforme observamos a seguir:

a minha deficiência **ela foi**::... congênita... a minha mãe **ela teve**::... éh::... teve::... leptos... piROSE::... quando moça::... **ela teve**::... eu e minha irMÃ... e nós duas tivemos... a deficiência visual... éh::... a minha irmã... ela... enxerga mais que eu...eu não...do olho direito... eu já não enxergo Nada, cegueira,...e do olho esquerdo eu tenho perda 20/200 de visão... **consigo fazer minhas... minhas atribuições de Casa... éh::... estuDAR... enfim... fazer tudo aquilo que... que éh de::... da nossa vida... a única coisa que nós não temos éh a visão... o resto a gente tem tudo[...]**

Essas variações de pessoa e tempo verbal se constituem em um sentido de possível distanciamento do que foi relatado, ou que não lhe é prazeroso e confortável admitir, lembrar, falar, pois o “não dito” produz no sujeito memórias de tempos conflituosos. Depreendemos no “dito” um “não dito” (ORLANDI, 2010) que demonstra discursos de preconceitos, do *capacitismo* para com mulheres com deficiência, as “verdades” de que uma pessoa com deficiência visual não seria capaz de ter uma vida independente, quando M.L. confirma “*consigo fazer minhas... minhas atribuições de Casa... éh::... estuDAR... enfim... fazer tudo aquilo que... que éh de::... da nossa vida... a única coisa que nós não temos éh a visão... o resto a gente tem tudo*”.

Nessa perspectiva, há uma necessidade interior de se posicionar enquanto sujeito feminino com deficiência mas, capaz de realizar todas as atividades de um indivíduo sem deficiência, é como se essa mulher tivesse que explicar sempre à sociedade que ela pode ter uma vida plena, ou seja, é um discurso que faz parte também do seu repertório, dessa formação discursiva da deficiência.

Além disso, M.L., em vários momentos da sua narrativa, se emocionou e, por algumas vezes, chorou, ao recordar-se de algumas memórias da infância e adolescência, principalmente, memórias que fazem-na ainda hoje sentir a *menos valia*, produzindo um discurso pleno do contexto de sua história de vida que a fez sentir-se inferior aos demais.

Assim, pelos discursos de um outro, como podemos observar na narrativa a seguir, pela heterogeneidade mostrada marcada, no uso do discurso direto “*os meus primos não brincavam comigo... porque...aih:... ela vai me... derruBAR... ela vai me... machuCAR...*” e indireto “*meus primos... eles me chamavam de baLEIA... sabe... ((choro)) das coisas piores que você pode imaginar... me chamavam de (boi) de quatro olho...*” (AUTHIER-REVUZ, 1990), denotando como esses estereótipos que, revividos nessas memórias marcaram suas subjetividades, como se esses discursos — de normalidade, corporalidade, beleza — fossem, de fato, “verdades” e que, por isso, a afetaram significativamente:

a minha... convivência em família... foi:... assim... que **eu sempre fui gordinha** neh... **e...éh (...)** **eu sempre... fui deixada de Lado...éh...** pelo fato assim... que eu sempre num... num aparentava que tinha nenhuma:... éh:... enfermiDAde... então... o que que acontece?... eu fui deixada de Lado...e:... na minha própria família...sabe...éh:... como...como eu falei antes assim... por **eu ser grandona...** por eu:... não aceitar muita coisa... por eu querer... éh:... por eu querer... éh... como eu posso dizer pra você assim?... por eu achar que:... eu também tinha direito de falar... também tinha direito tinha sentimento... então... foi isso... eu... **((choro))** os meus primos não brincavam comigo... porque...aih:... **ela vai me... derruBAR... ela vai me... machuCAR...** entendeu?...e:... éh difícil... difícil pra você assim... e hoje não... hoje já:... já tô BEM... me superei... MAS... o que...o que me machucou muito...foi uma vez sabe?... que... **meus primos... eles me chamavam de baLEIA...** sabe... **((choro))** das coisas piores que você pode imaginar... **me chamavam de (boi) de quatro olho...** porque... eu usava um óculos... mais... forte... então pra mim foi... foi isso sabe... mas... eu aprendi... eu aprendi a conviver com meu sofrimento... e:... hoje eu procuro fazer... é:: com que as pessoas... resPEItem as outras... eu não admito não gosto... de ver ninguém maltratando ninguém...entendeu?... às vezes eu fico... queta no meu canto... mas é o meu jeito... eu... eu sofro calada... não fico falando pra ninguém... **((choro))... desculpa...**

Além disso, observamos que M. L. produz uma narrativa com vários marcadores conversacionais, próprios da interação face a face: “*como eu posso dizer pra você assim? (...)...entendeu? ... desculpa...*”, em que se busca uma afirmativa da interlocutora, bem como expressões do tipo: “*né...*” “*éh...*” “*aih...*” aliadas do enunciador como ferramentas para

organizar a fala, manter a interação e conectar pensamentos (PRETTI,1999; MAINGUENEAU, 2001).

Essa narrativa também se constitui por alguns enunciados em repetição, outros de forma truncada, com hesitação, evidenciando não ser uma narração confortável, visto que, traz à memória uma fase de sua vida em que se sentiu excluída da própria família que, para M.L., seria em razão da sua obesidade e não pela deficiência visual. Ademais, a hesitação presente neste caso, também, pelo fato de que M.L. demonstrou, durante o depoimento, certa preocupação e incômodo por não querer mencionar a nenhuma pessoa da família de forma que os comprometesse, por isso, decidimos não expor alguns detalhes da narrativa.

5.3.2 Da violência doméstica

A narrativa a seguir é de uma memória mais recente e que evidencia uma diferença dos outros relatos de violência analisados nesta pesquisa, no sentido de que M.L. tinha conhecimento e informações sobre a violência doméstica, visto que em 2015, período anterior ao episódio narrado, trabalhou na Casa da Mulher Brasileira, onde recebeu formação em serviço sobre a temática da violência de gênero e auxiliou várias mulheres em situação de violência no atendimento da Recepção. Desse modo, apresentamos a narrativa de M.L. sobre a violência doméstica:

em dois mil e dezesseis...eu tive um relacionamento de:: dois anos... com uma pessoa... e:: essa pessoa eu não sabia... essa pessoa era usuária de drogas... e::... **eu me lembro muito bem como se fosse hoje... é::... ele estava na minha casa... e:: ele pediu dinheiro e eu falei que eu não tinha... que eu não ia dá... essa pessoa... é:: começou me xingá... a fala que... me menosprezá... fala coisas assim pra mim... éh:: que tinha vergonha de MIM... que eu era... é:: que eu me cheirava MAL... que... que ninguém ia querê fica comigo... éh... falá que:: ele tava comigo por DÓ... falei então já que você tá assim comigo ... por DÓ... então eu te convido pra você sair da minha casa... por gentileza?... aí ele falou assim que ele não ia saí... que se ele... que eu tinha que dá dinheiro pra ele... eu falei que eu não ia dá dinheiro pra ele... **aí ele começou me agredi... começo a me fala que tinha outras mulheres melhor do que eu... que eu não era nada... que eu era um lixo... que eu... que eu... não servia... pra nada...** aí eu peguei falei pra ele... sai... eu de novo falei sai... ele falou assim... que ele não ia saí... **ele veio pra cima de mim... ele me pegou pelo pescoço... e me enforcô... eu consegui me... desvincilhá... ele me prensô na parede...** eu consegui saí eu liGUEI pra minha filha imediatamente... ele não acreditava que eu ia fazê isso...**

Nesse trecho da narrativa evidencia-se a proximidade que o episódio ainda tem na vida de M.L. pelo uso da primeira pessoa verbal, dêitico *eu*, e advérbio temporal *hoje*, “**eu me lembro muito bem como se fosse hoje...**”, e o uso do discurso indireto, evidenciando a heterogeneidade

marcada mostrada, ou seja, a *outra voz* presente na voz do enunciador. (AUTHIER-REVUZ, 1990).

M.L. revela que apesar do relacionamento de dois anos, ela não sabia que aquela pessoa era usuária de drogas, mas vê a importância de expor logo no início do depoimento, pois considera relevante para a compreensão do que vem a seguir, ou seja, o fato de aquele parceiro pedir dinheiro e pelos atos de agressão verbal e física que decorrem da negativa, “ele estava na minha casa... e:: *ele pediu dinheiro e eu falei que eu não tinha... que eu não ia dá... essa pessoa... é:: começou me xingá... a fala que... me menosprezá... fala coisas assim pra mim... éh:: que tinha vergonha de MIM... que eu era... é:: que eu me cheirava MAL... que... que ninguém ia querê fica comigo... éh... falá que:: ele tava comigo por DÓ...*”

Encontramos nesse fragmento narrativo umas das formas mais sutis de violência contra a mulher, que é a *violência psicológica*, conforme a Lei Maria da Penha (N. 11.340/2006), no Capítulo 2, art. 7º,

II – a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause **dano emocional e diminuição da autoestima** ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, **humilhação**, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, **insulto**, **chantagem**, **ridicularização**, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause **prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação**. (BRASIL, 2006, grifos nossos).

A violência psicológica é o primeiro incidente dentro do que ficou conhecido como *ciclo da violência*, “termo criado pela psicóloga norte-americana Lenore Walker em 1979 e passou a ser usado para identificar padrões abusivos em uma relação afetiva, segundo essa psicóloga, o ciclo da violência divide-se em três fases: aumento de tensão, ataque violento e a calmaria ou “lua de mel”” (Agência Patrícia Galvão, 10/12/2018)⁷⁰. As vítimas, em sua maioria, não se dão conta de que xingamentos, menosprezo, humilhação, que foi exatamente o que M.L. revelou ter sofrido, estão dentro de um dos tipos de violência e que se configura como crime.

Embora M.L. não tenha expressado em seu relato, mas, no “não dito” (ORLANDI, 2010) é possível depreender que não havia sido a primeira vez, visto que, em um relacionamento de dois anos, muitos episódios como esse podem ter acontecido, mas talvez nunca tenha chegado à violência física como ocorreu dessa vez relatada. De acordo com a defensora pública de São Paulo, Juliana Balloque, “É preciso entender que a violência física é

⁷⁰ Disponível em: agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/o-que-e-como-enfrentar-e-como-sair-do-ciclo-da-violencia/. Acesso: 04/08/2019.

só mais um traço de um contexto muito mais global de violência, que inclui a violência moral, humilhações, a violência psicológica, a restrição da autodeterminação da mulher.”⁷¹

Na sequência desta mesma narrativa, M.L. descreve em detalhes o *clímax* da violência física “*ele veio pra cima de mim... ele me pegou pelo pescoço... e me enforcô... eu consegui me... desvencilhá... ele me prensô na parede... eu consegui saí eu liGUEI pra minha filha imediatamente... ele não acreditava que eu ia fazê isso...*”. M.L. tem força física e, por isso, conseguiu se desvencilhar daquele homem, se não fosse isso, ela poderia ter sido vítima de um crime ainda mais cruel, como ocorre com muitas mulheres. No caso de M.L. sua filha pôde buscá-la rapidamente e o agressor fugiu. A partir daquele momento, foram tomadas algumas atitudes legais:

[...] aí eu liguei pra minha filha... minha filha veio... ele fugiu... ele fugiu... aí ele fugiu **ele falou assim que eu não tinha coRAgem... que eu não ia denunciá... que não ia acontecê nada com ele...** e como de fato... não acontece nada... é:: tenho duas medidas protetivas... ele:: com isso ele... invadiu minha casa... durante a noite... ele pegou algumas coisas lá da minha casa... eu não estava lá... estava na casa da minha filha... aí ele entrô... ele robô... aí ele... ele... foi emBOra... aí... QUANdo foi::... em dois mil e... eu não lembro se foi dois mil e dezessete... é... dois mil e dezessete... foi dois mil e dezessete... ele... tentou éh:: conversar coMIgo...é:: através da filha dele... só que... como diz né... quando você tem uma medida po...protetiva... se você abrir... a:: GUARda... ele te ataca... então **eu já não esperei ele atacá... eu fiz outro... outro boletim de ocorrência... fui na delegacia ...** fui muito bem atendida... é::... enfim... aí foi **MAIS uma medida protetiva**[...]

Nessa parte da narrativa, M.L. elege o discurso indireto para expor a voz do seu agressor, “*ele falou assim que eu não tinha coRAgem... que eu não ia denunciá... que não ia acontecê nada com ele...*”, temos mais uma vez a heterogeneidade mostrada marcada (AUTHIER-REVUZ, 1990), que é o discurso machista de um homem que tenta primeiro pela força física dominá-la e forçá-la a dar o dinheiro, uma tentativa de outro crime, mas, não obtendo êxito, o agressor parte para a tentativa verbal de persuadi-la a não denunciar, jogando palavras que a desencorajem e a diminuam no sentido de, pelo jogo com as palavras, minar sua autoestima e autoconfiança, mas sem sucesso. M.L. fez a denúncia na DEAM, que funciona 24 horas dentro da Casa da Mulher Brasileira e pediu a medida protetiva⁷², no entanto, como relatado, ele tentou novamente contato e foi necessário pedir outra medida protetiva, mas conforme explicitado abaixo não desistiu de procurá-la,

⁷¹ Disponível em: dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contras-as-mulheres/. Acesso: 15/02/2019.

⁷² “As medidas protetivas instituídas pela Lei Maria da Penha (Nº 11.340/06, Art. 22) são medidas de urgência das quais a vítima da violência perpetrada pode dispor, a fim de garantir sua integridade física, psíquica e patrimonial” (SILVA, 2018, p. 132).

e agora em dois mil e dezoito... é:: teve... ele me ligou através do **Messenger**... com o nome da mulher com quem ele estava... eu estava em Aracajú... ele me ameaçou... e::... que... queria... porque ele queria falar comigo... **eu NÃO quis falá... eu NÃO vou... eu NÃO quero porque::... NÓS pessoas com deficiência... é:: as pessoas Acham... que nós somos fracas... não somos fracas... nós só temos assim... o:: momento... eu falo assim que:: é:: na época foi muito so:: (...)** muito dolorido...

Assim, presentifica-se neste caso algo que ocorre em muitos casos de violência doméstica e familiar, o agressor, em sua maioria, não respeita e não acata os acordos prescritos pela medida protetiva, voltando a procurar a vítima que, muitas vezes, acaba cedendo aos apelos sentimentais de retornar o relacionamento e volta-se o ciclo da violência, até que em muitos casos, como já exposto nesta pesquisa no capítulo 1, há a culminância em crime de feminicídio.

Quando M.L. usa a primeira pessoa, dêitico *eu* no presente do momento da enunciação (MAINGUENEAU, 2001), constatamos ainda um envolvimento com essa situação, que é muito recente e de certa forma a afeta emocionalmente, “*eu NÃO quis falá... eu NÃO vou... eu NÃO quero*”. Nesse enunciado M.L. usa o advérbio de negação por três vezes consecutivas, seguidas de ações que denotam uma carga emocional, não só pela repetição mas, também, pela entonação vocal.

O sentido que depreendemos está em acordo com o que as pesquisas revelam, qual seja, a dificuldade que muitas mulheres têm em romper definitivamente com o agressor, pois há um envolvimento íntimo e, muitas vezes, essa mulher tem baixa autoestima, menos valia e considera que talvez nunca consiga outro relacionamento, principalmente, no caso de mulheres com deficiência que têm em suas subjetividades e identidades as marcas de discursos preconceituosos, *capacitistas* e machistas.

Nesse sentido, o lugar de fala de M.L. se constitui a partir de uma formação discursiva da deficiência, da luta pelo reconhecimento de suas capacidades, é também, um discurso de resistência diante dos vários discursos de “poder”, controle e opressão, “*NÓS pessoas com deficiência... é:: as pessoas Acham... que nós somos fracas... não somos fracas... nós só temos assim... o:: momento... eu falo assim que:: é:: na época foi muito so:: (...)* muito dolorido...” (FOUCAULT, 2017).

Apesar disso, M.L. luta para seguir em frente, tentando ainda reconstruir sua vida, pois foi obrigada a sair de casa, em razão do perigo que existe, pois o agressor está solto e não desistiu de procurá-la. M.L. demonstra ser uma mulher forte e determinada, que apesar dos episódios dolorosos busca o melhor modo de viver, estando engajada em associações de mulheres com deficiência. Também, é coordenadora do grupo *Olhar de Um Baixa Visão – MS*, que visa compartilhar informações sobre a “Bengala Verde”, defender os direitos da

empregabilidade e empoderamento de pessoas com deficiência visual/baixa visão. M.L. orgulha-se também, por ter criado três filhas, que têm suas vidas independentes, com trabalho e com suas próprias famílias. Portanto, pelo seu protagonismo, M.L. representa muitas mulheres com baixa visão em todo o país.

Encerrando este capítulo de Análise Discursiva constatamos de fato o que os estudos pontuaram a respeito das várias formas de violências de gênero vivenciadas por mulheres com deficiência, que em muitos casos se iniciam desde a infância, ou seja, essas mulheres encontram-se em situações de maior vulnerabilidade pela questão da deficiência, pois as fazem “parecer”, aos olhos dos agressores, que são mulheres frágeis, incapacitadas e desprovidas de força e vontade própria. É como se essas meninas e mulheres não tivessem o direito de viver uma vida como as demais pessoas e que devessem sempre silenciar-se ante as agressões e violências, é isso que lhes caberia por direito, o silêncio e a aceitação de que “merecem” ser tratadas com desprezo, desrespeito e humilhações.

Observamos assim, como os discursos do patriarcado, do machismo e capacitismo se fazem tão presentes e reais nas narrativas de vida dessas mulheres com deficiência e como a tomada de consciência por meio de informações e conhecimento acerca das formas de violência de gênero podem fazer a diferença na subjetividade de cada uma delas, transformando-as no seu interior, trazendo autoestima e, portanto, resgatando o respeito próprio e, desta forma, não sendo mais vítimas de agressores e abusadores de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa nos deparamos com o sentimento do *(in)acabado*, pois, compreendemos que ainda há muito por escrever, há muito por discutir, por analisar, por denunciar sobre a violência de gênero no âmbito da deficiência. Mas, temos um fator que nos domina, que tem *poder* sobre nós e que nos impede de prosseguir neste momento, o tempo.

Na realização desta pesquisa estabelecemos como objetivo geral, analisar os discursos de mulheres com deficiência de Campo Grande - MS, sobre violência de gênero, com o fito de buscar possibilidades de compreensão, transformação e ações para o enfrentamento e combate desse tipo de violência. A partir desse objetivo, elencamos como objetivos específicos: realizar o mapeamento das fontes existentes sobre a temática da proposta investigativa; analisar o discurso de mulheres com deficiência e os ditos e não ditos sobre a opressão, exclusão e violência de gênero; investigar quais as implicações a questão de gênero tem sobre o cotidiano de mulheres com deficiência; discutir como e por que mulheres com deficiência estão em situação de maior exclusão social e vulnerabilidade quanto à violência doméstica e familiar; problematizar o histórico, leis e decretos sobre pessoas com deficiência, com o recorte para as meninas e mulheres; compreender as necessidades específicas de mulheres com deficiência a fim de traçar metas para ações de empoderamento e combate à violência, em articulação com as instituições de atendimento à mulher em Campo Grande – MS.

E como hipóteses, sobre a violência contra mulheres com deficiência, elencamos: que essas mulheres têm concepções diferentes sobre o âmbito da violência de gênero e que, atitudes sutis de violência, advindas do gênero masculino, são mascaradas pela internalização e naturalização de discursos machistas, patriarcais e sexistas, historicamente construídos e perpetuados na sociedade brasileira. Também, nossa hipótese era de que pela falta de materiais informativos em formato acessível para mulheres com deficiência auditiva, surdas e com deficiência visual e por muitas famílias não conversarem abertamente com suas filhas com deficiência sobre sexualidade, esse grupo de mulheres, em sua maioria, encontra-se em situação de exclusão e vulnerabilidade para com a violência de gênero.

Por meio das pesquisas realizadas confirmamos, no primeiro capítulo, como as relações de poder — construídas mediante discursos do *patriarcado*, em que homens assumem uma posição de sujeito detentora de um direito opressor sobre os sujeitos femininos — legitimam atos de violência de gênero (SAFFIOTI, 2015). Nesse sentido, as “posições de sujeito” feminino e masculino (MOORE, 2000), se firmam na sociedade e para os sujeitos femininos com uma

deficiência essas posições se tornam ainda mais desiguais, tornando-as duplamente vulneráveis a enfrentarem situações de violência, conforme constatamos pelas pesquisas bibliográficas, no segundo capítulo e, principalmente, pelas análises discursivas das narrativas de vida, no quinto capítulo.

Além disso, conforme exposto no segundo capítulo, embora existam leis e decretos que garantem a proteção para as meninas e mulheres com deficiência de “toda forma de violência”, ainda não observamos efetivamente o cumprimento das mesmas, pois, em nossa investigação, não encontramos programas governamentais específicos e contínuos para o enfrentamento e combate da violência com o recorte para a deficiência; por exemplo, não constatamos a real preocupação do poder público para tornar acessível os mecanismos de denúncia e de informação para mulheres surdas.

Diante disso, após a pesquisa investigativa realizada por meio do estado da arte, em sites, jornais e revistas eletrônicas, artigos e livros, leis e decretos publicados e, principalmente, após as análises discursivas das narrativas de vida de três mulheres com deficiência, tendo como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso (AD), elencamos a seguir alguns apontamentos que servirão de norte para traçarmos metas e estratégias que contribuam para programas de enfrentamento e combate da violência de gênero contra meninas e mulheres com deficiência:

- 1- É possível afirmar que mulheres com deficiência encontram-se em uma situação de maior vulnerabilidade para a violência de gênero, desde a infância, pelos discursos do patriarcado, de normalidade, corporalidade e sexualidade construídos e cristalizados em nossa sociedade. Os fatores de risco levantados são: a invisibilidade de uma sociedade brasileira excludente, preconceituosa e machista; a falta de programas e políticas públicas para orientar as famílias de pessoas com deficiência e, principalmente, mães de meninas com deficiência, quanto as necessidades específicas, o que inclui orientações não somente quanto a tratamentos de saúde e educação, mas também, sobre sexualidade e formas de violência. Por exemplo, meninas surdas necessitam de esclarecimentos em Libras e com recursos visuais, assim como meninas com deficiência intelectual ou Transtorno do Espectro do Autismo, necessitam de um esclarecimento objetivo e pontual, com recursos visuais, sobre a diferença entre um carinho e um abuso sexual, para que possam proteger-se e contar a alguém de confiança, caso se encontrem em uma situação de violência. E todas as demais meninas e mulheres têm o direito de serem informadas, de acordo

com sua idade e no nível em que compreendam, da maneira mais clara possível sobre questões de sexualidade, gravidez, sexo e as formas de violência doméstica e familiar. Ainda nesse sentido, constatamos que a mídia em geral não tem se preocupado com as necessidades específicas das pessoas com deficiência, pois são raríssimos os programas, telejornais e propagandas informativas que estejam em formato acessível para todas as deficiências. Por exemplo, consideramos de extrema importância que as campanhas sobre o enfrentamento da violência contra a mulher, divulgadas na mídia, sejam veiculadas com os recursos de janela com intérprete de Libras e legenda escrita.

- 2- Para que o fator anterior seja efetivado pontuamos a necessidade das instituições governamentais desenvolverem projetos específicos com equipe multiprofissional para atendimento aos familiares e responsáveis de meninas com deficiência. Pois, muitas famílias enfrentam dificuldades para a compreensão da deficiência de um filho ou filha tão esperados e o processo de luto e de aceitação necessita de apoio psicológico para ser trabalhado e superado. O trabalho com as famílias é de suma importância, conforme constatamos pelas análises das narrativas das três mulheres com deficiências diferentes, o fator familiar esteve presente em todos os relatos e foram decisivos para a formação das subjetividades desses sujeitos. Nesse sentido, não só as instituições e Organizações da Sociedade Civil - OSC para pessoas com deficiência devem se preocupar com ações de trabalho familiar, mas outros setores da sociedade, como defensorias, secretarias de educação e saúde precisam criar projetos pontuais em regiões da capital de Campo Grande para o fortalecimento de uma rede de apoio multiprofissional aos familiares, responsáveis e, principalmente, para as mães de pessoas com deficiência.
- 3- Os resultados da análise oportunizam afirmar que meninas e mulheres surdas estão em situação de maior risco de serem submetidas à situações de violência sexual, física e psicológica devido aos múltiplos silenciamentos que sofrem desde o nascimento. Pelas barreiras impostas de interação verbal dentro da própria família e sociedade que não adquirem fluência na língua de sinais ou outros mecanismos de linguagem, esses sujeitos ficam à mercê de abusadores dentro do círculo familiar que as consideram presas fáceis de suas ações criminosas, como observamos na narrativa de S.V., no quinto capítulo. Quando chegam na fase da adolescência e vida adulta não recebem orientação quanto à sexualidade, violência de gênero e outros aspectos fundamentais para proteção da própria vida, devido aos escassos

mecanismos de informação e comunicação acessíveis na Língua Brasileira de Sinais, ou seja, não há propaganda televisiva, programas e jornais na mídia que tenham o recurso de janela com interpretação em Libras. Mais grave ainda é o fato de não haver um meio de comunicação acessível para que mulheres surdas e com impedimento na fala façam suas denúncias ou chamem a polícia, em caso de urgência.

- 4- A pesquisa nos levou a investigar se o “**Ligue 180**”, da Central de Atendimento à Mulher, nacional, para denúncias de violência contra a mulher, já havia realizado algum ajuste para oferecer um meio acessível para mulheres surdas realizarem suas denúncias. Apesar desse serviço estar disponível desde 2005, constatamos que a única forma de uma mulher surda ou com impedimento na fala oral poder fazer uma denúncia de forma independente é se ela tiver um aparelho telefônico para surdos, pois a central do 180 passou a disponibilizar de recurso em Libras apenas para esse aparelho.⁷³ No entanto, pela experiência com a comunidade surda, a realidade é que pessoas surdas não possuem esse aparelho fixo, devido ao alto valor e pouca funcionalidade. A pesquisadora em tela quando iniciou o trabalho na Casa da Mulher Brasileira em 2015, logo constatou a necessidade de mecanismos acessíveis para denúncia e, desde então, ao lado de mulheres com deficiência da AMDEF – MS, tem buscado mostrar e solicitar, por meio de ofícios e reuniões, às instituições governamentais, de segurança pública e de justiça que seja criado um aplicativo para pessoas surdas realizarem suas denúncias e pedirem por socorro em casos de emergência. Até o presente momento (outubro de 2019) não foi obtida nenhuma resposta efetiva sobre a instalação desse aplicativo em Campo Grande e no estado do Mato Grosso do Sul.

⁷³ No dia 7 de fevereiro de 2019, a autora desta pesquisa fez uma ligação ao Ligue 180 para obter a informação a respeito da disponibilidade de algum recurso acessível para mulheres surdas e/ou com impedimento da fala oral realizarem suas denúncias. A primeira atendente disse que não tinha conhecimento, mas que uma pessoa surda poderia pedir ajuda para uma terceira pessoa fazer a denúncia. A pesquisadora respondeu que assim como qualquer outra mulher ou pessoa, essas mulheres com deficiência também gostariam de registrar suas próprias denúncias. Então, a ligação foi transferida para três atendentes, uma delas informou sobre o recurso disponível do aparelho telefônico específico, por fim, a ligação chegou à pessoa responsável pelo setor de sugestões e reclamações. Nesse dia, a pesquisadora protocolou a sugestão para que seja criado um aplicativo para celular acessível, para envio de mensagem em Libras e escrita, do “Ligue 180”, justificando que o aparelho celular é de uso comum da maioria das pessoas com deficiência, no caso da comunidade surda, e que, portanto, seria o melhor recurso de acessibilidade para a garantia do direito à todas as mulheres, para registrarem suas denúncias ou pedirem informações. Foi informado, pela atendente, que esta foi a primeira vez que alguém registrou esse tipo de sugestão. Futuramente entraremos novamente em contato, no Ligue 180, para obter a devolutiva deste protocolo.

5- Constatamos pelas análises discursivas realizadas, no quinto capítulo, que é fundamental o trabalho para o fortalecimento da autoestima, do autocuidado, do amor próprio desde a infância para que se tornem mulheres com deficiência independentes e protagonistas de suas vidas. Por meio desta pesquisa e, principalmente, pela vivência com essas mulheres, foi possível constatar que ter uma formação escolar e profissional estão entre os fatores mais relevantes para esse empoderamento. Portanto, precisamos de ações que busquem tornar mais acessível a entrada de jovens e mulheres no ensino superior e/ou obtenham certificação de cursos profissionalizantes, bem como, programas para apoiar a entrada e permanência dessas mulheres no mercado de trabalho. Como ação diante deste levantamento, a pesquisadora em tela articulou parceria entre a Fundação Social do Trabalho - FUNSAT e a AMDEFMG/MS e, no dia 1º de agosto de 2019, foi realizada a primeira Roda de Conversa com o tema “Mulheres com Deficiência e o Mercado de Trabalho”, em parceria com a FUNSAT e presença de um Auditor Fiscal do Trabalho, em que foi oportunizado às mulheres com deficiências diferentes terem “voz” e relatarem sobre suas dificuldades para conseguir um emprego, sobre suas necessidades e direitos. Por meio desta ação, será possível manter um elo mais rápido de vagas oferecidas para mulheres com deficiência, haverá uma preocupação do auditor fiscal do trabalho com respeito as vagas oferecidas pelas empresas, no sentido de não se limitarem a serviços de salário mínimo, mas, também, com cargos que oportunizem as mulheres exercerem suas profissões com salários compatíveis. Além disso, a FUNSAT se colocou à disposição para ofertar cursos de qualificação profissional que sejam de interesse das mulheres com deficiência. Ademais, é necessário articular com o poder público e empresas mecanismos de reinserção ao mercado de trabalho de mulheres que, após acidentes ou enfermidades, se tornaram mulheres com deficiência na vida adulta, como no caso de várias mulheres que após acidentes automobilísticos ficaram tetraplégicas, paraplégicas ou tiveram um membro amputado. Portanto, quando uma mulher tem condições de sustentar sua própria vida, mesmo nos casos em que é necessário o acompanhamento de um cuidador, sua autoestima é fortalecida e, conseqüentemente, não aceitará calada uma situação de violência doméstica e familiar, desde que lhe sejam disponibilizadas as informações necessárias e os mecanismos acessíveis para denúncia e proteção, como já mencionamos, a implantação de aplicativo para denúncia e chamada de emergência com recursos de acessibilidade para todas as deficiências.

Compreendemos que essa articulação passa também pelas discussões que são promovidas em eventos, que possibilitam trazer a público essas questões fundamentais. Dessa perspectiva, é importante relatar que durante o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado, tivemos a oportunidade de participar de alguns desses eventos e rodas de conversa que são realizados com o objetivo de fomentar questões sobre a violência contra as mulheres com deficiência. Foram espaços de reflexão importantes em que mulheres com deficiência puderam falar sobre as situações vivenciadas, sendo ouvidas por representantes de instituições que se colocaram à disposição para auxiliarem com ações de enfrentamento à violência de gênero no âmbito da deficiência.

Nessas considerações finais, dizemos que ainda não é o fim, que essa pesquisa não se encerra neste momento, e nem poderia, pois ainda há muitas narrativas, muitas histórias e memórias a serem materializadas, ainda há muitas vozes silenciadas e que necessitam urgentemente de espaços discursivos para emergirem, como os discursos de meninas e mulheres com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA e de seus familiares. Por isso, preferimos afirmar que esta presente dissertação é apenas o início de um caminho para a discussão de uma problemática que se constitui invisível na sociedade brasileira, as violências sofridas por meninas e mulheres com deficiência.

Portanto, finalizamos esta pesquisa na certeza de que não é o fim, mas apenas o começo de uma proposta de análise discursiva com o objetivo de ser um gatilho à reflexão, à uma provocação positiva para a sociedade brasileira e campo-grandense no sentido de que no *não dito* dessa pesquisa *gritássemos*: “prestem atenção ao ser humano que está a sua volta, “ouçam” as VOZES das meninas e mulheres com deficiência, não as deixem na invisibilidade e no silenciamento, desconstruam seus discursos de machismo e preconceito; um dia pode ser você a precisar de uma ‘voz’!”

REFERÊNCIAS

ANGERMULLER, Johannes. **Análise de Discurso pós-estruturalista** – As vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers/Tradução e organização: Roberto LeiserBaronas, et al. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Gênero e Violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação.** Psicologia para América Latina, Revista de La Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología. São Paulo, Volume 22, p. 1 a 8, Dezembro de 2011. In: <http://psicolatina.org/14/genero.html>. Acesso em: 03/08/2017.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade(s) Enunciativa (s).** (Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi). Campinas: Cad. Est. Ling., 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a Transparência e a Opacidade: um estudo enunciativo do sentido.** (Prefácio e apresentação Marlene Teixeira). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BARROS, Diana Pessoa de. Intolerância, Preconceito e Exclusão. In: **Discurso e (des)igualdade social.** LARA, Gláucia Proença, LIMBERTI, Rita Pacheco (org.). São Paulo: Contexto, 2015.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Presidência da República. Brasília, 2015. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 06/08/2017.

BAKHTIN, Michael. **Estética da criação verbal.** (Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira.) 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Michael (VOLOCHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** (Tradução de Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira). São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

BRANDÃO, Helena Hatsue e Nagamine. **Introdução à Análise do discurso.** 3ª E. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 03/08/2017.

BRASIL. **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá

outras providências. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em 10/08/2017.

BRASIL. **Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 23 Dez. 2005. Disponível em: Acesso em 10/08/2017.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da República Federativa

BUTLHER, Judith. **Problemas de Gênero, Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução Renato Aguiar, 8ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, LosandroAntonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

CORACINI, Maria José; GHIRALDELO, Claudete Moreno (Orgs.). **Nas Malhas do Discurso: memória, imaginário e subjetividade**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ed. Ática, 2016.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975,1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes: 1999.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. Lescahiersduchemin, nº 29, 15 de janeiro de 1977, ps. 12-29. In: **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222. <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-a-vida-dos-homens-infames.pdf> Acesso: 09/08/2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. (1969). **A Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Tradução Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia – O cotidiano do professor**. (Tradução de Adriana Lopez). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações**. São Paulo: Alfa, 1995.

GREGOLIN, M. R. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O Seminário 5 – As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

LARA, Gláucia Muniz Proença. A(s) Voze(s) dos Vulneráveis: narrativas de Vida de Imigrantes e Refugiados à Luz da Análise do Discurso. In: **As Ciências da Linguagem e a(s) Voze(s) e o(s) Silenciamento (s) de Vulneráveis: Reflexão e Práxis**. BARONAS, Roberto Leiser (et.al org.). Campinas: Pontes, 2018.

MACHADO, Ida Lucia; MELO, Mônica Santos de Souza (orgs.). **Estudos Sobre Narrativas em Diferentes Materialidades Discursivas na Visão da Análise do Discurso**. [Recurso eletrônico]. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2016.

MACHADO, Isadora Vier; ELIAS, Maria Lígia G. G. Rodrigues. **Femicídio em cena: da dimensão simbólica à política**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, abril, 2018. <http://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0283.pdf>. Acesso: 20/01/2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. (Trad. De Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha). São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luíz Antônio. A Repetição na Língua Falada como Estratégia de Formulação Textual. In: KOCH, Ingedore G. Vilhaça (org.). **Gramática do Português Falado**. Vol. VI: Desenvolvimento. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2012.

MELLO, Anahí Guedes de; Mozzi, Gisele de. A favor da deficiência nos estudos interseccionais de matriz feminista. In: **Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional** / organizadores Marcus Vinicius de Freitas Rosa [et al.]. – 1. ed. – Porto Alegre: Secco Editora, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ – Editora Vozes, 2002.

MOORE, Henrietta L. Moore. **A Passion for Difference**. Essays in Anthropology and Gender Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press, 1994, pp.49-70. (Tradução: Plínio Dentzien; Revisão: Adriana Piscitelli.) In: Cadernos Pagu (14) 2000: pp.13-44.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 9ª Ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PAVEAU, Marie-Anne. Retrouver la mémoire. Parcours épistémologique et historique. (**Reencontrar a memória. Percorso epistemológico e histórico**), communication traduite en portugais au colloque SEAD II (II Seminário de Estudos em Análise do Discurso Porto Alegre). Tradução: Carlos Piovezani Filho. Porto Alegre: 30 oct.-4 nov 2005. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/simposios.html>>. Em francês: <<http://www.univparis13.fr/cenel/fiches/MarieAnnePaveau.htm>>. Acesso: 20/01/2019.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani... [et. al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p.163-252.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Tradutores Bethânia S. Mariani [et al.]. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. IN: Papel da Memória. Pierre Achard et al. Tradução: José Horta Nunes. 1ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PERLIN, Gladis; VILHALVA, Shirley. Mulher Surda: Elementos ao Empoderamento na Política Afirmativa. In: **INES | Revista Forum** | Rio de Janeiro | n. 33 | jan-jun 2016.

PRATES, Déborah. O estupro praticado contra mulheres com deficiência – particularidades. In: **Estupro: perspectiva de gênero, interseccionalidade e interdisciplinaridade**/ Silvia Pimentel (coord.), Beatriz Pereira (org.), Mônica de Melo (org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

PRETI, Dino. (org.) **Análise de Textos Oraís**. São Paulo: HUMANITAS: Publicações FFLCH/USP, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, S.S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular, 2015.

SILVA, Jaceguara Dantas da. **Ministério Público e Violência Contra a Mulher: do fator gênero ao étnico-racial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SANTOS, BÁRBARA FERREIRA. Os números da violência contra mulheres no Brasil. publicado no dia 8 de março de 2017. in: <http://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/> acesso em: 05/08/2017.

SEMU, Subsecretaria de Políticas para a Mulher. **Mapa da Violência Contra a Mulher em Campo Grande - MS**. Campo Grande: 2018.

THE INTERNATIONAL NETWORK OF WOMEN WITH DISABILITIES (“Rede Internacional de Mulheres com Deficiência”). **Relatório: Violência Contra Mulheres com Deficiência**. Arquivos ‘Barbara Faye WaxmanFiduccia’ Sobre Mulheres e Meninas com Deficiência - Centro para Estudos de Políticas sobre Mulheres. Tradução: Romeu KazumiSasaki. 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/violencia_mulheres_deficiencia.pdf . Acesso em: 03/08/2017.

URBANO, Hudnilson. Aspectos Basicamente Interacionais dos Marcadores Disursivos. In: NEVES, Maria Helena de Moura (org.). Gramática do Português Falado. Vol VII:Novos Estudos. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

WEEKS Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. (Traduções: Tomaz Tadeu da Silva). 2ª Edição. Autêntica.Belo Horizonte: 2000.

ANEXOS

Roteiro de Conversa para as mulheres com deficiência:

- 1- Por favor, poderia nos dizer o seu nome, idade, profissão e sua atual ocupação?
- 2- Poderia nos dizer qual a sua deficiência, se é congênita ou adquirida?
- 3- Como foi sua infância? Poderia nos contar um pouco sobre sua convivência em família?
- 4- Você se recorda de momentos em que sentiu muito medo? Poderia nos relatar?
- 5- Você se lembra de ter sido menosprezada, excluída, rejeitada ou constrangida? Você se recorda de ter sofrido preconceito?
- 6- Poderia nos relatar em que situações e/ou locais isso aconteceu?
- 7- Conseguiria nos dizer se esses sentimentos foram gerados em grande parte por pessoas da família, conhecidas ou desconhecidas?
- 8- Você já esteve em alguma situação de violência doméstica e familiar? Poderia nos relatar?
- 9- Já esteve em situação ou já sofreu algum tipo de violência por pessoas desconhecidas?
- 10- Quando esteve nessas situações você tinha consciência de que estava sofrendo violência?
- 11- Na época em que passou por essas situações, você contou a alguma pessoa? Chamou a polícia ou denunciou na delegacia da mulher? Por quê?
- 12- Por que você acha que meninas e mulheres com deficiência são vítimas de violência?
- 13- O que você acha que seria necessário para combater e enfrentar a violência de gênero contra meninas e mulheres com deficiência?
- 14- Você conhece e sabe o que significa a palavra EMPODERAMENTO?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos a Sra para participar, voluntariamente, da Pesquisa **“Memórias de Mulheres com Deficiência: uma análise discursiva sobre a violência de gênero”**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Flávia Pieretti Cardoso**, a qual pretende analisar os discursos de mulheres com deficiência de Campo Grande - MS, sobre violência de gênero, com o intuito de buscar possibilidades de compreensão, transformação e ações para o enfrentamento e combate desse tipo de violência.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de **um roteiro de conversa (quando necessário, e for permitido pela senhora, faremos uma gravação em áudio e vídeo)**. Se a Sra. aceitar participar contribuirá para que o objetivo principal da pesquisa seja alcançado, qual seja, buscar possibilidades efetivas de combate e enfrentamento da violência de gênero contra meninas e mulheres com deficiência.

Essa pesquisa não apresenta riscos físicos, por se tratar de coleta de dados por meio de entrevista e conversa espontânea, no entanto, pode ser que eventualmente a Sra. se sinta emocionalmente afetada por recordar de situações que trouxeram sofrimento e/ou lhe causaram algum tipo de trauma ou sequelas emocionais e físicas. Como benefício da pesquisa você poderá refletir sobre seu papel enquanto protagonista da sua história de vida, compreendendo sua importância enquanto sujeito de um processo histórico que envolve as questões referentes a violência contra mulher. Mesmo assim, a qualquer momento a senhora poderá deixar a pesquisa, se assim quiser, sem qualquer prejuízo.

Se depois de consentir sua participação na pesquisa, a Sra desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo sem prejuízo à sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo.

Eu, _____, fui informada e aceito participar da pesquisa **“Mémorias de Mulheres com Deficiência: uma análise discursiva sobre a violência de gênero”**, em que a pesquisadora Flávia Pieretti Cardoso me explicou como será toda a pesquisa de forma clara e objetiva.

Este termo será feito em duas vias, uma ficará comigo (pesquisador) e outra com a senhora (participante da pesquisa).

Campo Grande, _____ de 2018.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante da Pesquisa

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO*

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	E come/ e reinicia
Entonação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ... o dinheiro
Silabação	—	Por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma...retenção (tossiu))
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar essa notação – demanda de moeda por motivot
Desvio temático		A. na [] casa da sua irmã
Superposição, simultaneidade de vozes	[] ligando as [] linhas	B. [] sexta-feira?
		A. fizeram [] lá
		B. [] cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ “	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós”...

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc);
2. Fáticos: *ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por está: ta? você está brava?);
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso;
5. Não se anota o *cadenciamento* da frase.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::... (*alongamento e pausa*).
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*.

*Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP no. 338 EF e 331 D2. PRETI D. (org) O discurso oral culto 2ª. ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999 – (Projetos Paralelos. V.2) 224p

DEPOIMENTO 1

- Transcrição da narrativa oral (por meio de roteiro de conversa direcionado, a pedido da entrevistada, realizada no dia 19 de julho de 2018, às 18h, na residência da mesma)

eu me chamo M. B. H. T.... tenho cinquenta e quatro anos... sou casada pela segunda vez... não tenho filhos... nem com o primeiro... nem com o segundo marido... tenho duas enteadas e dois netos... de coração

Então... minha deficiência ela é uma doença congênita... uma síndrome... conhecida como os ossos de cristal ou ossos de vidro...e::... falta de colágeno né nos ossos... o que causam as fraturas... múltiplas fraturas... a minha é nível três... é::... nasCI com quatro fraturas JÁ na barriga da minha mãe... e::: e ao longo do tempo... eu fui fraturando né me machucando... caindo... não obedecia muito né então era muito arTEIra... queria brinCAR e não podia... e aí eu fui me machucando bastante... e fiz tratamento em São Paulo... no Hospital das Clínicas... e::: passei por muitas cirurgias... para correção de... ossos dos ossos né... mas assim... quando a gente fratura... aí vai deformando...então a gente vai ficando...não volta ao que era antes... de fraturar... então tem... eu já tô com oitenta e duas fraturas né? no currículo... digamos assim... e::: e tem que tomar muito cuidado com quem me empURra... com quem me (empurra) a cadeira de roda não pode [...] não posso andar a caVALo... não posso saltar de paraQUEdas... não posso andar de baLÃO... não posso... fazer nada radical demais por causa das...das pé é perigoso fraturar e quanto mais... mais acontece... a gente fica pior né... porque o a::: a CURa do osso... vamos dizer assim... demora MUIto muito... sete oito nove meses... muito complicado... faz muito tempo que eu não fraturado nada... mas eu tomo muito cuidado comigo... agora.

é... nós somos em três filhos... eu sou a caÇUla... minha mãe ficou viúva muito cedo... nós tivemos que ir morar com nossos avós... e eles deram todo o::: suporte... pra ela pra nós três... em termos de estudo... de educação... de... alimentaÇÃO... tudo que::: a gente precisou eles nos deram... é::...a minha... a minha infância foi dentro de um hospital... minha infância TODa foi dentro de hospital... e quando eu não tava no hospital... é::: eu tava engessada em Casa... e aí eu comecei a estudar... fui alfabetizada por uma PRIma depois por uma TIA... e aí eu... com onze anos de iDAde que eu comecei a frequentar o colégio... porque::: lá em São PAulo... como eu falei... os médicos me deram até os quinze anos de idade pra [...] de vida... enTÃO... não tinham mais o que fazer por mim... trataMENto... nada... então eu vim pra Casa... minha mãe me matriculou... num colégio aqui em Campo Grande... eu estudei com uma freira... porque o Colégio não tinha::: acessibiliDAde na época... e::: eu era criança também... a gente não liga muito pra essas coisas né de direitos... e aí eu fui[...] eu fiz o primeiro segundo terceiro e quarto ano com ela dentro dos aposentos dessa... dessa freira... eu aprendi muito com ela... muito... muito mesmo... em todos os sentidos... e::: às vezes meu tio me leVAva... às vezes meu tio me busCAva... a gente voltava de TÁxi... foram três anos assim... aí depois... isso eu já tinha onze doze treze... eu já tinha quase catorze anos... aí entrei... é::: no ginásio né? antigamente falava assim... mas a infância... eu brinquei muito com a minha irMÃ... a gente brincava muito de boNEca... e tudo... mas assim... eu não podia apanHAR... eu era muito arteira... mas não podia apanhar né? e abusava um pouco disso ((tom de riso)) porque criança é danada né? E::: a gente brincava muito com os primos também... brincava...eles iam todo domingo em Casa... a gente brincava muito... era reunião de família todo domingo... eu não me LEMbro de ter passado assim... fora a cirurgias e internaÇÕES... era muito sofrimenTo... muitos muitos períodos de... de permaNÊncia né de imobiliDAde... é::: eu fiquei engessada... sem poder sentar sete MEses... e... inclusive aconteceu um fato no... no hospiTAL... só que eu não lembro onde foi... mas o::: o enfermeiro ele::: ele se aproveitou dessa situação... ele tava me engesSANdo... e ele passava a

mão na minhas partes íntimas [isso eu lembro] mas você é criança né... você não sabe a dimensão... não enTENde a dimensão daquilo... (**você chegou a contar para alguém na época?**) não... não porque... assim... criança... na época... não que minha mãe... minha mãe me protegia por causa do... de eu não poder me machucar... mas a minha mãe ela foi... é uma pessoa... que me fez ser o que sou hoje... ela não me esconDEU... ela não me... não me impediu de fazer as coisas... ela:: me colocava no chão para enceRAR... porque eu não podia fazer exercício... não podia fazer fisioterapia... enTÃO... é:: foi o MOdo que ela:: que ela viu... que ela entendeu que poderia me ajudar... e:: naquele tempo não tinha o que a gente tem hoje essa informação... que qualquer pessoa ‘dá um Google’ e fique sabendo mesmo que seja errado... mas naquela época ela só contou com a sabedoria dela... com a ajuda de Deus e orientação... não sei se ela teve orientação de alguém... não sei... mas foi assim... e:: a gente brincava muito... e::: é:::... a infância foi...eu não me lembro de ter... de ter sofrido algum tipo de preconCElto... de... eu não me lembro

olha... na infância... não:: me lembro... de ter sentido medo... eu sentia raiva... sentia raiva de estar lá... sentia raiva de não poder [...]((emoção, lágrima)) sentia raiva de não poder brincar do jeito que as outras crianças brincavam entendeu?... mas eu nunca questioneei Deus por quê eu... por quê não outra pessoa... mas eu sentia RAIva daquela situação... sentia RAIva... eu era muito revoltada

então... adolescência é um caso sério né? porque a gente é::: [..] ((emoção, lágrima)), desculpe... a gente:: é... começa a entender certas coisas que na infância a gente não entende... então você... você vai na esCOLa... eu estudava à noite... e:: trabalhava durante o dia e estudava à noite... e aí... você começa a entender porque que os rapazes não olham pra você... porquê que:: porquê que você é que você é rejeitada pelos meninos... até que começa a sentir umas coisas no corpo que você não enTENde... e:: eu não tinha assim muito diálogo com minha mãe sobre isso... ela cuidava da parte:: física mesmo né... de me educar... de me dar uma educação e tudo mais... não tive uma orientação sexuAL... ou... ou... dizer como que ERA... o que que era... ela sempre falava pra mim que eu iria encontrar minha tampa da panela... ela sempre falava isso pra mim... porque eu reclamava... com ela... porque eu não saÍA de casa... ficava em casa NÉ... e as pessoas ao meu redor saíam... e não me leVAvam... pra sair à NOItE né... e aí eu comecei a estudar... e uma série de coisas... de sentimentos... aí eu conheci um amigo... o nome dele era Rubens... bem doido mesmo ((contentamento)) e ele me levava... ele me levou a todos os lugares... a gente saía... matava aula... a gente saía a PÉ... ninguém tinha CARro... todo mundo era meio... DUro de grana né... e aí a gente saía né... e a gente voltava antes do último ônibus... ele me deixava na minha casa... que era perto... aí ele me levava pra bar... me levou pra... boate me levou... me levou pra... aQUEla turma... mas namorar... namorar mesmo... ninguém queria

várias vezes... justamente por isso que eu falei... porque... cai a sua ficha... vamos dizer assim... da condição que você TEM... que você é diferente... das outras pessoas... então eu era muito revoltada... eu era muito braba... eu não admitia... sabe... me olhava torto eu falava “tá olhando o quê?”... não sei o quê... eu era muito brava... muito brava... muito petulante... dei muito trabalho nesse sentido pra minha mãe né... respondona... porque eu não aceitava realmente... não aceitava... porque que as outras pessoas podia e eu não podia... e porque as pessoas me olhavam de um jeito diferente se eu não me sentia diferente?... eu não me sentia... porque eu podia... eu só não andava e eu não via... não via problema nisso... eu não VEjo (intensidade da voz) problema nisso... é difícil? é difícil... mas a gente tem sentiMENto... nós temos fome... sede... frio... medo... como qualquer outra pessoa... até um animal sente assim né... então[...]

é... principalmente no colégio... foi muito difícil no colégio... todo mundo gostava muito de

mim... da minha amizade... do meu jeito... tudo... mas namoRAR... apresentar para faMÍlia né [...] não... então... esse desprezo. Agora no trabalho... sempre comecei a trabalhar muito cedo... nunca... nunca tive [...] pelo menos [...] teve uma Época... no final... que eu até saí do lugar onde eu tava... aí eu fui pra outro lugar... que eu tive que sair... porque... ficou impossível de trabalhar lá por uma série de razões... aí eu fui pra um outro setor... num outro lugar... em outro PRÉdio... mas é assim...na verdade é um leão por dia que a gente mata né porque... você sente os olhares em cima de você... você sente... até hoje as pessoas... olham pra você... diferente.

[...] não... porque meu pai morreu cedo né... como eu falei... e a gente foi acolhido na casa dos nossos avós... meu avô adaptou a casa inteira... quase toda ela... no que ele pôde fazer pra eu poder ter a AUtonomia né... de liberdade... eu tinha meu próprio QUARto... o banheiro foi TTodo arrumado pra eu usar sozinha... porque como eu disse... até os onze doze anos era minha mãe que me cuidava... e depois eu andava no carrinho de neném... e aí depois ela,... compraram uma cadeira de rodas e tal... e foi... e aí a independência foi surgindo... então ele foi adaptando a casa... eu não [...] eu tive muito amor da minha família... tive mesmo... LÓgico que existem algumas situações... pontuais... que te chateiam... te magoam... mas acho que qualquer família acontece isso... penso.

Então... no coLÉgio... eu conheci um rapaz... e ele era muito... assim... muito bonito... e como a gente é carente... que a gente é adolescente... um pouco mais madura também... a gente vai se apaixonando... pelas pessoas e geralmente a gente se apaixona pelas pessoas erradas né... e aí nós fomos ... e... resumindo assim nós fomos em um luGAR com mais duas amigas que também tinham deficiência... eu já dirigia... eu já tinha um carro... e aí nesse local... ele::... ele tentou ter relação comigo... e aí quando eu vi que o negócio ia... não era aquilo... eu não imagiNAva que fosse daquele jeito... e aí eu disse “não”... e ele disse “aproveita porque vai ser só essa vez na sua vida” e ele forçou uma relação né... eu não sei... eu ensanguenTEI... porque foi a primeira vezVEZ... doeu muito... (**quantos anos você tinha?**) eu não me lembro... e aí vem a segunda parte da história... eu não contei pra ninguém... eu fui pra casa... eu joguei fora aquelas roupas... não contei pra ninguém... e aquilo morreu... porque eu não sabia que eu tinha sido violentada... eu não sabia que AQUILO... era uma violência ... sexual... eu só fui saber... tem uns quatro anos... três anos... por incrível que pareça... então é... eu acho que eu fui poupada... porque isso não me traumatizou... porque eu não sabia... aí no outro dia no Colégio a mesma coisa... na outra noite no colégio ele passou por mim como se NADA tivesse acontecido... fiquei chateada lógico... fiquei triste... porque eu queria namorar ele... não queria que... fiquei chateada pela atitude dele... que ele me usou e jogou fora... mas não pela situação em si... é estranho né ? mas é verdade...

eu... eu penso que... como aconteceu comigo... falta de informação?... falta de orientação?... por parte da família... da mãe... do pai... ou de quem cuida... e porque:: a mulher... a menina ela é vulnerável... por exemplo... no caso desse rapaz... como é que eu ia enfrentar ele? ele tinha um metro e oitenta... então se uma mulher que anda... dita normal... ela é abuSAda... imagina uma mulher e uma criança com deficiência... uma menina... então as pessoas acham que a gente nunca mais vai ter oportuniDAde... que a gente tá peDINdo por isso... já ouvi... né? “Ah...você tá pedindo... você quer... você tá se expondo... você...”né?... eu acho que tudo é falta de informação... é:: por parte da família... por... por... pela ignorância né? e pelo machismo... principalmente o machismo...

assim... eu acho que o::... a gente tem que ser franco nas coisas né? não é fácil você... esperar um filho... preparar nove meses e ele nascer com alguma deficiência... não é fácil... porque ser deficien [...] ter uma deficiência... PRINcipalmente no Brasil... é duro pra caramba... porque

nossos direitos são violados todos os dias... então eu acho que tem... que teria que ter uma rede de apoio pra essa família... uma rede de psicólogos... terapeutas... uma rede... mas uma rede que funcionasse... de verdade... de amor... de... companheirismo... de ter... uma REde em volta dessa família para que ela possa... TANTo é:: aceiTARaquele moMENto... quanto ela receber um apoio psicológico... material... seja o que for... e tambÉM de orientação de como lidar com aquela situação... porque a partir do momento... minha mãe por exemplo... não sabia nada... ela agiu com intuição... e eu me considero... uma exceção... porque eu VEjo algumas pessoas em geral com deficiência... que não conhecem seus direitos... que não sabem que podem brigar por eles... porque... “ah mais...é assim mesmo”... não... não é assim mesmo... a gente não pode aceitar... né? então assim... as pes... a gente tem que faLAR... como se diz... a gente tem que falar sobre isso... nós temos que mostrar às pessoas que a gente existe... nós temos que mosTRAR que nós temos direitos... e que temos direito de estar onde a gente quer estar... e aí vai... eu acho que vai abrindo a cabeça das pessoas... vai abrindo o coração das pessoas... abrindo... mostrando que o diferente... pra você... pode ser diferente pra mim... você pode ser uma coisa diferente pra mim... mas você não se acha diferente... porque cada um tem a sua particularidade... e::... e a faMÍlia... ela é de suma importância no:: pro empoderamento daquela criança... pra depois ela se tornar uma adulta... pra depois ela poder transformar seu mundo e transformar o mundo onde ela vive

então... o empoderamento é uma palavra que tá na moda né... o feminismo tá na moda... e as pessoas tem umas ideias erradas do que seria o feminismo... o feminismo nada mais é... ser feminista é você querer ter direitos iguais... é:: independente do seu gênero... independente do seu SEXo... independente do que você QUER... ou do que você É... então a partir do momento... tem até uma propaganda na televisão que “tudo começa pelo respeito”... então se eu respeito voCÊ... do jeito que você É... eu estou aceitando a sua maneira de ser... mas eu também estou te dando condições de você viver a maneira que você quer viver... e você ter um empoderamento é você não deixar que ninguém te roube a sua vida... roube as suas ideias... seus sonhos... você tem que é:: luTAR por ele... porque a sociedade não te permite estar ali... então... você tem que é:: se APOderar dos seus direitos... e se EMpoderar daquilo que os seus direitos podem te trazer de bom [...]não sei[...] se ser feminista é ser assim... então eu sou feminista mesmo e assumo que sou feminista MESmo... e:: as pessoas elas... elas... tem que entender... que... definitivamente... nós somos mais de seis bilhões de pessoas no MUNdo... eu acho... e nenhum rosto é igual a outro não ser os gêmeos... então se 6 bilhões de pessoas... tirando algumas exceções... são diferentes... por que que a pessoa que anda numa cadeira de roda... ou que tem um autismo... ou que é homossexuAL... ou que é um travesTI... ou que... fuGIU daquele padrão que as pessoas colocaram que é norMAL... ela não pode estar lá onde ela quer estar?... então se ninguém me desrespeitar... vou respeitar a pessoa... independentemente se ela for negra... branca... parda... agora a partir do momento que qualquer pessoa me desrespeitar... ela pode ser preta... branca... parda... anã... ela tá me desrespeitando... e... o empoderamento ele vem muito também de dentro pra fora... pelo menos foi assim comigo.

DEPOIMENTO 2

- Transcrição da narrativa oral (por meio de roteiro de conversa direcionado, a pedido da entrevistada, realizada no dia 19 de julho de 2018, às 18h, na residência da mesma)

eu sou S. V. ... eu tenho cinquenta e quatro anos... e::... a história que eu vou contar::... você também pode acompanhar... está no meu livro... inicial... esta história inicial... está no meu livro “Despertar do silêncio”... eu::... gostaria de dizer que eu dedico à família... aonde nós todos nós

lá dos surdos... aproximadamente dez surdos... fora os surdos que casam com surdos... e... língua de sinais... não era conhecida como libras... era conhecida como língua de siNAIS... mais assim gesto... linguagem... sinais caseiros... então... eu sou realmente... eu venho... e peço às famílias... que elas... LUtem... para o melhor... o que que é o melhor?... é::... uma escola de surdo... uma escola bilíngue... uma escola onde a língua de sinais é uma língua natural... enTÃO... vindo... DEsse processo... um outro... uma outra questão também... que... me a fase... infantIL... como muitos (se agradaram) tenho ótimos res... resposta de (experiência)... e também... essa organização... de... com os familiares... só que tem alguns detalhes... que HOje... indo pra aldeia... eu aPRENdo... que não era tão comum... MAS... dentro da família... o que aconteceu?... eu:: tinha UMA irmã... então essa uma irmã ouVINte... então essa irmã ouvinte ela tava o TEMpo todo comigo... ela era responsável por passar TUdo o que falava::... ela era responsável para mim ficar expliCANdo... detalhes... como que era organizado... o:: que que as pessoas TAVam comentANdo... o que que não TAVam comentANdo... maioria das coisas eu não sabia... então ela SEMpre ficava... então... ne:: nessa fase... eu:: num SEI expliCAR... se eu sentia isolada... ou se eu não sentia isolada... porque eu TINha essa pessoa... então... dificilmente... então... então era como se fosse uma intérprete (dentro da sua residência)... vinte e quatro horas... dentro... da... minha aprendizagem também... eu:: a minha família... é::... como ela já tem a experiência de TER filho na família... SEMpre:: tivemos professores particulares... então nossa aprendizagem primeiro... não se iniciou dentro da sala de aula NÃO... ensino dentro de CAsa... então a gente aprende o nome das COIsas... a gente... Fica... MUItO tempo... até... até... quando eu LEIO... literatura surda... quando eu leio... hisTÓria de SURdo... a história de uma pessoa surda... eu lembro... que há VÁrios surdos... ele passa no mínimo dezoito anos com um professor... um monge... um padre alí... e ele... esse é o responsável... mas no meu caso não cheguei a:: esse tempo aí... esse dezoito ano eu digo que eu cheguei com a minha irmã... MAS o outro lado de aprendizagem foi uns três... três ou quatro anos... até:: mais ou menos assim... uma fase de::... quatro... cinco... seis anos... depois com sete anos... aí eu fui pra esCOla... eu tive... não sei se é SORte... ou o quê?... MENina... ela também me acompanhou na escola... então ao mesmo tempo... que ela estava alí... eu era a grande (copista)... então... eu vou dizer assim... que um lado... que eu lembro... que foi... muito agradável... eu sempre gostei de ser atleta... fui ciclista::... enfim... mas e aí?... você tem uma coisa que você GUARda... mas o que eu guardei?... o que eu guardei foi... o que aconteceu?... por que aconteceu?... por que eu não entendi o que aconteceu?... então nesse meio... dessa grande felicidade... existiu também... uma barreira... essa barreira... eu coloco como barreira... porque eu não entendia a situação... então... nesse dia... que eu me recordo... eu tive um tio... e esse tio... ele:: pediu... pra todas as crianças ir fazer alGUma coisa... ou IR no::... bulicho... da época... falava bulicho... ou... fazer outra... fazer alguma coisa FOra... no quintal... menos ficá dentro de casa... e daí... o que que acontecia?... sempre que possível... primeiro... aconteCIA... que você TINha que ficar com um homem sozinho... ou seja... eu não entendia o que que era... eu não consigo lemBRAR... se eu tinha seis ou sete anos... não consigo lembrar... mas é:: nessa fase... não é um... PROcesso... num foi assim... de imediato... quer dizer... aconteceu que ficou no primeiro dia sozinho... aí... esse homem de novo... não sabe da onde que ele apareceu... não sabe da onde ele é... você sabe que ele é teu TIO... HOje eu sei que ele não era tio (direto)... ele era irMÃO da vó... aí quando foi no priMEIro... tentativa do quê?... de tirar a roupa... mas tirar a roupa pra QUÊ?... pra quê (apoio)... então... era assim... ELE tirava a roupa dele... mas ele não tirava a MIInha roupa...

então foi uma... então foi assim uma questão de você... entenDER o processo que alguém tira a roupa... e daí?... eu estava na terceira vez... na terCEIra vez... que aconteceu... eu cheguei e falei pra minha vó... vó... aconteceu:: isso... expliquei o que aconteceu... aí eu::... eu pensei assim... agora ela vai explicar o que vai acontecer... eu apanhei... eu apanhei TANto... eu apanhei... TANto... eu não entendi porque eu apanhei... aí depois que eu apanhei TUdo... aí parou... e falou assim... “num pode mentí... é MUIto feio mentir”... mas eu não TAva mentino... e isso ficô... ficô guardado... porque todas as verdade... você vai apaNHÁ... então você não fala nada... você fica... quieta... e aí foi:: que isso... eu guardei... claro... que a última tentativa... FOI realmente... você VAI ter que tirar a roupa... você vai ter que GOStar... você vai ter que pegar em mim... então... isso... eu não queria pegar em ninguém... mas eu TINha... era forçada pegar nele... QUANdo isso... ãh::... eu vi que não tava dando mais certo... eu comecei a fugir... fugir... fugi... dessa situação... a partir desse momento... eu fui cresCENdo... não pode... falar a verdade... falar a verdade vai apaNHÁ... então você vai começar esconder... você esconde isso de você... você esconde... começa se::... a ficar retraída... então... o que que é mais fácil?... dormir de dia... acordar à noite... então... ficar acordada à noite e dormir de dia... eu trocava todo o::... para realmente uma questão de defesa... depois disso?... depois DISSo... aí começa os PRIMos... aí vem a segunda estapa... você tá com dez... doze anos... o que que acontece?... você::... tá dormindo... seu:: tem uma mão alí... embaixo de você... te::... pegando... aí você assusta... como vai resolver uma situação de falar outra verdade?... aí você começa com... ou você conSENte... ou você aPANha... então... eu tenho mui... essas duas PARte eu acho assim... que foi MUIto complicado... e pra frente?... pra FRENte... eu tive bastante dificuldade de relacionaMENTo... tive VÁrios... questões... a ser exposta... porque como que você vai expliCAR... que você mentiu... e::... depois... nos quinze... dezesseis anos... eu já fui... entendendo melhor e... todas as situações... eu já estava... estuDANdo MAis... já focando... eu fui PERceber... perceber que eu mesmo... não conseguia entender como... tudo aconteceu... eu... eu não tinha... nenhum exemplo... o que era SIMples pras pessoas... que até criança ouve... eu:: eu não tinha esse entendimento... porque realmente... eu sou surda... eu tinha POUCas explicações... eu tinha explicações eXAtas... mas o que POde... o que não POde... essa eu não tinha... aí eu... já com dezesseis dezessete dezoito anos já... muito assim... compliCAdo... eu pensar em tudo... eu me enfiei no esporte... então eu no esporte que eu me (identificava)... eu assim... não tinha dinheiro pro passe... eu saia da Tamandaré... até a... UCE... mais ou menos assim... HORas andando... pra mim era tudo... ficar andando... correndo... isso era a melhor coisa que eu acho assim... (por)bons anos... e nisso... um dia eu... comecei a (definir) a vida... eu casei... casei... mas... como fugitiva também... porque eu não queria mais viver naquele lugar... só que... no fundo no fundo... eu casei pra fugir... fugir de casa... casada... só que eu não gostei do casamento... eu fiquei trinta dia casada... porque é MUIto difícil... tá numa relaÇÃO... e você vomitando... mas por que você vomita?... ele (não sabe)... por que vomita?... por quê que acontece?... então realmente... esse processo de você... fazer uma coisa e vomitar... eu... também não entendia porquê... passando pra frente... eu fui... trabalhar... foi que eu cheguei e vi que nesse tempo todo ninguém me ofereceu... não apareceu ninguém da família... porque realmente eu fiquei bastante... isolada... mas não porque a família me isolava... NÃO... eu me isolei... então a partir do momento... que eu cheguei e falei... pra minha mãe:: conversei... o que tinha acontecido... aí ela perguntou pra mim... eu já tava com dezoito anos dezenove... aí eu... ela falou assim pra mim... mas por que você não me contou antes?... eu falei que eu TINha contado...

mas... ninguém acreditou... e que eu ta... e ela falou assim... então... eu queria falar pra você que teu tio... é:: realmente... fez a MESma COIsa com a tua prima... com a filha dele... então... você guardou... MAis de quinze ano uma coisa dentro de ti... então nesse guardar... aí... precisou aconteCER com a própria filha dele... achei um pouco... mas também... eu... passei pro segundo passo... fui fazer terapia... eu... faço terapia... eu tô ainda trabalhando... é muito lento... (**vou dar um tempinho**)... então... passando... eu fiz mais de vinte e cinco ano de terapia... até hoje fazendo terapia mas é isso mesmo... eu:: também tive uma psicóloga surda... MARavilhosa... e ela:: depois de quatro anos... ela disse “S. ... você precisa... num é DESse tipo de terapia que eu tô fazendo... você precisa de uma ou:: de uma avaliaÇÃÃO... pra você descobrir quem é você... tem algumas coisas que uma... terapia... ela não funciona pra você nesse caso... porque você já passou dessa etapa... você já contou::... você já... tentou::... destruir... reconstruir... você já passou dessa etapa... mas você tem que descobrir uma outra coisa”... bom... aí eu pensei... os nomes que estavam guardados já saíram pra fora... mas... o que... o que que tá faltando pra mim?... e aí eu fui pra um terapeuta bilíngue... eu entrei no consultório... ele só sinalizava... ouvinte... sinalizava sinalizava... fez todas as minhas avaliações... é:: paPEL... mais os material... tudo... na língua de sinais... eu falei (assim)... falei nossa... parece igual pra igual... depois... terminei a avaliação... a minha terapeuta surda tamBÉM sinalizava... mas só que quando eu fui fazer a avaliação... se eu tava legal... o que que eu tinha... aí quando ele foi me responder... ele disse “S. ... você é assexual”... eu... o que que é isso?... assexual? Ele falou “é:: então S. ... você não tem necessidade do homem... você não tem... você é uma mulher... é que nem Anjo”... eu falava... brincou... como que nem anjo?... então porque de repente você passa um MONte de coisa na tua cabeça... você passa um aBUso familiar... você passa um aBUso com tio... primo... esse tio também abusa da filha... você... aquela onda toda... você resolve fugir de casa pra casar e não pelo prazer sexual... então... daí eu falei peraí... ele falou assim... “então... não é... tudo o que você já passou você solucionou com... com o psicólogo já... agora você precisa se autodescobrir... uma mulher assexual... ela não... ela simplesmente vai ignorar o sexo... ela NÃO é porque ela foi abusada”... aí eu comecei a melhorar também porque aí eu pensei... quer dizer... eu não gosto do sexo porque eu fui abusada?... NÃO... uma mulher assexual... se ela descobre que ela é assexual ela vai entender... que o sexo não é primordial pra ela... então... é interessante... eu... fui acabar descobrindo... um outro grupo de assexuais... que tão bem... felizes... sem SExo... a gente não é obrigado a fazer o sexo... aí foi... em conta que eu... então por isso que eu vomitava... não era só o nojo... então eu... deixei tô deixando esse recado de... cheguei... falei com a minha mãe... falei mãe eu sou assexual... ela falou assim... mas não é::... noviDAde... nós temos VÁrios assexuais na família... então quer dizer... foi cada descoberta... uma resposta... hoje eu posso até dizer pra vocês que eu sou... REsolvida... resolvida... porque eu entendo... um abuso... traz MUIto transtorno... mas também ser assexual... entender o processo... é importante... por que o que as pessoas... abusam da gente?... falam assim a::... você FINge... fingiMENto que você não quer... “ah... ninguém te pegou direitinho”... ninguém precisa pegar uma assexual direitinho... as pessoas precisam começar a respeitar... nesse ponto de vista... e também é essa minha mensagem... tchau

eu gostaria só que você... é... pudesse... se você quiser falar S. ... ãh::... o que que você... **PEN**sa que poderia... ser diferente... éh::... por exemplo naquela situação... do tio... né?... o que que talvez seria diferente... se você... tivesse mais **informaÇÕES**... se de repente [eu tinha informação] a sua **família** [Tinha... porque eu tinha (minha irmã)] **mas... sobre o assunto... é diferente...** [mas Tinha... tinha... eu não conseguia entender quando passava no meu corpo] **isso... isso... você não entendia... o que poderia ter feito você entender?... o que que poderia?... porque hoje muitas meninas também... sofrem... anos anos anos porque não entendem o que tá acontecendo** [então... eu... eu... então me explica melhor] **exemplo... éh:: tem muitos relatos né?... estou pesquisando... é:: de meninas... também da idade mais ou menos... seis sete... dez... né?... que tios... ou primos... ou amigos da família... acontece também... de... é... que começa... igual você... começa às vezes com carinho... uma amizade... e aí aos poucos vai... é... mudando né?... é::... a questão de tirar a **ROUpa**... e a questão da manipulação já é:: dos **órgãos**... né?... entendeu?... é:: e às vezes... aquela criança... ela não entende... essa diferença... ela sabe (...) ela sente que alguma coisa... tá estranho... mas... ela não consegue entender assim a diferença... de... de um carinho... da amizade... e se transforma num abuso sexual... **enTÃO**... o que talvez poderia... mudar isso?... o que a gente poderia fazer pensando... pra ajudar... talvez... você pensa talvez... é::... a **família**... se a **família**... conversasse explicasse... [mas tinha] explicasse sobre... [tinha... sim... a minha vó falava sobre isso] **ela falava?** [falava que não pode deixar mexer... não tirar a roupa (tudo)... mas depois que eu a**PAn**hei... eu apanhei:: por um motivo... por a pessoa não acreditar... é diferente]... **a:: tá**... [assim ó... veja só... enquanto... todo mundo fala... igual a minha irmã **Â**... mãe do S. fa**L**Ava... não pode tirar a roupa... não pode deixar... homem mexê... não pode atendê homem na rua... não pode fazer isso...] **ãham**... [Tinha informação... mas acontece que quando aconteceu eu fui fa**LÁ**... eu apa**NHEI**... que **C**Ada vez que eu fala**L**Assa a verdade... eu apa**NH**Ava... então eu preferi ficar quieta... tinha... então não é] **esse caso tá** [por isso que eu falei... o meu problema não era falta de informação] **foi a família acreditar na verdade... quando você falou...** [a verdade... que tava acontecendo... que ele estava...] **eles não acreditaram?** [eles não acei**T**Aram] **entendi** [entendeu? não... que é o tio] **uhum** [é o homem... é o homem que tá presente... aí é diferente] **ahã** [por isso que eu dei ênfase que... a hora que **M**Orre dentro da gente... é naquela hora... que... a criança fala a verdade e a gente:: (...) **MU**Itas crianças apanha nessa hora da verdade] **verdade** [não é que eu não **T**Ive] **entendi** [eu lembro até hoje... eu faço... a mesma coisa que a minha vó fala... eu falo à vezes assim... pras crianças... olha... **N**EM pirulito... porque na minha família não faltava comunicação... a questão é que a criança a**P**Anha... apanha... no meu caso... é apanhar... apanhei de a**R**REio... primeiro arreio que a minha vó pegou era... de couro... fiquei toda mar**C**Ada] **aí você** [**NUN**ca mais:: então é diferente] **entendi... entendi** [agora tá claro? A hora que você ouvi... de novo... é a hora de você contar a verdade... não sei se você ouviu isso?... a hora que **F**Ala a verdade... a hora em que a gente fala a verdade você a**P**Anha... morre tudo... então não foi falta de comunicação... no meu caso... agora... pode falar alguma coisa... mas eu acho assim... que não foi o meu caso]**

a questão do empoderamento... hoje eu vejo **QUE**... o empoderamento da mulher... eu vejo assim... primeiro lugar... eu:: só posso ser empoderada quando eu tenho o **MEU** igual... nesse

caso... se eu tenho mulheres surdas... que são empoderadas... eu consigo visualizar-las... ELA empoderada... então as condições... eu não consigo empoderar mulher ouvinte... então o:: Empoderamento pra mim... é quando eu me encontro... se eu me encontro... se eu me organizo... se eu... digo... eu sou ca-paz... não sou menos VÁLida... se eu não crio a menos valia dentro de mim... então é isso... é:: sobre o empoderamento... eu preciso de um igual... mas um igual onde no meu caso... no caso seria:: surdo... como é que seria isso?... então... resumindo... o que que eu VEjo daqui pra frente de mulheres surdas... nessa fase do empoderamento?... em dois mil e quatro nós trouxemos o empoderamento de mulheres surdas no Brasil... junto com Gladis Perlin... então... a partir daí nós fizemos cinco fases... é:: saúde... o... profissional... a educação... em todas as áreas... políticas... que a gente pudesse trabalhar... empoderar a mulher... para o conhecimento... então uma coisa que nós observamos... no primeiro encontro latino-americano em dois mil e quatro foi que... enquanto não há conhecimento... não há empoderamento... e se a mulher surda não tem conhecimento... ela não consegue se empoderar... como também... uma palavra hoje... pode ser... moda... mas eu acredito... depois dos meus vinte e quatro anos de trabalhar com... mulheres surdas... empoderadas... o empoderamento das mulheres surdas... hoje nós estamos empoderando as adolescentes... e também... vamos fazer um trabalho muito grande a nível nacional e internacional entre as mulheres surdas latino-americana... sul-americana... então nesse caso EMpodeRAR é você receber conhecimento na sua língua... ou seja... na sua língua natural... por causa das crianças surdas... das adolescentes... das mulheres e dos adultos surdos... seria receber através da língua de siNAIS... e como a gente trabalha também com indígena... o empoderamento das mulheres indígenas surdas... na da língua de sinais...além de respeitar as línguas indígenas de sinais... então seria isso... bem como das mulheres ciganas surdas que também nós precisamos fazer um trabalho muito atento a esse empoderamento... o empoderamento é você... se autoconhecer e dar oportunidade de conhecer o outro e construir no outro um mundo melhor

DEPOIMENTO 3

éh ::... meu nome é M. L. ... eu tenho cinquenta e dois anos ::... eu sou massoterapeUTA... e também acadêmica do:: primeiro semestre de serviço sociAL... eu:: faço parti:: de uma associação de mulheres com deficiência (daqui) de Campo Grande...a AMDEF::... tambÉM FAço... parte do grupo Olhar de Baixa Visão...onde eu sou COORdenadora::... e tambÉM FAço... PARte::... da OMCB::... também far... faço parte...da M... MBC...que é mulheres:: de todo Brasil com... deficiência visuAL e baixa visão... que seria o::... cego... total

a minha deficiência ela foi::... congênita... a minha mãe ela teve::... éh::... teve::... leptos... piROSE::... quando moça::... ela teve::... eu e minha irMÃ... e nós duas tivemos... a deficiência visual... éh::... a minha irmã... ela... enxerga mais que eu...eu não...do olho direito... eu já não enxergo NAdA...e do olho esquerdo eu tenho (deficiência) de visão... consigo fazer minhas... minhas atribuições de CAsa... éh::... estuDAR... enfim... fazer tudo aquilo que... que éh de::... da nossa vida... a única coisa que nós não temos éh a visão... o resto a gente tem tudo ((risos))

a minha... convivência em família... foi::... assim... que eu sempre fui gordinha neh... e...éh (...)
eu sempre... fui deixada de Lado...éh... pelo fato assim... que eu sempre num... num aparentava que tinha nenhuma::... éh::... enfermiDAde... então... o que que acontece?... eu fui deixada de Lado...e::... todo mundo se virava para minha irmã... porque minha irmã era Magra... porque

minha irmã fez várias cirurgias... eu não fiz várias cirurgias... mas... eu::... tive essa::... essa dificuldade... aprendi... como diz o outro... aprendi a ter (...) me virá... a...a ser a DOna da rua... porque quando eu era pequena... eu mandava no meu quarto... o nome já diz tudo neh?... eu::... (às vezes) as meninas apontava pra mim...ou pra minha irmã... ou pra qualquer colega que eu gostava ((risos)) ... eu já batia nas gurias...e quem passasse na minha rua...tinha que pagar pedágio

olha... insegurança todo mundo tem... toda criança TEM... todo mundo tem medo... eu tinha medo (...) hoje eu não tenho mais... eu tinha medo de ficar cega... mas hoje já não tenho... porque eu sei... que...éh o que...a:: a minha doença... pode ocorrer... de uma hora pra outra... tenho catarata congÊNita... com descolamento de retina do olho direito... então... eu::... eu já tô mais preparada... porque você vai aprendendo... a se adaptar::... a fazer o::: as atividades néh... que pra mim foi:: permitida fazer... eu fiz... eu tô preparada... só não leio Braille... porque eu uso... a tec... tecno...a tecnologia assistiva

sim... na minha própria família...sabe...éh::... como...como eu falei antes assim... por eu ser grandona... por eu::... não aceitar muita coisa... por eu querer... éh::... por eu querer... éh... como eu posso dizer pra você assim?... por eu achar que::... eu também tinha direito de falar... também tinha direito tinha sentimento... então... foi isso... eu... ((choro)) os meus primos não brincavam comigo... porque...aih::... ela vai me... derruBAR... ela vai me... machuCAR... entendeu?...e::... éh difícil... difícil pra você assim... e hoje não... hoje já::... já tô BEM... me superei... MAS... o que...o que me machucou muito...foi uma vez sabe?... que... minhas primos... hoje... são... advoGAdos... são médicos... são delegados... mas... hoje eles sabem... que... que isso não pode se fazer... eles me chamavam de baLEIA... sabe... ((choro)) das coisas piores que você pode imaginar... me chamavam de (boi) de quatro olho... porque... eu usava um óculos... mais... forte... então pra mim foi... foi isso sabe... mas... eu aprendi... eu aprendi a conviver com meu sofrimento... e::... hoje eu procuro fazer... é:: com que as pessoas... resPEItem as outras... eu não admito não gosto... de ver ninguém maltratando ninguém...entendeu?... às vezes eu fico... queta no meu canto... mas é o meu jeito... eu... eu sofro calada... não fico falando pra ninguém... ((choro))... (desculpa)... **(não... imagina... fica tranquila... éh difícil (a gente) lembrar de algumas coisas néh)**... éh... pra mim é muito difícil porque... éh::: você tá gravando né? **Não...** porque assim... existe uma... uma... como diz assim... a minha irmã teve todas as oportunidades... eu não tive nenhuma... eu tenho muita vontade... se Deus quiser... eu vou fazer... eu... ano passado eu tentei entrar na faculdade... eu não consegui esse ano... mas eu vou conseguir... porque deu um probleminha na documentação... e... eu assim... éh::... tenho muitos problemas... desculpa gente... assim... em relação à minha mãe...sabe a minha mãe... ela só dá valor pra minha irmã... ((choro)) muitas vezes por isso que eu... eu sou assim... eu procuro (sempre) agradar as pessoas... e se eu não consigo pra mim uma frustração muito grande ((choro)) ... eu vou falar pra você assim... o melhor momento (que eu lembro) agora pra mim foi assim ter ficado perto de você... eu comecei trabalhar na Casa da Mulher Brasileira porque eu tive um apoio... uma pessoa... uma amiga... que foi você... acho que já tá bom... ((choro)) já vai passar... **(fica tranquila... desculpa... (imagina... você não precisa pedir desculpas... táh::... isso éh uma uma coisa que você já pode começar trabalhar em você... você não precisa pedir desculpas... pelos seus sentimentos... táh? ... na verdade... nós éh que temos... éh:::))** porque assim... eu fico com muito medo sabe F. ... que a R. fala... ah não vai falar mal da minha mãe... **mas a gente não vai...** eu sei... só tô falando... ela fica me...ela fica falando... me segurando... eu fico queta muitas vezes... me segurando... **(fica tranquila... isso não vai... não vai no ar... sei que você não (...))** **isso éh uma coisa que você tá tentando**

superar... resolver... neh? ... você é muito importante... pra gente... viu M?... tenha certeza sempre disso... tá bom?) uhun

sim... em dois mil e dezesseis...eu tive um relacionamento de:: dois anos... com uma pessoa... e:: essa pessoa eu não sabia... essa pessoa era usuária de drogas... e::... eu me lembro muito bem como se fosse hoje... é::... ele estava na minha casa... e:: ele pediu dinheiro e eu falei que eu não tinha... que eu não ia dá... essa pessoa... é:: começou me xingá... a fala que... me menosprezá... fala coisas assim pra mim... éh:: que tinha vergonha de MIM... que eu era... é:: que eu me cheirava MAL... que... que ninguém ia querê fica comigo... éh... falá que:: ele tava comigo por DÓ... falei então já que você tá assim comigo ... por DÓ... então eu te convido pra você sair da minha casa... por gentileza?... aí ele falou assim que ele não ia saí... que se ele... que eu tinha que dá dinheiro pra ele... eu falei que eu não ia dá dinheiro pra ele... aí ele começo me agredi... começo a me fala que tinha outras mulheres melhor do que eu... que eu não era nada... que eu era um lixo... que eu... que eu... não servia... pra nada... aí eu peguei falei pra ele... saí... eu de novo falei saí... ele falou assim... que ele não ia saí... ele veio pra cima de mim... ele me pegou pelo pescoço... e me enforcô... eu consegui me... desvincilhá... ele me prensô na parede... eu consegui saí eu liGUEI pra minha filha imediatamente... ele não acreditava que eu ia fazê isso... que eu tinha capacidade... ele falou assim que... que eu não... conseguia viver sem ele... como todas as pessoas que são... eu falo... des... psicopata... uma pessoa que... uma pessoa que num... num tem uma boa índole faz... sabe?... elas fazem com que você se sinta mal... aí eu liguei pra minha filha... minha filha veio... ele fugiu... ele fugiu... aí ele fugiu ele falou assim que eu não tinha coRAgem... que eu não ia denunciá... que não ia acontecê nada com ele... e como de fato... não acontece nada... é:: tenho duas medidas protetivas... ele:: com isso ele... invadiu minha casa... durante a noite... ele pegou algumas coisas lá da minha casa... eu não estava lá... estava na casa da minha filha... aí ele entrô... ele robô... aí ele... ele... foi emBOra... aí... QUANdo foi::... em dois mil e... eu não lembro se foi dois mil e dezessete... é... dois mil e dezessete... foi dois mil e dezessete... ele... tentou éh:: conversar coMIgo...é:: através da filha dele... só que... como diz né... quando você tem uma medida po...protetiva... se você abrir... a:: GUARda... ele te ataca... então eu já não esperei ele atacá... eu fiz outro... outro boletim de ocorrência... fui na delegacia ... fui muito bem atendida... é::... enfim... aí foi MAIS uma medida protetiva... e agora em dois mil e dezoito... é:: teve... ele me ligou através do **Messenger**... com o nome da mulher com quem ele estava... eu estava em Aracajú... no evento do MBCM né?... que eu faço parte... é MBMC... perdão... eu troquei as siglas né?... eu estava em Aracajú... ele me ameaçou... e::... que... queria... porque ele queria falar comigo... eu NÃO quis falá... eu NÃO vou... eu NÃO quero porque::... NÓS pessoas com deficiência... é:: as pessoas Acham... que nós somos fracas... não somos fracas... nós só temos assim... o:: momento... eu falo assim que:: é:: na época foi muito so:: (...) muito dolorido... MUIto assim: eu agradeço muito as menina do... da ANDEF que me ajuDaram... à minha família... por QUÊ?... porque ge... ele::... ele pe (...) ele mexia muito com o meu psicológico... com a minha moRAL::... né?... eu tive qua... cinco::... cinco não... QUATro violência neh?... sexual NÃO... é:: porque você sabe... quando é:: dependen... te QUÍmico eles não TEM como NÉ?... então foram as QUATro (tipo)... a viole... a violência física... a vioLÊncia patrimoniAL... a psicológica... e a moral eu tive... enTÃO... eu::... aGOra não DÓI eu falar sobre esse assunto... é... que aconteceu comigo... NÃO DÓI... mas antes me doía pelo fato dele ter falado que... que eu era uma mulher que tinha... mal CHEIRO... e eu não sou uma mulher que tem mal cheiro... GOSTo de me arrumar... GOSTo de... estar sempre... bem arruMada... não (...) e HOJE eu falo pra vocês que eu não tenho nada... mas... pra ISSO... eu precisei fazer tratamento...eu precisei fazer um acompanhamento... mas eu TIVE isso... com::... a Casa da Mulher::... com::... com o apoio que nós temos aqui no Estado... então... eu... eu falo pra voceis... denunciem... porque... se a gente não denunciar:: vai... vai haver VÁrias pessoas

que vão fazer a mesma coisa com a gente... e nós NÃO merecemos isso... nós somos mulheres... nós somos... mulheres especiais... mulheres que... especiais que eu falo não é porque (...) pela deficiência... nós somos especiais porque... nós... tamBÉM podemos fazer a denúncia... tá?... e NOsso Estado é::... foi feito::... um... um CD... eu não sei se... vai poder falar... mas eu vou falar... (uHum) foi... foi a F. P. ... que ela fez... é::... um trabalho muito lindo... que eu NÃO sei onde tá esse CD... GOSTaria que tivesse... que pudessem... é::... voltar::... por QUÊ?... porque foi um trabalho da... da F. ... ela fez... ela:: se empenhou... ela f... assim com Libras... e:: braile... e::... e áudio... enTÃO gente... eu quero pedir... R. A. ... não sei se você vai escuTAR::... que nessa época você era o governador... e agora você é nosso governador agora... eu QUero... eu te PEço... ENcarecidamente... eu preci::... nós preciSAmos desse CD... nas nossas mãos... NÃO pra F. se aparecer... porque não é o intuito da F. ... mas pra gente poder ter acesso... pra OUtras mulheres como nós... pode falar sobre... sobre a... a violência que sofre... a oportunidade... pra ter... COMO elas podem ser... atendidas... e como elas podem ser::... é ouvidas... e NESse... nesse CD... desculpa gente... mas eu falo mesmo... éh:: nesse CD Tinha... o telefone da delegacia... Tinha todos os órgãos que atendem a mulher com... com... com violência... não só a mulher com deficiência... mas... eu coloco... coloco aqui... a minha FAla... em favor disso... eu peço... pra que você... R. A. ... olhe... com... carinho...

quando eu resolvi... quando eu...eu sofri essa violência... eu não esperei nem vinte e quatro horas... ele::... me pegou pelo pescoço... eu::... posso dizer pra você... foi umas onze horas da manhã... da tarde... da hora do almoço... onze hora... onze horas... quando foi::... um... uma... é::... onze e meia... oh era onze e meia da manhã... onze e quarenta e cinco minha filha já estava com meu genro e ela em casa... nós pegamos as nossas coisas... minhas coisas... no caso meu cachorrinho... que era o meu companheiro... que é minha companheirinha... que era a Teodora... que já não está mais comigo... ela faleceu... é::... quando foi... meio dia e::... quaRENTa... eu estava na porta da delegacia da mulher... e quando foi UMA e meia... eu já tinha sido atendida por toda equipe... não demorou muito... porque EU... como eu já... como eu JÁ trabalhei... como eu já falei... não sei se eu já relatei... eu trabalhei um ano na Casa da Mulher Brasileira... fui telefonista LÁ... e eu sabia... porque se::... se acontecesse da primeira vez... ia continuar... então a gente tem que cortar o mal pe-la raiz... foi o que eu fiz... eu não demorei não... eu achei que... tinha que ser feito... quanto mais rápido melhor... e se você tiver... nesse::... estado de violência... as quatro... as quatro formas que eu faLEI... ou... no caso são cinco... você corre... você procura uma delegacia... porque é importante pra você

só um pouquinho... o que que é gênero?... (a **violência contra a mulher**) ah porque essa parte eu não entendi... (**violência de gênero é violência contra a mulher**) tá... (**pode falar**) eu... eu::... eu acho o seguinte... que::... as::... o senador... os deputados federais... (principalmente) os estaduais::... tinha que mexer nisso... sabe por quê?... porque as pessoas elas::... machucam a outra... mulher... é::... não só... as pessoas com deficiência... mas as outras mulheres... e:: eu... eu escutei isso... eu escutei “ai não vai acontecer nada pra mim”... e realmente paga uma cesta BÁsica... e agora... eu não... eu... eu li por cima... vi por cima... que agora mudou aLGuMa coisa... eu sei que mudô porque eu ouvi falar e eu:: assim como eu:: tô em época de final:: do ANO fazendo as coisas... eu não... me atenTEI muito a essa... essa questão... porque a pessoa ficou de mandá pra mim não mandô... então eu sei que mudou alguma coisa... seria BOM... se a pessoa que firisse... fizesse alguma coisa PAra as mulheres... que eles fossem preso imediatamente... não tem porQUÊ pagar cesta básica... isso pra mim::... você vai lá... você denuncia... a pessoa não dá (...) como no meu caso... anda... tá livre... a pessoa tá livre... ainda tira sarro de você... EU no meu caso... eu sou baixa visão... eu tenho... dez por cento de visão...

eu não sei quem tá do meu lado... eu não sei quem tá:: perto de mim... sei quem convive comigo... e se ele vem por trás de mim e me mata?... eu não vou sabê... tira sarro da gente... a gente... tá é::... essa situação tá vulnerável... eu... minha opinião como M. ... eu tô falando assim... como uma pessoa que foi agreDida... eu tô te falando... DANdo a minha opinião... agora:: eu acho que tem que ser feito alguma coisa... e nós temos VÁrias:: senadores:: vários deputados que foi... foram eleito agora... que pode fazer alguma coisa muito mais pra gente

olha... eu acho que a:: (...) na verdade... o que tem que sê feito... divulgação... (já tá sendo feito)... e a garantia é:: que nem eu falei... a garanTIA de que eles vão ser punidos::... é a ÚNICA solução que eu... que eu vejo... eu posso tá errada... eu não sei... mas minha opinião é essa... que eles... que ela... que NÓS tenhamos a certeza de que eles vão ser punidos... de alguma forma... porque não é só uma cesta básica... cesta básica não... não traz ãh... a::... sua tranquilidade... não traz o seu sossego... sabe? cê tá qui::... de repente você (...) eu NÃO sei... eu não sei quem tá aqui... eu... eu sei que são vocês agora... mas... assim... eu não sei assim... lá fora quem tá:: eu não sei... (**você... ainda sente insegurança?**)... SIM muita insegurança... (**você ainda tem:: assim::... um certo medo dessa pessoa ainda voltar?**) TENHO... bastante... inclusive ele:: anda son... sondando minha casa... que onde eu morava... eu não posso voltÁ pra minha casa... eu tô num... num luGAR... é::... de amigos... é:: de filho... de paRENte... porque eu não tenho aquela assim... a tranquilidade de tá na minha casa... (**porque ele está solto**) SIM... simplesmente isso... quer dizer... eu vivo::... eu vivo:: numa situaÇÃO... que eu não SEI... o que vai acontecer... como TODas elas fazem isso... mas a gente tem que ter a garantia que... que NÓS vamos denunciar... e que vai ser tomadas as providências caBÍveis... não é... matar... NÃO... matar NÃO... VAI pra cadeia... vai paGAR por aquilo que ele fez...

olha... o primeira coisa... que nós... mulheres com deficiência visual...ãh... desculpa... eu falo da minha... (**pode falar... sobre a mulher... se você quiser**) todas as deficiências... o imporTANte... eu faço parte de um grupo muito grande... de Manaus::... de Brasília... e já comentamos sobre isso esses dias... é:: o que que precisa?... as mulheres elas tem que sair... do caSUlo... o que que é sair do casulo?... é estudá::... procuRÁ se aperfeiçoar... saBER... o que é melhor pra ela... o que que é melhor?... é:: eu não falo em faculdade... eu não falo em faculdade... eu falo assim... acabá de fazer o ensi... ensino MÉdio... não deu pra entrar numa faculdade... faça um... um curso técnico... vai aprendÊ fazer bolo... vai aprendÊ fazer salgado... mulher não precisa de homem não... nós precisamos do homem SIM... pra ser NOsso companheiro... mas não pra judiá da gente... pra judiá NÃO... a gente tem que ficá sozinha... pra gente poder... ter nossa liberdade de ir e vir... e:: esses cursos que eu falo pra você... é::... tem que... tem que ser feito... tem que ser feito pra QUÊ?... pras mulheres saber que nós podemos ganhar nosso dinheirinho... por que a mulher às vezes Fica... é:: nesse estado de vulna...vulnabe... (**vulnerabilidade**) vulnaberili... me desculpa... vulnabe... (é **vulnerabilidade**) vulnarebilidade... (**isso**) então... por quê?... porque ela acha que não pode... acha que ela não é capaz... eu tenho quatro curso de massoterapia... EU... sou massoterapeuta... entendeu?... mas eu sei fazer outras coisas... sei trabalhar... o que (...) eu sou telefonista::... entendeu?... a gente tem que fazer os cursos técnicos... cursos que a gente possa TER um ganho depois... mas aí você as pessoas vai falá assim... ah mais é pago... querida... ele é pago... mas a gente tem que dá um jeito... limpa-se uma casa... FAÇA alguma coisa... você não é inútil... eu não sei se... eu ajudei mas... é o que eu penso... **tá ótimo... você gostaria de falar mais alguma coisa M.?**... não... eu... só... QUERO... que... todas as mulheres... tenham mais coRAGem... e saibam que elas são lindas... que elas são LINdas... como eu superei... que eu não tenho mal cheiro... eu sei que não ((risos))... eu... procuro assim... tá sempre bem arruMada... eu não tenho

mal cheiro... então... eu VI... que a... a pessoa falou pra mim que eu era uma pessoa que... tinha cheiro... mal CHEIRO... eu não TENHO... sabe por quê que eu não tenho? porque eu tenho o amor de Deus... então quem tem o amor de Deus exala amor... exala cheiro da... do amor... enTÃO... e eu:... hoje eu sei... pode dizer assim que... essa pessoa não merece nem... um... pin-go do meu... respeito

então... é:... ah tá... pra fala pra voceis... o que eu tô na mão aqui... é a bengala verde... a bengala verde... ela:: não é pra ser melhor:: ser pior:... do que os:: cegos totais... a bengala verde... ela veio pra quê?... pra:... nos dar o apoio... é um instrumento de identificação do baixa visão... TÁ? porque muitas vezes... você tá com celular na mão no ônibus... as pessoas querem... vem com agressão... falan... tanto... tanto verbal como fisicamente... eles falam... que você tá fingindo... e a bengala verde... ela identiFica o:: baixa visão... e não é todo MUNdo... que tem a:: mesma anomalia... são VÁrios tipos de anomalias... é:... é... como eu posso dizer pra voceis?... é como a nossa digital... certo?... é:: a minha digital... eu tenho carata... ((risos)) catarata congênita... então... o que que acontece? uma... (outras pessoas assim) tem a monocuLAR... tem:: descolamento de retina... que é... a retiNOse... né?... enTÃO... essa daqui veio pra gente... pra nos ajudar... na identificação... eu já trabalhei e tenho colegas que... que achavam que eu fingia que eu não enxergava... e eu falava NÃO... eu enxergo... mas eu não tenho a MESma... é:... visão... que voceis... eu vou... vou falar... a frase que eu tenho no meu grupo... eu tenho olhar de baixa visão Campo Grande MS... é... eu falo assim... a frase é minha... é:... eu enxergo no mundo dos cegos... e não enxergo no mundo dos que veem... que seriam os vidente... isso é... é por isso que veio a bengala verde... pa... pra nos auxiliar... a nossa locomoção... pra fica mais FÁcil... pras pessoas nos identificar como baixa visão... a bengala verde